



n . 4
Out-Dez
2 0 2 5

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Lucas Berti

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

OS ATAQUES DOS EUA À ORDEM DE SEGURANÇA GLOBAL

MARIA REGINA SOARES DE LIMA E DIOGO IVES.....PÁGINA 04

ARTIGOS

MONITOR ELEITORAL - AS ELEIÇÕES GERAIS DO CHILE EM 2025

JÚLIA FURTADO REIS.....PÁGINA 09

MONITOR ELEITORAL - ELEIÇÕES DE 2025 NA BOLÍVIA: DO GIRO À DIREITA AO FIM DO CICLO CAMPESINO-ORIGINÁRIO

MARÍLIA CLOSS.....PÁGINA 17

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENTRE LA PACHAMAMA Y EL DESARROLLO: LAS CONTRADICCIONES AMBIENTALES DE BOLIVIA ENTRE EL DISCURSO Y LA PRÁCTICA DURANTE LOS GOBIERNOS DEL MAS

CLAYTON M. CUNHA FILHO.....PÁGINA 23

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: OUTUBRO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 36

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: NOVEMBRO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 49

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: DEZEMBRO DE 2025

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 63

Editorial

Os ataques dos EUA à ordem de segurança global

“Há décadas em que nada acontecem, e há semanas em que décadas acontecem”, teria declarado Lênin sobre as turbulências desencadeadas pela Revolução Russa de 1917, em meio à Primeira Guerra Mundial. Quase um século depois, esse adágio da política internacional ainda segue pertinente para resumir as três primeiras semanas de 2026. Uma sucessão de ações desestabilizadoras dos EUA, em diferentes partes do mundo, explicitou uma vontade deliberada de romper com o sistema de segurança global negociado entre grandes potências em 1945, após a Segunda Guerra Mundial. Se o tensionamento do sistema econômico foi a tônica da política externa do segundo governo Trump em 2025, com a adoção de um tarifaço global que não poupou aliados, a Casa Branca sinaliza que acelerará, agora, uma contrarrevolução nos fundamentos do multilateralismo que baliza o uso da força no mundo há 80 anos.

No dia 3 de janeiro, os EUA fizeram sua primeira intervenção militar direta na história da América do Sul ao invadirem a Venezuela e sequestrarem o presidente Nicolás Maduro e a primeira-dama Cilia Flores. Ambos foram levados de navio para uma prisão em Nova York, onde aguardam julgamento, por um tribunal local, acusados de integrar uma “conspiração narcoterrorista” para exportar cocaína aos EUA. Após meses de tensões bilaterais, a operação militar “Resolução Absoluta”, ao longo de cinco horas em uma madrugada, cortou a eletricidade de Caracas, bombardeou partes da cidade e enviou soldados em helicópteros para capturar o casal presidencial dentro de sua residência. Tudo foi acompanhado por Donald Trump por vídeo à distância¹. Cerca de 100 pessoas morreram, incluindo soldados venezuelanos e cubanos, além de civis². Em uma coletiva de imprensa posteriormente, Trump declarou que a remoção de Maduro facilitará o controle do petróleo venezuelano pelos EUA³. A vice-presidente do regime chavista, Delcy Rodriguez, foi empossada no lugar de Maduro e prometeu melhorar a colaboração com Washington⁴.

Se um ataque flagrantemente imperialista dos EUA a um país da periferia para promover uma mudança de liderança não é propriamente uma novidade histórica, como visto no Panamá em 1989, para citar apenas um exemplo, um abalo mais significativo na ordem global passou a ser perseguido por Trump ao reivindicar enfaticamente a soberania da Groelândia. No dia 7 de janeiro, a Casa Branca emitiu um comunicado afirmando que a aquisição da ilha pertencente à Dinamarca tinha se tornado uma prioridade de segurança nacional para deter incursões de países adversários no Ártico e que poderia usar força militar para tanto⁵. A intenção de instalar um escudo antimísseis no território (“Domo Dourado”) e de explorar minerais também justificariam a posse⁶. A reivindicação abriu imediatamente fissuras com os membros europeus da OTAN. No dia 15, soldados foram enviados à Groelândia por França, Reino Unido, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia e Países Baixos⁷, grupo contra o qual Trump anunciou um aumento de tarifas comerciais dois dias depois⁸. Na sequência, o Parlamento Europeu anunciou a suspensão da ratificação de

1Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce8gezn9p3vo>.

2Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/07/ataque-eua-mortos-civis-venezuela.ghtml>.

3Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trump-petroliferas-dos-eua-estao-preparando-investimento-massivo-na-venezuela/>.

4Disponível em: <https://x.com/delcyrodriguezv/status/2011557862380871974>.

5Disponível em: <https://www.rte.ie/news/world/2026/0106/1551705-greenland/>.

6Disponível em: <https://www.france24.com/en/americas/20260117-does-trump-need-own-greenland-to-build-his-golden-dome-missile-shield>.

7Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/cd0ydjvxpejo>.

8Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr57q7889z4o>.

um acordo comercial entre União Europeia e EUA.

Enquanto se instalava o impasse entre EUA e europeus, Trump fez um terceiro gesto surpreendente na área de segurança internacional ao anunciar, no dia 17, que havia enviado convites para líderes de 60 países comporem um Conselho da Paz presidido por ele. O conselho estava previsto no plano de paz anunciado por Washington, em outubro de 2025, para pôr fim à invasão militar de Israel na Faixa de Gaza. A novidade, porém, é que o conselho teria funções expandidas para além da supervisão de Gaza e passaria a lidar com outros conflitos internacionais. Membros teriam mandatos temporários de três anos ou poderiam pagar US\$ 1 bilhão por assentos permanentes. No dia 23, o conselho foi oficialmente lançado, com a adesão de 21 países, além dos EUA: Arábia Saudita, Argentina, Armênia, Azerbaijão, Bahrein, Belarus, Catar, Cazaquistão, Egito, Emirados Árabes Unidos, Hungria, Indonésia, Israel, Jordânia, Kosovo, Kuwait, Marrocos, Paraguai, Turquia, Uzbequistão e Vietnã⁹.

Embora Trump diga que o conselho trabalhará ao lado da ONU, a iniciativa é sugestiva de uma tentativa de formalizar um esvaziamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), completamente ignorado pelos EUA na invasão da Venezuela e na disputa pela Groelândia. Embora o questionamento da legitimidade do CSNU seja antigo, a alternativa proposta por Trump, de forma unilateral e personalista, afasta-se ainda mais de uma revisão negociada sobre o uso do poder militar no mundo, amparado por regras previsíveis e instituições representativas. Entretanto, a adesão voluntária de duas dezenas de países do Sul geopolítico à ideia chama a atenção e mostra que Trump não está isolado no afã de redesenhar a ordem mundial à sua imagem. Vestígios de como essa ordem é antevista por ele foram expressos na National Security Strategy (NSS) dos EUA, publicada em novembro de 2025¹⁰.

As intenções declaradas de Trump

A NSS não foge ao personalismo típico de Trump ao conter um prefácio escrito por ele, no qual declara a ambição de promover uma inversão histórica de rumos dos EUA, orientada pelo mote “America First” e guiada pelo objetivo primordial de manter o país como o mais forte do mundo. Em seguida, a seção de introdução da estratégia detalha que esse objetivo de primazia busca ser uma alternativa ao caminho perseguido, desde o fim da Guerra Fria, pelas elites políticas dos EUA, as quais teriam assumido que dominar o mundo inteiro correspondia ao interesse nacional. Esse caminho teria levado os EUA a assumir fardos globais que os sobrecarregaram, a perseguir um livre comércio que debilitou a indústria e a classe média e a fomentar uma rede de instituições internacionais que, muitas vezes, agiram para debilitar a soberania nacional.

A fim de prover uma nova orientação internacional para os EUA, a estratégia de Trump anuncia nove princípios basilares: 1) definição enxuta de interesse nacional, 2) força como melhor instrumento de dissuasão, 3) predisposição ao não-intervencionismo (embora assumida que uma aplicação rígida desse princípio seja impossível, dados os interesses diversos do país), 4) realismo flexível (isto é, não impor democracias ou mudanças sociais incompatíveis com tradições e histórias de outros países, sem deixar de apoiar *like-minded friends* que queiram fortalecer a cultura ocidental), 5) primazia das nações como unidades políticas básicas do mundo, 6) respeito à soberania, 7) balança de poder (ajudar aliados a manter equilíbrios de poder nos planos global e regional contra adversários), 8) defesa dos trabalhadores dos EUA, 8) justiça (não tolerar mais free-riding, desequilíbrios comerciais e práticas econômicas predatórias de outros países) e 9) competência e mérito (coibir “ideologias

⁹Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/trump-lanca-em-davos-conseho-de-paz-criado-por-ele>.

¹⁰Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>.

radicais” dentro dos EUA que almejavam substituir esses dois valores sociais pela proteção de grupos favorecidos).

A partir dessa lista de princípios, a NSS estabelece cinco prioridades dos EUA no plano internacional: 1) eliminar a migração em massa (a segurança de fronteiras é anunciada como o elemento principal da segurança nacional), 2) proteção de direitos e liberdades fundamentais (nos EUA, na Europa, na “Agloesfera” e no resto do mundo democrático), 3) partilha e transferência de custos (*burden-sharing and burden-shifting*, em inglês, por meio da construção de uma rede de aliados regionais), 4) realinhamento pela paz (uso de diplomacia presidencial para buscar acordos de paz, convergência de interesses e novos mercados) e 5) segurança econômica (comércio equilibrado, controle de cadeias de suprimento, reindustrialização dos EUA por meio de tarifas comerciais sobre importações, fortalecimento da indústria de defesa, produção de energia abundante e barata, preservação da primazia dos EUA no setor financeiro global).

Finalmente, esse conjunto de princípios e prioridades culmina na definição de cinco interesses nacionais: 1) estabilizar o Hemisfério Ocidental por meio da aplicação de um Corolário Trump à Doutrina Monroe, resumido em garantir o acesso dos EUA a locais estratégicos e combater a migração de massa, organizações criminosas transnacionais (sobretudo de “narcoterrorismo”) e incursões de potências estrangeiras hostis na região; 2) manter o Indo-Pacífico aberto à navegação dos EUA; 3) preservar a liberdade, a segurança e a identidade ocidental da Europa (declara-se um otimismo com a crescente influência de “partidos europeus patrióticos”); 4) impedir que potências rivais dominem o Oriente Médio, sobretudo suas reservas de energia; e 5) promover a liderança dos EUA nos setores de inteligência artificial, biotecnologia e computação quântica.

Em todo esse rol de definições, há uma ausência marcante de menções ao multilateralismo e à ONU. A ordem que os EUA almejam construir é declaradamente sustentada por uma “rede ampla de alianças por meio de tratados com parceiros regionais” (NSS, 2025, p. 6, tradução nossa), “ausência de potências competidoras no Hemisfério Ocidental” (ibid.) e “separação de outras grandes potências por meio de oceanos” (ibid.). Além disso, a liderança pessoal de Trump é exaltada como instrumental para o sucesso da estratégia, pois ele seria capaz de “utilizar diplomacia não convencional, o poderio militar e a influência econômica dos EUA para extinguir cirurgicamente faíscas de divisão entre nações com capacidade nuclear e guerras violentas causadas por séculos de ódio” (NSS, 2025, p. 8, tradução nossa).

Apesar de tampouco utilizar o conceito de multipolaridade, a estratégia declara que os EUA não negarão a existência de outras grandes potências no mundo no processo de se manter como a mais poderosa entre todas:

Ao rejeitarmos o conceito malfadado de dominação global, devemos impedir a dominação global, e em alguns casos até regional, de outros países. Isso não significa desperdiçar sangue e recursos para restringir a influência de todas as grandes e médias potências mundiais. A influência desproporcional de nações maiores, mais ricas e mais fortes é uma verdade atemporal das relações internacionais. Essa realidade implica trabalhar com parceiros para frustrar ambições que ameacem nossos interesses (NSS, 2025, p. 10, tradução nossa).

Nesse esforço, os EUA prometem perseguir uma “estabilidade estratégica” na Eurásia. Com a Rússia, buscarão uma pacificação da sua relação com vizinhos europeus, que deverão aumentar seus gastos com a OTAN. No Oriente Médio, os aliados de primeira ordem serão Israel e as monarquias do Golfo. Por sua vez, em relação à China, país que recebe a atenção mais detalhada na NSS, critica-se a política adotada pelos EUA, ao longo de 30 anos, de

apoiar sua abertura econômica por meio de investimentos em fábricas de manufaturas. Essa orientação teria produzido uma relação econômica assimétrica. A política protecionista adotada pelo primeiro governo Trump, a partir de 2017, teria sido respondida por Pequim com um aumento de exportações e controle de suprimentos em países de renda média e baixa, aprofundando a assimetria bilateral e ameaçando a livre navegação no Mar do Sul da China.

Para conter a China, a estratégia indica que os EUA dividirão encargos de dissuasão militar com Índia, Taiwan, Coreia do Sul, Japão e Austrália, assim como incentivarão aliados a adotar políticas comerciais que levem a economia da China a focar mais em consumo doméstico do que em exportações. A tentativa de tirar mercados de exportação da China será complementada com um esforço de ocupação desses mercados pelos EUA e seus aliados:

Os EUA e seus aliados ainda não formularam, muito menos executaram, um plano conjunto para o chamado “Sul Global”. [...] Os EUA devem [...] mobilizar seus aliados e parceiros europeus e asiáticos, incluindo a Índia, a consolidar e aprimorar nossas posições conjuntas no Hemisfério Ocidental e, no que diz respeito a minerais críticos, na África. Devemos formar coalizões que utilizem nossas vantagens comparativas em finanças e tecnologia para construir mercados de exportação com países que cooperem. Os parceiros econômicos dos EUA não devem mais esperar obter renda dos EUA por meio de excesso de produção e desequilíbrios estruturais, mas sim buscar crescimento por meio de cooperação gerenciada, atrelada ao alinhamento estratégico e ao recebimento de investimentos estadunidenses de longo prazo (NSS, 2025, p. 22-23, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a América Latina e a África emergem como tabuleiros na disputa por influência com a China, sobretudo no acesso a energia e matérias-primas, especialmente minerais críticos para a indústria digital. Enquanto a estratégia para a África será parar de disseminar “ideologia liberal” (NSS, 2025, p. 29, tradução nossa) e focar apenas em parcerias econômicas, o Corolário Trump à Doutrina Monroe almeja transformar os EUA no “parceiro econômico e securitário de escolha” (NSS, 2025, p. 16, tradução nossa) dos países americanos, fortalecendo a ideia anunciada em 1823. Na América Latina, a Casa Branca anuncia que priorizará colaborações com aliados de confiança (governos, partidos e movimentos) e expandirá cooperações em defesa, inteligência, segurança, comércio, energia e infraestrutura por meio de acordos que beneficiem empresas estadunidenses, inclusive em contratos governamentais. Entretanto, ressalta que “não devemos desconsiderar governos com perspectivas diferentes, com os quais compartilhamos interesses e que desejam trabalhar conosco” (NSS, 2025, p. 16, tradução nossa), em um possível aceno a Brasil e México.

Entre a intenção e a realidade de uma nova ordem

A NSS e as ações do novo governo Trump não deixam dúvidas sobre a intenção de atingir fortemente os pilares da ordem internacional criada no pós-guerra, em especial o multilateralismo global, representado pela ONU, e o sistema de segurança, caracterizado pela institucionalização do poder de veto das potências nucleares no Conselho de Segurança. Ainda que imperfeito, o órgão foi capaz de impedir um conflito em escala mundial até a atualidade. A ironia do presente é que esse arcabouço institucional está sendo corroído pelo país que liderou a sua criação e o manteve mesmo durante grandes mudanças internacionais, em especial a derrocada da União Soviética, o fim da Guerra Fria e a emergência econômica da China como potência global.

Neste contexto volátil e imprevisível, como é seu agente destruidor, alguns analistas



já estão dando como certa a emergência de uma nova ordem, ainda que em estágios muito embrionários. Em artigo recente, Stacie Goddard e Abraham Newman (2025)¹¹ argumentam que o sistema westfaliano, centrado no princípio da soberania territorial e da não intervenção, tem historicamente convivido com a mais recente ordem internacional liberal, que adicionou instituições baseadas em regras destinadas a regular as relações de trocas interdependentes e gerar paz e prosperidade compartilhadas. Segundo os autores, esse ordenamento estaria sendo desafiado pelo emergente “*neo-royalism*”, ordem centrada em “redes de elites políticas, econômicas e militares que buscariam gerar hierarquias materiais e de status duráveis, baseadas na extração de tributos financeiros e culturais” (ibid, p. 13, tradução nossa).

Segundo os autores, este tipo de ordenamento existiu em outros tempos e lugares, coexistiu com sistemas baseados em Estados e não teria começado com Trump, seu principal artífice, que, no presente, agiria como o “ordenador mundial”. Para os autores, o triunfo do “*neo-royalism*” é altamente contingente, mas Trump, segundo eles, seria capaz de mobilizar governantes semelhantes e abandonar quem resistir. Os autores descrevem as diferenças entre essa nova ordem e as precedentes em termos de atores principais (elites superpoderosas chamadas de “cliques”), propósitos (hierarquias), meios de sustentação (tributos) e legitimação (excepcionalidade e direito divino). Ainda que os autores afirmem que esta nova ordem não é inevitável, apontam que vários outros governantes no presente se acham acima da lei e tenderiam a seguir a mesma linha de Trump.

Várias críticas podem ser feitas a este artigo. Uma delas é supor que as ordens pretéritas westfaliana e liberal foram homogêneas, quando, na verdade, várias das características da ordem “*neo-royalista*” estavam presentes em ambas. Mas a falha mais grave é a enumeração de suas características principais, as quais descrevem perfeitamente o perfil de atuação internacional de Trump, como se não houvesse distinção entre a política externa dos EUA e a ordem efetivamente existente. Além disso, o artigo não aponta contradições importantes desta suposta nova ordem. Uma delas é que a China, uma potência global comparável aos EUA, tem sido muito beneficiada pela ordem econômica liberal, baseada em regras gerais. Os autores citam esse fato, mas não como uma contradição importante da suposta ordem *neo-royalista*, à qual não interessaria à China aderir. Em suma, supor como inevitável uma nova ordem “*neo-royalista*” parece ser, no fundo, normalizar e legitimar a atuação internacional de Trump.

Descrever a conjuntura internacional atual e a sua destruição operada gradativamente por Trump não nos deve afastar da ideia de que existem opções para aqueles países que querem resistir ao patrimonialismo predatório de Trump¹². O discurso do primeiro-ministro canadense, Mark Carney, no Fórum Econômico de Davos, em 21 de janeiro, representa uma das respostas mais contundentes na atualidade diante da tentativa de ruptura da ordem mundial operada por Trump. Segundo Carney, potências médias, como o Canadá, têm que agir conjuntamente, “porque, se não estão na mesa, estarão no cardápio”! As opções, para ele, são competir entre si em favor do mais forte ou agir conjuntamente com algum impacto. No cerne, na sua proposta, consta uma sociedade pluralista, inclusiva e sustentável, uma economia forte e diversificada, uma defesa sólida ancorada na indústria, acordos estratégicos com determinados países e variados acordos de livre comércio com países de todos os hemisférios.

¹¹Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/further-back-to-the-future-neoroyalism-the-trump-administration-and-the-emerging-international-system/ABB12906CA-345BBCA5049B544363D391>.

¹²Em artigo recente de Pedro H. Villas Bôas Castelo Branco, o autor compara as principais características institucionais do Conselho da Paz, proposto por Trump, às do Conselho de Segurança da ONU. Na comparação, emerge a natureza predatória do patrimonialismo de Trump. Disponível em: <https://ulyssesblog.com.br/trump-quer-substituir-a-onu/>.

A posição do Brasil

No caso brasileiro, a recente assinatura do Acordo União Europeia–Mercosul constitui um passo importante para fazer face às crescentes incertezas geopolíticas. Depois de quase meio século em negociação, a assinatura foi formalizada em 17 de janeiro. Certamente as negociações para a ratificação não serão fáceis e podem ser marcadas por decepções, como indica a decisão do Parlamento Europeu de judicializar o acordo, o que deve atrasar a sua implementação. Ainda assim, tratou-se de um sinal de que a política externa brasileira está comprometida com a diversificação de parcerias comerciais, havendo ainda negociações em andamento do Mercosul com Canadá, Índia e Japão. Esta é a primeira vez que a política externa brasileira assume a negociação de novos acordos comerciais como prioridade estratégica.

A situação política na América do Sul é definitivamente desfavorável ao governo Lula, com quase toda a região, do Equador à Patagônia, sendo governada por partidos de direita, com exceção do Uruguai. Essa tendência impede qualquer política regional consistente com o que sempre foi almejado pelos governos do PT. Sendo assim, é a hora certa de dar um passo para além do continente que permita ao Brasil diversificar suas parcerias comerciais, o que também poderia incluir outro acordo inter-regional do Mercosul com a ASEAN, por exemplo. A crítica que setores da esquerda fazem ao acordo UE-Mercosul nos parece pouco estratégica neste momento da atual conjuntura. Acordos desta natureza são dinâmicos e dependem de ações políticas posteriores que podem ou não ratificar resultados prejudiciais iniciais. O acordo propiciará que o Brasil participe de cadeias produtivas de valor das quais esteve ausente até agora, o que abre novas possibilidades de agência.

Por fim, cabe lembrar que, neste ano, teremos eleições presidenciais. Esse momento será decisivo para definir os rumos do país nas próximas décadas. É bem provável que o governante norte-americano e seus assessores tentem intervir nos resultados eleitorais. Para o Brasil, estará colocada a escolha sugerida pelo primeiro-ministro canadense: aderir ao patrimonialismo predatório de Trump ou seguir a linha de um “realismo baseado em valores”.

A importância de trocas de presidentes para a política externa na região é tema de reflexão nesta edição do Boletim OPSA. Júlia Furtado Reis analisa a última eleição presidencial no Chile, que culminou na vitória de António Kast, representante de uma direita pinochetista que havia décadas não ocupava o centro do poder político. Marília Closs reflete sobre os resultados eleitorais de 2025 na Bolívia, que encerram décadas de domínio do MAS e abriram espaço para o retorno de grupos conservadores ao poder. Clayton Cunha Filho complementa a análise sobre a Bolívia, refletindo sobre as contradições do MAS durante os governos Morales e Arce entre o discurso de preservação ambiental e a prática de extrativismo nos âmbitos doméstico e externo. Finalmente, a edição conta com os monitores do OPSA de outubro, novembro e dezembro no âmbito do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável”.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2026

Maria Regina Soares de Lima
Diogo Ives

Coordenadores do OPSA



Monitor Eleitoral

As eleições gerais do Chile em 2025

Júlia Furtado Reis
Pesquisadora OPISA

Introdução

Em 14 de dezembro, José Antonio Kast, expoente da ultradireita chilena e líder do Partido Republicano, foi eleito presidente do Chile com ampla margem de vitória, ao obter 58% dos votos, contra 41% alcançados pela candidata governista Jeannette Jara, em pleito marcado por alta participação eleitoral – 85% do total de pessoas aptas a votar compareceram.

Para o Chile, a vitória de Kast indicou dois movimentos políticos importantes: encerrou-se o ciclo reformista iniciado pelo *estallido social*, série de protestos que ganharam centralidade no país entre 2019 e 2020; e iniciou-se um ciclo de ultradireita, que representa a maior guinada à direita desde a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Este monitor eleitoral busca apresentar, de forma breve, o contexto político em que se inserem as eleições presidenciais de 2025, bem como seus principais resultados e repercussões na política chilena.

1 Do estallido social ao Governo Boric (2022-2026)

Denomina-se *estallido social* a série de protestos populares que encheram as ruas chilenas, entre outubro de 2019 e março de 2020, durante o segundo governo de Sebastian Piñera (2018-2022). Ainda que tenham se iniciado como resposta imediata ao aumento da tarifa do metrô, nas ruas de Santiago, os protestos foram marcados por reivindicações amplas e difusas, que abarcaram, em suma, as injustiças sociais herdadas do modelo econômico neoliberal estabelecido pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) (Madeira, 2025; Perez; Fuente, 2025).

Dos altos custos da saúde privada ao sistema de aposentadoria chileno, a população reivindicava mudanças estruturais. Com a ordem estabelecida em crise, três eventos políticos importantes, para entender a política chilena recente, ocorreram: o primeiro foi o destaque popular e político obtido por uma jovem liderança da esquerda, Gabriel Boric, que culminou na sua eleição como presidente em 2021; o segundo foi a reação conservadora de José Antonio Kast, líder político que participava da direita tradicional, mas, no momento de contestação da ordem, consolidou sua migração para a ultradireita no recém-fundado Partido Republicano; o terceiro foi o fortalecimento da demanda por uma mudança constitucional, para pôr fim à Constituição de 1980, estabelecida pela ditadura de Pinochet e marcada pela concepção de Estado mínimo (Ives, 2022, p.34).

Enquanto lideranças de esquerda, como Gabriel Boric, reivindicavam a mudança constitucional como uma oportunidade para construir uma constituição progressista e com maior escopo de proteção social, a direita tradicional tentava acomodar as demandas por mudança para gerar um produto mais moderado. Do outro lado, José Antonio Kast e o Partido Republicano se posicionavam contra a mudança constitucional. As lideranças de esquerda, inicialmente, saíram vitoriosas. A sublevação popular foi encerrada com o “Acuerdo de Paz y Nueva Constitución”, acordo desenhado com o apoio de Boric, enquanto era deputado, onde

diferentes forças políticas convergiram na necessidade de substituir a constituição e criar uma assembleia para redigir o novo texto constitucional (Ives, 2022, p.34).

Como resultado, foi estabelecida por voto popular, em maio de 2021, a Assembleia Nacional Constitucional (ANC), com dois terços dos seus assentos ocupados por candidaturas de esquerda (Ives, 2022, p.25). Em paralelo, Gabriel Boric enfrentou José Antonio Kast, no segundo turno das eleições presidenciais de dezembro de 2021, e saiu vitorioso (Conjuntura Latitude Sul, 2021). É importante apontar que, nas ocasiões o voto era facultativo e, do total apto a votar, 41% compareceram na eleição da ANC e 55% no segundo turno presidencial de 2021.

Boric foi eleito com o desafio de aprovar a Carta proposta pela ANC e de desenvolver as demandas do *estallido social*. Parecia, inicialmente, que teria sucesso nestas duas empreitadas. O primeiro recuo veio em setembro de 2022, no primeiro ano do mandato de Boric, quando a Carta proposta pela ANC foi submetida a um referendo e rechaçada com 61% dos votos, no primeiro ano de seu mandato presidencial. Na ocasião, o voto era obrigatório e 85% do total da população apta a votar participaram.

O segundo recuo veio em 2023. Na tentativa de dar continuidade ao processo constituinte, ficou estabelecido, por meio de negociações com parlamentares, que seria eleito um Conselho Constituinte, mais enxuto e limitado que a ANC, que seria responsável por redigir uma nova proposta de Carta. Em maio de 2023, o Partido Republicano ganhou a maioria dos assentos disponíveis no pleito do novo Conselho Constituinte (Conjuntura Latitude Sul, 2023a). O texto influenciado pelo Partido Republicano, no entanto, foi rechaçado por 55,7% dos votos em dezembro de 2023 (Conjuntura Latitude Sul, 2023c). Com isso, findou-se o processo constituinte no governo Boric.

O fracasso do processo constituinte contribuiu para um declínio na popularidade de Boric, mas foram uma crise de segurança e o aumento na percepção de insegurança da população chilena os principais motivos de insatisfação da população chilena com sua presidência. Aumentos nos índices de criminalidade foram registrados desde o primeiro ano do mandato de Boric (Conjuntura Latitude Sul, 2023b). A expansão da atuação de grupos criminosos internacionais contribuiu para um cenário de aumento da violência urbana e introduziu novos padrões de violência na sociedade chilena.

Em novembro de 2023, a repercussão de casos de violência perpetrados por imigrantes reacendeu as críticas às políticas de imigração na opinião pública e na oposição. Boric respondeu com um plano de ação que incluía maior controle territorial com a polícia e o fortalecimento do controle migratório. Preocupava o governo o aumento da imigração venezuelana e os subsequentes problemas de condução da crise migratória com a Venezuela. A crise se agravou quando, em abril de 2024, o chanceler venezuelano Yván Gil negou a existência da organização criminosa transnacional Trem de Aragua (Conjuntura Latitude Sul, 2024). As autoridades chilenas detectaram atividades do grupo criminoso em seu território em 2022 e, desde então, a intensificação da violência relacionada à sua presença no país alertou o governo Boric.

Com isso, as pressões para que o Chile cortasse as relações com a Venezuela foram intensificadas e concentradas na figura de Kast, que tem resposta agressiva à crise migratória e à crise de segurança pública como temas prioritários em sua agenda política. Para Kast, o Chile tem que construir prisões segregadas porque “estrangeiros não precisam se misturar com chilenos” (Kast *apud* Bravo, 2024). O líder da oposição apontava a necessidade da criação de um controle mais rígido das fronteiras, de negar acesso aos imigrantes irregulares aos serviços sociais (saúde, educação e habitação, por exemplo), e deportações em massa. A idéia é que ações mais duras contra a imigração contribuiriam para o aumento da segurança. Quando a corrida eleitoral de 2025 se iniciou e o Partido Republicano apontou, em janeiro de 2025, José Antonio Kast como seu candidato à presidência do Chile, a relação entre a



crise migratória e a crise de segurança continuou sendo o foco central de sua campanha.

2 As eleições gerais de 2025

Com a definição de José Antonio Kast como candidato da ultradireita, a direita tradicional e a esquerda optaram por organizar suas candidaturas em grandes coalizões. A coalizão *Chile Grande y Unido*, composta pelos grandes partidos da direita tradicional, decidiu não realizar primárias e escolheu Evelyn Matthei como presidenciável. A coalizão partidária governista, da esquerda e centro-esquerda chilena, *Unidad por Chile*, realizou suas primárias presidenciais em 29 de junho de 2026. Ainda que a crise de segurança e a crise migratória tenham sido imputadas à imagem de Carolina Tohá, Ministra do Interior entre 2022 e 2025 no governo Boric, Tohá veio a ser uma das principais candidatas nas primárias presidenciais da coalizão de governista, pelo *Partido por la Democracia*.

Tohá tinha como adversários: Jeannette Jara, do Partido Comunista, que esteve à frente do Ministério do Trabalho e Previdência Social no mesmo período; Gonzalo Winter, candidato da Frente Ampla, partido liderado por Boric; e Jaime Mulet, da Federação Regionalista Verde, deputado entre 2018 e 2025. O presidente Gabriel Boric não pode se candidatar a um segundo mandato consecutivo, de acordo com a lei chilena. Jeannette Jara obteve ampla vitória, com cerca de 60% dos votos, superando Tohá, que ficou com 28%. Foi a primeira vez, desde a redemocratização do Chile, que um candidato do Partido Comunista encabeçou uma candidatura única de esquerda.

Além de Jeannette Jara, candidata governista, Evelyn Matthei, candidata da direita tradicional, e José Antonio Kast, candidato da ultradireita, é fundamental apresentar dois outros candidatos: Franco Parisi e Johannes Kaiser. Franco Parisi se candidatou pelo *Partido de la Gente* e se posicionou como um candidato outsider, com discurso de descontentamento com a política tradicional e com forte apelo digital. Já Johannes Kaiser, candidato do *Partido Nacional Libertario*, concorreu em 2025 como representante mais à direita que o Partido Republicano, com discurso fortemente antigovernista, de rejeição às elites políticas tradicionais.

Desta forma, na data da realização do primeiro turno das eleições gerais, em 16 de novembro de 2025, haviam 5 candidatos principais na disputa pela presidência do Chile, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Candidatos à presidência do Chile em 2025

Candidato(a)	Partido ou coalizão partidária
Evellyn Matthei	Chile Grande y Unido
Franco Parisi	Partido de la Gente
Jeannete Jara	Unidad por Chile
Johannes Kaiser	Partido Nacional Libertario
José AntonioKast	Partido Republicano

Fonte: Elaboração própria.

2.1 Primeiro turno

De acordo com o *Servicio Electoral de Chile* (Serval), 85% da população apta a votar foi às urnas, o que representou a maior participação eleitoral da história chilena. É fundamental sinalizar, ainda, que foi o primeiro sufrágio presidencial com voto obrigatório em décadas, no qual a ausência do eleitor foi sancionada com multas que variaram entre 30 mil e 103 mil pesos chilenos, uma multa significativa, considerando que o salário-mínimo atual no Chile é cerca de 529 mil pesos chilenos.

Os eleitores votaram para preencher 155 assentos na Câmara de Deputados e 23 assentos no Senado e para eleger o presidente do Chile para os próximos quatro anos. Nas eleições parlamentares, os principais partidos se organizaram em torno de quatro pactos: *Unidad por Chile*, a coalizão governista; *Verdes, Regionalistas y Humanistas*, de centro-esquerda; *Chile Grande y Unido*, da direita tradicional; e *Cambio por Chile*, da ultradireita.

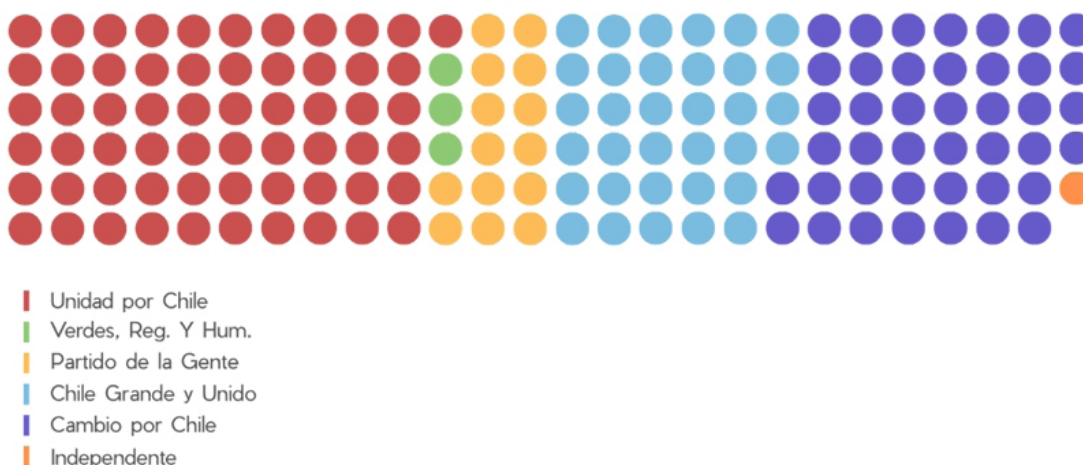
Quadro 2 – Coalizões partidárias nas eleições parlamentares chilenas de 2025

Unidade por Chile	Verdes, Regionalistas y Humanistas	Chile Grande y Unido	Cambio por Chile
Partido Socialista (PS)	Federación Regionalista Verde Social (FRVS)	Evópoli (EVO)	Partido Republicano (REP)
Partido por la Democracia (PDP)	Acción Humanista (HA)	Renovación Nacional (RN)	Partido Nacional Libertario (PNL)
Frente Amplio (FA)	-	Unión Demócrata Independiente (UDI)	Partido Social Cristiano (PSC)
Partido Comunista (PC)	-	Demócratas (DEM)	-
Partido Radical (PR)	-	-	-
Partido Demócrata Cristiano (PDC)	-	-	-
Partido Liberal (PL)	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base em Decide Chile (2025).

Na Câmara de Deputados, a coalizão governista *Unidad por Chile* saiu vitoriosa, com 61 deputados eleitos. O Partido Republicano conquistou 31 assentos, o maior número, seguido pela *Unión Demócrata Independiente* (UDI), da direita tradicional, e pela *Frente Amplio*, da esquerda, com 18 e 17 assentos, respectivamente. No âmbito das coalizões, os pactos de direita *Chile Grande y Unido* e *Cambio por Chile* elegeram, juntos, 76 do total de 155 deputados. A Ilustração I mostra a distribuição de candidaturas por coalizões e partidos na Câmara de Deputados.

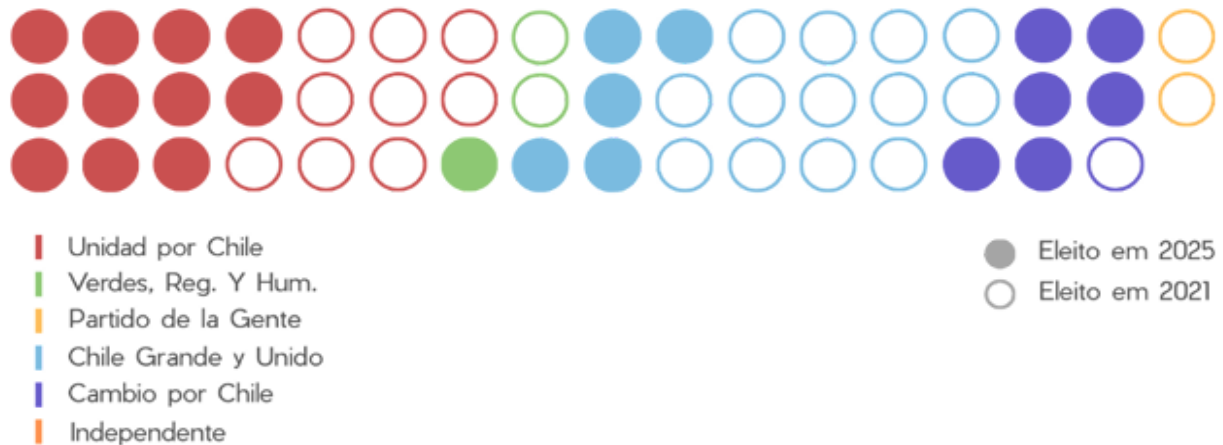
Ilustração 1 – Distribuição de assentos na Câmara dos Deputados chilena após as eleições de 2025



Fonte: Adaptação de Decide Chile (2025).

No Senado, 23 dos 50 assentos estavam em disputa nessa eleição, já que os outros 27 foram preenchidos nas eleições de 2021. As coalizões de direita *Chile Grande y Unido e Cambio por Chile* elegeram 11 senadores e ocupam 25 senadores no total, considerando os eleitos anteriormente. Já a coalizão governnista *Unidad por Chile* elegeu 11 senadores, totalizando 20 senadores no total, considerando os eleitos em anteriormente. A Ilustração 2 mostra a distribuição dos assentos do Senado considerando os senadores eleitos em 2021 e 2025.

Ilustração 2 – Distribuição de assentos na Senado chileno após as eleições de 2025



Fonte: Adaptação de Decide Chile (2025).

Em relação às eleições presidenciais, os votos foram distribuídos entre três candidatos principais: Jeannette Jara, que venceu o primeiro turno com cerca de 26,8% dos votos; José Antonio Kast, com 23,9% dos votos; e Franco Parisi, com 19,7% dos votos. Com isso, disputaram o segundo turno, no dia 14 de dezembro de 2025, a candidata governnista Jeannette Jara e o candidato da ultradireita, José Antonio Kast.

2.1 Segundo turno

Desde as primeiras horas de votação, os dados divulgados pelo *Servicio Electoral de Chile* (Servel) indicavam que a vantagem clara de Kast, mostrada anteriormente em pesquisa eleitoral, estava se materializando. Após a apuração de todas as mesas, José Antonio Kast foi eleito presidente com aproximadamente 58,2% dos votos, contra 41,8% de Jeannette Jara. A vitória de Kast no segundo turno também aconteceu com alta participação – cerca de 13,4 milhões dos 15 milhões de eleitores habilitados votaram nesta etapa do processo eleitoral.

A vitória do projeto ultradireitista de Kast representou a maior guinada a direita desde a ditadura de Pinochet, bem como é a primeira vez que um político que defende abertamente as ações autoritárias praticadas na ditadura ocupa o cargo de presidente do Chile desde a redemocratização do país.

Considerações finais: Primeiros movimentos de Kast após as eleições

Logo após a sua vitória, no dia 15 de dezembro, José Antonio Kast reuniu-se com o presidente em exercício, Gabriel Boric, afim de discutir a transição do governo que assumirá em 11 de março de 2026. A equipe do líder do Partido Republicano afirmou que buscará acelerar o processo de transição de governo e pretende instalar um “governo de emergência”, para tratar de questões de segurança pública, controle migratório e recuperação econômica.

Desde a eleição, Kast tem avançado na formação de seu gabinete ministerial utilizando um método incomum no Chile: comunicando os nomes gradualmente e informalmente antes do momento oficial do anúncio ministerial, tornando público, inclusive, as expectativas frustradas (Montes, 2026). Até o momento, Kast anunciou Jorge Quiroz para o Ministério da Fazenda, Claudio Alvarado, da UDI, no Ministério do Interior, e Francisco Pérez Mackenna, atualmente CEO da empresa Quiñenco, como chanceler, ainda que não tenha experiência na diplomacia. Para o Ministério da Defesa, o principal nome é Fernando Barros, advogado que fez parte da equipe de defesa de Augusto Pinochet quando foi detido em Londres, em 1998 (Montes, 2026).

No plano doméstico, além de trabalhar no estabelecimento da equipe que irá compor o governo, Kast tem sinalizado que seu governo não apoiará automaticamente projetos emblemáticos do governo anterior, como o programa universal de creches e o projeto que perdoaria dívidas estudantis, condicionando esse apoio à situação fiscal e à disciplina orçamentária que pretende implementar. Já no plano internacional, o presidente eleito já organizou encontros com o salvadorenho Nayib Bukele para tratar, sobretudo, de segurança e migração. Além disso, confirmou viagens à República Dominicana e ao Panamá. O último será anfitrião do Fórum Econômico Internacional da América Latina e do Caribe de 2026 (Laborde, 2026a).

Em síntese, os primeiros movimentos de Kast tem sido marcado por ineditismos no que tange à formalidade política, resgates de figuras do passado autoritário do Chile e indicações de desmonte dos avanços alcançados nos governos anteriores, principalmente do Governo Boric, que Kast caracterizou como um período marcado “pela improvisação, incerteza e recusa em governar de forma realista” (Kast *apud* Laborde, 2026b).

Referências bibliográficas

BRAVO, Diego. José Antonio Kast propõe prisões segregadas: “Estrangeiros não devem ser misturados com chilenos” ADN. 2024. Disponível em: <https://www.adnradio.cl/2024/04/15/jose-antonio-kast-propone-carceles-segregadas-los-extranjeros-no-tienen-por-que-estar-mezclados-con-los-chilenos/>. Acesso em: 20/01/2026

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Chile elege novo Conselho Constituinte. 2023a. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/07/5.Conjuntura_Maio_2025.pdf. Acesso em: 20/01/2025

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Chile endurece resposta contra a imigração irregular em meio à crise de segurança no país. 2023b. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ConjunturaLATSUL_Nov23.pdf. Acesso em: 20/01/2025.

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Chile rejeita uma nova proposta de Constituição pela segunda vez em um ano. 2023c. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/ConjunturaLATSUL_Dez23.pdf. Acesso em: 20/01/2025

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Chilenos elegem Gabriel Boric nas eleições presidenciais de 2021. 2021. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/08/ConjunturaLATSUL_Dezembro2021.pdf. Acesso em: 20/01/2026

CONJUNTURA LATITUDE SUL. Declaração de chanceler venezuelano escala tensões entre Chile e Venezuela. 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Conjuntura-Latitude-Sul_abril_2024_original.pdf. Acesso em: 20/01/2026.

COSTA, Murilo Gomes da; TANSCHKEIT, Talita. Monitor Eleitoral: Eleições Presidenciais de 2021 no Chile. Boletim OPISA, n. 4, out-dez, 2021.

DECIDE CHILE. Presidenciales y Parlamentarias 2025. Cuando el voto obligatorio cambia el guion. 2025. Disponível em: <https://www.decidechile.cl/informes/presidenciales-y-parlamentarias-2025/cuando-el-voto-obligatorio-cambia-el-guion>. Acesso em: 20/01/2026.



IVES, Diogo. O longo processo constituinte no Chile e os rumos do governo Boric. Boletim OPISA, n. 4, out-dez 2022.

LABORDE, Antonia. Kast alista suencuentrocon Bukele enelcuarto viaje internacional desde que resultóelecto. El País. 2026a. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2026-01-20/kast-alista-su-encuentro-con-bukele-en-el-cuarto-viaje-internacional-desde-que-resulto-electo.html>. Acesso em: 20/01/2026

LABORDE, Antonia. Kastno cede ante Boric: dejaenel aire suapoyo a losproyectos de sala cuna y financiamiento educativo para no crear “falsas expectativas”. 2026b. El País. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2026-01-15/kast-no-cede-ante-boric-deja-en-el-aire-su-apoyo-a-los-proyectos-de-sala-cuna-y-financiamiento-educativo-para-no-crear-falsas-expectativas.html>. Acesso em: 20/01/2026.

MADEIRA, Letícia Lacerda. Estallido Social no Chile (2019–2020): estratégias, afetos e sínteses da resistência ao neoliberalismo. 2025. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:[10.11606/D.84.2025.tde-10092025-172709](https://doi.org/10.11606/D.84.2025.tde-10092025-172709). Acesso em: 2026-01-17.

MONTES, Rocío. El inusual método con que Kast conforma su Gabinete: informándolo de a goteo y echando pie atrás. El País. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2026-01-19/el-inusual-metodo-con-que-kast-conforma-su-gabinete-informandolo-de-a-goteo-y-echando-pie-atras.html>. Acesso em: 20/01/2026

PEREZ, Libio; FUENTE, Víctor Hugo de la. Chile: os frutos amargos do «estallido» social. Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa. Fevereiro de 2025. Disponível em: <https://pt.mondediplo.com/2025/02/chile-os-frutos-amargos-do-estallido-social.html>. Acesso em: 17/01/2026.



Monitor Eleitoral

Eleições de 2025 na Bolívia: do giro à direita ao fim do ciclo campesino-originário

Marília Closs
Pesquisadora OPISA

O segundo turno das eleições gerais do Estado Plurinacional da Bolívia, realizado no dia 19 de outubro de 2025, selou a vitória da chapa composta por Rodrigo Paz e Edman Lara na disputa pela presidência e vice-presidência do país. O resultado eleitoral marcou um “giro à direita” da sociedade, cuja maioria votou em uma plataforma política de identidade ideológica mesclada, mas definitivamente à direita do governo anterior. Além disso, selou também o fim da hegemonia do Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS-IPSP, ou apenas MAS), partido que, salvo uma interrupção entre 2019 e 2020, governou a Bolívia desde 2006.

A derrota do MAS-IPSP não se deu apenas na perda da presidência, mas também em sua exponencial diminuição de presença nas câmaras legislativas e na fragmentação de suas lideranças políticas – com muitas delas tendo saído formalmente do partido. Foi um pleito marcado por uma profunda fragmentação do sistema político boliviano, cuja profundidade foi ainda maior na esquerda e no campo popular. Mais do que uma crise partidária, tratou-se de um processo mais amplo de desidratação do campo popular e da esquerda boliviana, historicamente articulado em torno do MAS, ou seja, do partido-movimento e das organizações populares que construíram a Bolívia *campesino-originária* e o Estado Plurinacional. O resultado das eleições, portanto, simboliza não apenas uma alternância de poder, mas o encerramento de um ciclo político iniciado com a ascensão das forças populares no início do século XXI, que tomaram e refundaram o Estado boliviano.

Contexto das eleições

As eleições gerais de 2025 da Bolívia foram realizadas em um contexto marcado por instabilidade política, econômica e social. Desde o início da década de 2020, a economia boliviana enfrentava dificuldades decorrentes, entre outros elementos, do esgotamento do modelo econômico baseado nos rendimentos na extração e comercialização do gás natural. Esse ciclo permitiu a ampliação significativa do gasto público e o financiamento de programas sociais que contribuíram para a redução da pobreza e a inclusão social de amplos setores populares. Afinal, o modelo de crescimento adotado ao longo dos governos do MAS-IPSP baseou-se, em grande medida, na captura e redistribuição da renda gerada pela exploração e exportação de gás natural (Tapia; Chávez, 2020). No entanto, a desaceleração da economia boliviana, a queda dos preços internacionais das commodities e o esgotamento progressivo das reservas de gás reduziram a capacidade do Estado de sustentar esse modelo. A escassez de divisas começou a gerar pressões cambiais, dificuldades de importação e tensões fiscais, afetando a estabilidade econômica e social do país. Como consequência, às vésperas da eleição, o país vivia uma elevada inflação nos alimentos e combustíveis, em um cenário acelerado de desabastecimento do último e de alta do dólar, concomitante à falta de divisas internacionais. As frustrações com a ausência de rendimentos com exploração do lítio traziam a sensação de que o minério não cumpriu o papel previsto para ele na economia boliviana (Cagley, 2026).

A crise econômica somou-se a uma crise política que vinha se aprofundando desde os acontecimentos relacionados às eleições e ao golpe de Estado de 2019. Embora o MAS-IPSP tenha retornado ao poder nas eleições de 2020, com a vitória de Luis Arce, o sistema político boliviano passou a apresentar sinais de fragmentação e crescente contestação social. A disputa interna no MAS tornou-se um dos principais elementos da crise política: tensões entre a liderança histórica de Morales, setores vinculados ao governo Arce e lideranças regionais produziram um conflito prolongado dentro do partido. Essas disputas dificultaram a definição de candidaturas e fragilizaram a capacidade do MAS de apresentar um projeto político unificado para o país.

Nesse cenário, a própria formação das chapas presidenciais tornou-se um processo complexo. No campo da esquerda e da centro-esquerda, a crise fratricida do MAS aprofundou divisões entre lideranças históricas, governistas e dissidentes, fragmentando a base social que havia sustentado o ciclo político anterior. Por isso, o MAS-IPSP, maior e mais importante partido político do país, chegou às eleições gerais de 2025 enfrentando um cenário particularmente difícil. O governo do presidente Luis Arce apresentava níveis baixos de aprovação pública – em função, principalmente, das condições econômicas do país. Apesar de ensaios iniciais de uma candidatura de Arce à reeleição, rapidamente se tornou evidente dentro do próprio partido que o presidente não reunia condições eleitorais suficientes para liderar uma candidatura competitiva. Diante desse diagnóstico, o MAS acabou indicando como candidato presidencial o então ministro do Governo, Eduardo del Castillo, numa tentativa de renovar a liderança partidária sem romper formalmente com o grupo político que controlava o governo.

No entanto, a baixa popularidade do governo não foi o único fator a enfraquecer o partido. O rompimento definitivo entre Arce e Evo Morales representou um golpe político significativo para o MAS. As tensões entre os dois se acumulavam desde os primeiros anos do governo Arce, refletindo disputas internas sobre a direção do partido e a condução do governo. Em 2025, essas divergências culminaram em uma ruptura aberta, quando os dois setores – “arcistas” e “evistas” – realizaram congressos partidários separados, cada qual reivindicando a legitimidade institucional do MAS-IPSP. A disputa chegou também ao terreno jurídico e institucional. Ao final desse processo, o controle formal da sigla partidária foi reconhecido pelo Tribunal Eleitoral ao setor alinhado ao governo de Arce.

A perda do controle institucional do partido levou Evo e seus “afins”, como costumam chamar os bolivianos, a buscar outras alternativas para viabilizar sua presença no processo eleitoral. Inicialmente, o ex-presidente procurou abrigo para sua candidatura em outra sigla política. Contudo, em razão de disputas jurídicas relacionadas à legalidade da candidatura de Evo devido a processos em curso contra ele, Morales acabou impedido de disputar a presidência. Frente a isso, sua estratégia eleitoral foi redirecionada para a mobilização política de sua base social e para o fortalecimento de uma nova organização partidária – e, mais próximo à eleição, ao voto nulo. Morales segue se movimentando, hoje, para fundar um novo partido político, com o qual pretende reorganizar seu campo de apoio e disputar as próximas eleições nacionais.

O impacto dessa ruptura foi profundo para o MAS-IPSP. Apesar de críticas e contradições, Evo Morales segue uma figura de peso e grande popularidade entre setores importantes da sociedade boliviana, especialmente entre movimentos camponeses e sindicatos de produtores de folha de coca do departamento de Cochabamba. O afastamento do ex-presidente levou consigo parte significativa dessa base social, incluindo militantes, dirigentes comunitários e organizações que tradicionalmente compunham o chamado Pacto de Unidade, principal coalizão de movimentos sociais que historicamente nucleia e sustenta projeto político do MAS. Para além daqueles que saíram com Morales, há aqueles que se desiludiram – e desengajaram – com a luta fratricida. Como resultado, o partido não apenas se fragmentou institucionalmente, mas também perdeu capacidade de mobilização social, elemento central de sua força política desde sua fundação.

Além da candidatura oficial do MAS, o campo da esquerda boliviana apresentou outras



duas candidaturas relevantes. Uma delas surgiu de uma ruptura inesperada dentro do próprio universo político ligado ao ex-presidente Morales. O ex-senador Andrónico Rodríguez, ex-senador pelo MAS-IPSP, jovem dirigente *evista* do sindicato de produtores de folha de coca de Cochabamba e considerado, durante anos, o mais provável sucessor político de Morales entre os *cocaleros*, lançou sua candidatura presidencial em maio de 2025. Nascido e politicamente formado nos sindicatos de produtores de coca de Cochabamba, Rodríguez havia construído sua trajetória como aliado próximo do ex-presidente e representante de uma nova geração de lideranças do movimento. Após divergências com Morales, sua candidatura foi inicialmente anunciada sem filiação partidária definida, mas posteriormente passou a ser apoiada pela chamada Aliança Popular, uma coalizão formada pelo Movimento Terceiro Sistema (MTS) e outras organizações menores.

Outra candidatura no campo progressista foi a da prefeita de El Alto, Eva Copa, que já havia se projetado nacionalmente após romper com o MAS-IPSP nas eleições de 2020. Representando uma tradição política mais ligada a segmentos populares urbanos, inclusive do indigenismo urbano de El Alto, sua candidatura buscou dialogar com eleitores descontentes tanto com o governo Arce quanto com as disputas entre *arcistas* e *evistas*. Apesar de movimentações importantes, Eva Copa e seu partido MORENA retiraram a candidatura à presidência em julho, às vésperas do pleito. De todo modo, a multiplicação de candidaturas no campo da esquerda refletiu o grau de fragmentação política que caracterizou o cenário eleitoral boliviano de 2025 e contribuiu para enfraquecer a capacidade do antigo bloco governista de competir de forma unificada nas eleições presidenciais.

Ao mesmo tempo, os setores à direita do espectro político buscaram reorganizar-se – ainda que, também, sem maior sucesso em termos de unidade. Em dezembro de 2024, algumas das mais importantes lideranças de oposição à direita ao MAS anunciaram um acordo preliminar de unidade com o objetivo de enfrentar os setores à esquerda. Entre os nomes envolvidos estavam Carlos Mesa, Samuel Doria Medina, Jorge Quiroga e Luis Fernando Camacho, entre outros, em um bloco de “veteranos” da política boliviana. A tentativa de construir uma frente ampla refletia a percepção de que apenas uma candidatura competitiva – e de unidade – poderia derrotar as diferentes candidaturas à esquerda, com marcado caráter popular. No entanto, divergências políticas, estratégicas e pessoais impediram a consolidação plena dessa aliança. Algumas lideranças relevantes, como Manfred Reyes Villa e Rodrigo Paz Pereira, logo optaram por manter projetos políticos próprios, contribuindo para a fragmentação do campo opositor. Pouco tempo depois, Tuto Quiroga também renunciaria ao bloco, frente às pesquisas eleitorais que indicavam a pouca viabilidade eleitoral do conjunto.

Isso se explica por algumas razões. O cenário eleitoral boliviano de 2025 foi marcado, desde o início, por um marcado sentimento de rejeição generalizada aos principais candidatos (Molina, 2025). Este fato deu menos possibilidade e flexibilidade para candidaturas do *establishment* e “veteranos” da política boliviana, como a maior parte das candidaturas à direita. Como as urnas mostraram, isso abriu espaço para uma candidatura que se colocava como outsider, algo que, segundo Molina (2025), refletia um momento de transição no sistema político: ao mesmo tempo em que se encerrava a longa agonia do MAS-IPSP como força hegemônica, também se rompia o monopólio da representação da oposição à direita exercido por um pequeno grupo de políticos veteranos, quase todos forjados na década de 1990. Entre as direitas tradicionais, a acomodação das forças acabou se estruturando em torno de duas candidaturas principais: a do ex-presidente e ex-senador Jorge Quiroga e a do ex-ministro Samuel Doria Medina, enquanto Carlos Mesa, uma das figuras políticas de centro-direita mais importantes do país, optou por uma posição de neutralidade. As duas candidaturas organizaram-se em torno de blocos distintos — *Libertad y Democracia (Libre)*, no caso de Quiroga, e *Unidad*, no de Doria Medina — e rapidamente passaram a disputar entre si o protagonismo opositor.

A relação entre as duas candidaturas “tradicionais” da direita foi marcada por forte

rivalidade e pouca margem para coordenação política. As diferenças ideológicas – ainda que pequenas –, somadas a uma disputa acirrada pelo eleitorado que parecia abandonar o MAS, dificultaram as tentativas de unidade e deram lugar a uma campanha marcada por ataques mútuos. Quiroga construiu uma campanha de extrema-direita e aproximou-se de maneira mais enfática do establishment político e econômico do departamento de Santa Cruz, onde se concentra a maior parte da elite ligada ao agronegócio, com identidade política marcada pelo conservadorismo e, muitas vezes, pelo racismo, o que ajudou a organizar, historicamente, a identidade antimasista da região. Já Doria Medina construiu uma campanha tentando se colocar mais ao centro que Quiroga, mas buscou ampliar sua base acenando a Luis Fernando Camacho e a setores ligados a ele.

Essa estratégia acabou garantindo a Quiroga uma vantagem inicial sobre seu adversário, mas também revelou os limites de sua candidatura. A forte identificação com as elites cruceñas e com o conservadorismo regional dificultou sua capacidade de projetar apoio para além desse espaço político, já que se trata de uma identidade majoritariamente ligada a Santa Cruz ou, no máximo, correspondente aos departamentos da “Meia Lua” boliviana (Molina, 2025). Como consequência, sua candidatura mostrou-se particularmente frágil nos departamentos ocidentais da Bolívia, onde tendia a perder terreno em um eventual segundo turno. Na leitura de Molina (2025), o problema central foi que Quiroga não conseguiu convencer antigos eleitores do MAS de que seria capaz de conduzir de maneira estável uma eventual “curva à direita” do país, enquanto Doria Medina tampouco conseguiu se afirmar como uma verdadeira terceira via — sobretudo devido às associações com Camacho e com o ciclo de conflitos políticos iniciado em 2019.

Foi nesse contexto que ganhou visibilidade a chapa formada por Rodrigo Paz Pereira e Edman Lara, lançada pelo Partido Demócrata Cristiano (PDC). Paz, filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora, tinha até então uma biografia política ligada ao departamento de Tarija, pelo qual foi senador, além de ter sido prefeito da cidade capital homônima. Diante do enfraquecimento do campo popular à esquerda e da polarização à direita entre duas candidaturas tradicionais, parte do eleitorado parecia ainda buscar uma alternativa distinta. Paz procurou apresentar sua candidatura como uma mescla ideológica que combinava liberalismo econômico, renovação – inclusive geracional – e algum grau de continuidade institucional (com destaque para sua garantia de manutenção, por exemplo, do Estado Plurinacional). O elemento mais chamativo da chapa, no entanto, foi a presença de Lara como candidato a vice: um coronel da polícia que havia se tornado popular nas redes sociais, sobretudo no TikTok, e que buscava construir uma imagem de proximidade com setores populares, evitando o distanciamento frequentemente associado às figuras tradicionais da direita. Com isso, estava montado o cenário eleitoral.

O resultado das eleições

No primeiro turno, realizado em 17 de agosto de 2025, nenhum candidato alcançou os requisitos constitucionais para vitória imediata (50% dos votos ou 40% com vantagem de 10 pontos). A chapa composta por Paz e Lara ficou em primeiro lugar, com cerca de 32% dos votos, seguida pela candidatura de Tuto Quiroga, com aproximadamente 26,8%. Em terceiro lugar ficou Samuel Doria Medina, com cerca de 23%, enquanto as demais candidaturas, inclusive de Andrónico Rodríguez (com cerca de 8,5% dos votos), Manfred Reyes Villa e Eduardo Del Castillo (cerca de 3,1% dos votos), obtiveram percentuais significativamente menores. De saída, o primeiro turno mostrou mudanças significativas na estrutura política do país: a ausência de Samuel Doria Medina no balotaje e o crescimento rápido da candidatura de Lara certamente são importantes, mas a diminuição do percentual de votantes no MAS e nas candidaturas à esquerda também chama atenção. De forma complementar, chama a atenção o fato de quase 20% dos votos serem nulos, o que também mostra a força remanescente da figura de Evo Morales.

Pela primeira vez na história do país, a eleição para a presidência seria decidida no segundo turno. O processo ocorreu em 19 de outubro de 2025. Paz venceu com cerca de 54,5% dos votos, contra 45,5% de Quiroga, elegendo-se presidente. No plano legislativo, as eleições produziram um Congresso fragmentado, sem maioria clara. A coalizão ligada a Rodrigo Paz conquistou cerca de 39% dos assentos, tornando-se a maior bancada, mas ainda dependente de alianças para aprovar legislação. A aliança de Quiroga obteve aproximadamente 30% das cadeiras, enquanto outras forças políticas, incluindo remanescentes do MAS e partidos regionais ou menores, completaram o restante do Legislativo. Chama a atenção o péssimo desempenho legislativo do MAS, que perdeu todos os assentos do Senado e ficou com apenas 2 deputados na Câmara, em um universo de 130 deputados/as.

Entre o fim da hegemonia do MAS-IPSP e o rechaço à extrema direita: o que significaram as eleições de 2025?

As eleições gerais da Bolívia certamente trouxeram uma série de surpresas e transformações na realidade política e social do país. A mais importante delas foi, sem dúvidas, a diminuição exponencial do tamanho do MAS-IPSP – tanto no parlamento quanto no baixíssimo desempenho de Eduardo del Castillo na corrida presidencial. Entre 2006 e 2025, o MAS-IPSP foi incontestavelmente o partido político mais importante no país. Afinal, foi o partido-movimento que teve capacidade política de refundar o Estado e operou políticas públicas e sociais que objetivamente transformaram a realidade social. O MAS é, portanto, um exemplo de partido político vitorioso nas ruas, mas também nas urnas: ganhou quatro ciclos eleitorais – todas as vezes no primeiro turno – e chegou a ter maiorias – simples e absolutas – no parlamento bicameral. No início do século XXI, o partido foi caso de sucesso na América do Sul, com capacidade de formular e implementar políticas, garantir mobilização social continuada para apoiar sua linha política e ideológica e, em última instância, construir uma hegemonia na Bolívia Plurinacional. Na prática, o partido e os movimentos e organizações populares ao seu redor criaram – ideológica e praticamente – a Bolívia campesina-originária. É resultado disso que os partidos de oposição tenham virado um amontoado de partidos pequenos que, por duas décadas, quase sumiram a nível nacional (Molina, 2025).

No entanto, as crises políticas – internas e externas – levaram à diminuição do partido. Certamente, as principais razões estão na combinação do esgotamento do modelo econômico extrativista, incapaz em garantir que exista gás natural suficiente para extrair debaixo da terra para financiar as políticas sociais necessárias, e na guerra interna ao partido, que foi incapaz de acomodar lideranças políticas com poucas (e minúsculas) divergências ideológicas. No entanto, para além disso, está também o esgotamento das próprias políticas sociais, que não conseguiram chegar a um segundo estágio de implementação e garantir que a diminuição da desigualdade e da pobreza no país tivesse efeitos mais duradouros (Linera, 2025).

Fica em aberto, também, o que do ciclo de mais de duas décadas do MAS-IPSP permanecerá na política boliviana. Desde a eleição de Rodrigo Paz, uma série de transformações já foram levadas a cabo. Em especial, as mudanças na política externa mostram que as mudanças serão consideráveis, já que o anti-imperialismo é – ou era – um dos núcleos do *masismo*.

De forma complementar, outras perguntas estão colocadas. Entre o racha entre Evo e Arce – e os respectivos segmentos de movimentos sociais que seguem suas lideranças –, o enfraquecimento da capacidade de unidade dos sólidos movimentos sociais bolivianos, o isolamento e o entrincheiramento (neste caso, literal) de Evo Morales e as fracas projeções da renovação do campo à esquerda, fica a dúvida: como será possível reconstruir o campo popular e nacional do país? A Bolívia campesina-originária, de fato, ruiu, ou poderá ser retomada com a renovação dos quadros e com a vitalidade que nomes como Andrónico Rodríguez e Eva Copa parecem trazer? Essas respostas ainda não estão dadas. A continuidade de um projeto político



que colocou no centro a dimensão da Bolívia campesina-indígena-originária se sustentará ou será necessária uma reflexão mais ampla, inclusive com as dimensões e os setores urbanos e industriais do país?

A própria eleição de Rodrigo Paz também traz elementos interessantes a serem analisados. Se a disputa eleitoral “tradicional”, nos últimos anos, se organizou ao redor da polarização entre campos à esquerda e uma – geralmente, nascente e novata – extrema-direita na América do Sul, o perfil de voto que se sobressaiu foi outro na Bolívia. A figura do “outsider”, tão tradicional no cenário político latino-americano – e que, geralmente, não se trata de alguém, de fato, de fora do sistema político – no caso boliviano não migrou para a extrema-direita, mas se manteve em uma centro-direita que funcionou, em 2025, como uma amálgama de diversas linhas políticas, muitas delas contraditórias entre si. A extrema-direita, materializada em Tuto Quiroga, e a direita “tradicional”, materializada em Doria Medina, não conseguiram se colocar como alternativas de confiança ao MAS. Se, desde o início dos anos 2000, a oposição à direita falhou em se colocar como algo para além de “oposição ao MAS”, em 2025 isso se comprova uma vez mais: a extrema-direita conservadora, com marcado caráter racista, não cresce para além da Meia Lua – e quem conseguiu mimetizar um caráter mais “popular” levou a vitória nas urnas. Por isso, se 2025 foi o ano em que a Bolívia pôs fim ao ciclo político do MAS-IPSP, também o fez rechaçando a extrema-direita.

É certo que os rumos da política boliviana estão em aberto, sobretudo porque a eleição de uma figura imprevisível como Rodrigo Paz abre uma série de novas possibilidades. No entanto, parece nítido que um ciclo iniciado em 2006 e complexificado em 2019 parece se fechar em 2025. Neste processo, o papel que a esquerda e o campo popular terá, com sua marcada característica campesina-originária e trajetória de ditar o rumo da política do país por duas décadas, é provavelmente, a principal dúvida.

Referências

GARCÍA LINERA, Álvaro. Por que a esquerda perde eleições? Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 20 ago. 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/656055-por-que-a-esquerda-perde-eleicoes-artigo-de-alvaro-garcia-linera>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MOLINA, Fernando. ¿Capitalismo para todos? Las elites, lo popular y el giro a la derecha boliviano. Nueva Sociedad, n. 320, nov.-dic. 2025. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/320-elites-popular-giro-derecha-bolivia>. Acesso em: 13 mar. 2026.

TAPIA, Luis; CHÁVEZ, Marxa. Producción y reproducción de desigualdades: organización social y poder político. La Paz: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, 2020. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/16894>. Acesso em: 13 mar. 2026.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entre la Pachamama y el Desarrollo: las contradicciones ambientales de Bolivia entre el discurso y la práctica durante los gobiernos del MAS

Clayton M. Cunha Filho¹³

A lo largo de las últimas dos décadas, Bolivia, gobernada por el partido Movimiento al Socialismo (MAS), ha disfrutado de un peso y una resonancia mundial significativamente superiores a lo que cabría esperar de un país de sus dimensiones socioeconómicas y geopolíticas. Basándose en la novedad que supuso la llegada al poder de Evo Morales como su primer presidente indígena en 2006 y en las transformaciones políticas que convirtieron al país en un Estado Plurinacional con reconocimiento constitucional de las autonomías indígenas en 2009, el país movilizó hábilmente el proceso interno de inclusión e incorporación étnica como poder blando en la arena internacional, a través del cual proyectó una imagen internacional de defensor radical del planeta y del medio ambiente en la lucha contra el cambio climático y por los derechos de los pueblos (Berros, 2021; Delgado, 2018, p. 251–252; Evans, 2015; Lalander, 2017, p. 477).

Sin embargo, esa imagen y ese discurso de defensor del medio ambiente siempre han estado en contradicción con un modelo económico interno basado en gran medida en el extractivismo y el agronegocio. Ese modelo, a pesar de los importantes cambios en la participación y la regulación económica del Estado frente a la iniciativa privada, apenas ha variado en su estructura (Fabricant; Gustafson, 2019; Wanderley, 2017) y, en su expansión a lo largo de los años, a menudo ha chocado con los ideales anunciados de preservación de la Madre Tierra durante los tres mandatos de Morales (2006-2009; 2009-2014; 2014-2019) y el de Luis Arce (2020-2025).

Así, al final del ciclo de gobiernos del MAS provocado por la derrota electoral en 2025, el objetivo de este artículo es presentar un balance de estos 20 años entre la defensa de la Pachamama y los anhelos de desarrollo económico. Para ello, en la primera sección se discute como el país logró posicionarse internacionalmente como defensor del medioambiente y alternativa ambiental internacional, pero paradójicamente mantuvo y profundizó un modelo económico interno extractivista en fuerte contradicción con ese posicionamiento. En seguida, se analiza el papel de las relaciones internacionales en el “Proceso de Cambio” y el peso en ellas de la cuestión ambiental y del patrón de desarrollo boliviano, y cómo los problemas ocasionados por el virtual agotamiento del modelo a partir del fin del superciclo internacional de las *commodities* y el declive de sus reservas de gas ya venían implicando en cambios en torno a la cuestión. Por último, se retoma la discusión de los límites y consecuencias del modelo

¹³<https://orcid.org/0000-0001-6073-3570>.

económico extractivista y se concluye con algunas notas sobre el cambio político provocado por la derrota del MAS en las elecciones de 2025 y qué esperar del nuevo gobierno de Rodrigo Paz acerca de los temas discutidos en el artículo.

Entre la Pachamama y el desarrollo: la paradoja boliviana

Cuando el líder cocalero de origen aymara Evo Morales asumió por primera vez la presidencia de la entonces República de Bolivia el 22 de enero de 2006, tras un quinquenio de convulsiones sociales en el país a menudo interpretadas internacionalmente como un levantamiento de sus masas indígenas secularmente oprimidas, el nuevo mandatario del ascendente MAS supo capitalizar el simbolismo épico del acontecimiento al celebrar una primera ceremonia de toma de posesión en las ruinas preincaicas de Tiwanaku, ataviado con trajes y símbolos de autoridad indígenas. Proyectando su mandato que iniciaba como el gobierno de los movimientos sociales e indígenas con promesas de descolonización y refundación del propio Estado, Morales logró la elevación a ley nacional de la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de Pueblos Indígenas (UNDRIP¹⁴) en el 2007. También convocó rápidamente una Asamblea Constituyente que convertiría al país en el Estado Plurinacional de Bolivia, con la constitucionalización de amplios derechos sociales colectivos y ambientales¹⁵. Declaraba seguir y promover los principios ético-filosóficos del “*suma qamaña* (vivir bien), *ñandereko* (vida armoniosa), *teko kavi* (vida buena), *ivi maraei* (tierra sin mal) y *qhapaj ñan* (camino o vida noble)” (Estado Plurinacional de Bolivia, 2009, art. 8) provenientes del mundo aymara, quechua y guaraní.

De estos, sobre todo el de *suma qamaña* se presentaría con frecuencia a nivel internacional como una alternativa al concepto de desarrollo “que sería no desarrollista, no consumista e incluso no moderno/occidental” (Stefanoni, 2012, p. 13; ver también Artaraz; Calestani, 2015; Delgado, 2018), presumidamente holístico y en armonía con la naturaleza. Aunque a menudo sin contar con una mayor teorización o profundización de sus alcances concretos¹⁶, el término en su traducción al español de vivir bien se ha convertido en un acompañante obligatorio del título de todos los planes de desarrollo del gobierno desde 2007, donde aparece como supuesto principio orientador macro de todas las secciones (Ministerio de Planificación del Desarrollo, 2007). En 2010, además, se aprobó la Ley de la Madre Tierra para Vivir Bien, donde se establecen como principios orientadores la armonía con la naturaleza, búsqueda de justicia social a través de un desarrollo holístico con redistribución y valoración de la biodiversidad (Artaraz; Calestani, 2015, p. 222). Posteriormente, en 2012, la misma fue elevada al rango de Ley Marco, lo que la posiciona por encima de otras leyes sectoriales que por consecuencia deberían ajustarse a sus parámetros (Lalander, 2017, p. 473).

En el plano internacional, Bolivia pronto empezó a utilizar el simbolismo de sus transformaciones internas en capital simbólico y poder blando, criticando al capitalismo internacional y hasta presentando el supuesto rescate en curso de los paradigmas indígenas como una alternativa social y moral a la destrucción ambiental proporcionada por la civilización occidental. El país empezó a consolidarse como un símbolo internacional de

¹⁴Sigla en inglés para *United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples*.

¹⁵Entre los derechos ambientales de la Constitución Política del Estado, por ejemplo, están el derecho a un medio ambiente saludable y equilibrado (Art. 33); la potestad de cualquier persona o colectividad para emprender acciones legales de protección al medio ambiente (Art. 34); el deber del Estado en conservar, proteger y aprovechar de modo sostenible los recursos naturales (Art. 342); el derecho de la población de participar en la gestión ambiental y ser informada y consultada previamente sobre decisiones que lo afecten (Art. 343); el establecimiento del patrimonio natural como interés público cuya conservación es deber del Estado (Art. 346); la imprescriptibilidad de los crímenes ambientales (Art. 347).

¹⁶Intentos como los de los excancilleres David Choquehuanca (2022) y Fernando Huanacuni (2015) de teorizarlo, por ejemplo, quedan por lo general en un nivel alto de abstracción filosófica e idealización histórica del pasado que dificultan o mismo impiden su operacionalización en políticas públicas concretas (ver también Stefanoni, 2012).



alternativa ambiental cuando, tras el fracaso de la Conferencia de las Partes (COP) 15 para llegar a un acuerdo sobre el calentamiento global, Morales denunció en Copenhague lo que denominó como “la cultura de la muerte del modelo occidental” (*apud.* Aguirre; Cooper, 2010, p. 238) y convocó para ese mismo año 2009 una Cumbre Climática de los Pueblos en la ciudad boliviana de Tiquipaya. La cumbre atrajo importantes atenciones al país y produjo un documento final bastante influyente en los movimientos ambientales internacionales (ver “*People’s Agreement of Cochabamba*”, 2010).

Posicionándose en foros internacionales como el Río+20 de 2012 o las varias COP como opositor radical a propuestas de remediación ambiental a través del mercado como los créditos de carbono, a las cuales descalificaba como “capitalismo verde” (Cunha Filho, 2012; Evans, 2015; Hicks; Fabricant, 2016), Bolivia se convirtió en referente internacional de los movimientos sociales por alternativas climáticas. Unía su proceso interno de reformas sociales e incorporación política a un discurso exterior en el que mezclaba la defensa ambiental con principios indígenas milenarios que presuntamente la sostenían, mientras demandaba del mundo desarrollado que quitara la deuda climática generada por la devastación ambiental por ellos provocada.

Sin embargo, muchas de las contradicciones que pronto mostrarían algunos límites de ese discurso ya estaban presentes, por ejemplo, en la misma Cumbre de Tiquipaya donde un grupo de activistas intentó insertar y finalmente organizó de forma paralela y no reconocida por el gobierno una mesa de debates (que quedaría conocida como la Mesa 18, ya que el evento oficialmente estuvo compuesto de 17 mesas de debate) que propuso la expulsión de todas las industrias extractivas del país por su rol de degradación ambiental y disrupción territorial (Aguirre; Cooper, 2010, p. 240–242; Hicks; Fabricant, 2016, p. 95). Es que, pese a su radical discurso ambiental externo, los gobiernos inaugurados por el MAS en 2006 se estructuraban internamente, además de la incorporación simbólica y política indígena, en una fuerte reivindicación de soberanía, desarrollo y crecimiento económico que en los hechos tomaba precedencia por sobre preocupaciones ambientales en las prioridades del gobierno¹⁷ (Agramont-Lechín, 2025; Lalander, 2017; Marston; Kennemore, 2019).

Económicamente, Bolivia ha sido construida en una historia de extractivismos desde su mismo nacimiento. Los cimientos de su existencia moderna como país remontan a la creación colonial de la Audiencia de Charcas en 1559 para supervisar la extracción de las inmensas riquezas de plata descubiertas en el Cerro Rico de Potosí. Aunque formalmente vinculada al Virreinato del Perú hasta 1776 y de Buenos Aires a partir de entonces, el organismo poseía cierta autonomía administrativa y generó los gérmenes de sentimiento nacional que garantizarían su independencia pese a los deseos de Simón Bolívar de unirla a la República del Perú y de las aspiraciones anexionistas de los próceres argentinos (Roca, 2011).

Desde entonces, el país ha permanecido enmarcado por ciclos económicos extractivos que ocuparon el centro de su economía, como la plata en el siglo XIX o el estaño en los primeros tres cuartos del siglo XX, el petróleo en los 1970 y más recientemente el gas a partir de los años 1990. Como recuerda George Gray Molina, Bolivia ha cambiado muchas veces su modelo económico, alternando entre períodos de mercado librecambismo y renovadas promesas estatistas, “pero nunca ha intentado transformar su patrón de desarrollo de manera sostenida” (2006, p. 65), permaneciendo este siempre anclado profundamente en la extracción y explotación de recursos naturales primarios. Y una vez más, con el ciclo político inaugurado por la victoria de Evo Morales en las elecciones del 2005, el país cambió de un modelo neoliberal hacia uno más estatista, incluyendo la reestatización de importantes

¹⁷La prioridad otorgada a cuestiones de desarrollo por sobre las ambientales puede ser observada, por ejemplo, en la actuación de Bolivia dentro de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), donde cuestiones de gestión de recursos hídricos son el foco principal del país dejando de lado temas como preservación de la misma floresta, combate a incendios o el enfrentamiento de actividades ilegales fuentes de contaminación (Loures *et al.*, 2025, p. 29).

empresas otrora privatizadas como la petrolífera YPFB o la de telecomunicaciones ENTEL. Sin embargo, pese a aspiraciones industrializadoras y algunos avances en la agregación de valor local de ciertos recursos, mantuvo un mismo patrón de desarrollo basado en el gas, la minería y el agronegocio (Agramont-Lechín, 2025; Fabricant; Gustafson, 2019; Wanderley, 2017).

Aprovechándose de una coyuntura internacional de alta en los precios de las *commodities*, Bolivia canalizó muchos de los recursos provenientes de esos sectores hacia políticas sociales inéditas que permitieron una amplia mejoría de indicadores sociales durante la primera década de los gobiernos del MAS (Agramont-Lechín, 2025; Cunha Filho, 2014; Fabricant; Gustafson, 2019; Farthing, 2019). Pero ello fue hecho al costo de una presión aumentada sobre el medio ambiente con la búsqueda por yacimientos de gas y minerales (frecuentemente localizados en áreas protegidas y/o territorios indígenas) y la expansión de la frontera agrícola para sostener los ingresos necesarios al modelo que contradecía bastante el discurso de protección a la Pachamama (Agramont-Lechín, 2025, p. 70; Slunge; Von Walter, 2015, p. 29).

Así es, por ejemplo, que la Consulta Previa Libre e Informada (CPLI) prevista tanto en la UNDRIP cuanto en la nueva Constitución¹⁸ para proyectos que afecten territorios indígenas fue muchas veces relativizada por el gobierno cuando percibida como un escollo a la expansión económica. El caso más famoso, y el que marcó un primer gran rasguño en la imagen internacional del gobierno Morales como defensor de los pueblos indígenas, fue sin duda el del proyecto de construcción de una carretera que cortaría el Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS), área de densas florestas primarias y rica biodiversidad localizada entre los departamentos de Cochabamba y Beni. Sin haber llevado a cabo la CPLI correspondiente, el proyecto desató una marcha de protesta que terminaría reprimida con fuerza por el gobierno en la localidad de Yucumo, Beni en setiembre del 2011 (véase Cunha Filho, 2011; Delgado, 2017; Fontana, 2021; Makaran; López, 2018, cap. 3; McNeish, 2013; Rossell, 2012; Wanderley, 2017).

Estudios conducidos por Schilling-Vacaflor y coautoras (Flemmer; Schilling-Vacaflor, 2016; Schilling-Vacaflor, 2013; Schilling-Vacaflor; Eichler, 2017) han mostrado cómo, en casos en que sí hubo CPLI en torno a proyectos gasíferos, las consultas representaron la mayoría de las veces procedimientos dicotómicos donde las comunidades apenas podían decir “sí” o “no” en torno a paquetes cerrados, sin real posibilidad de negociar modificaciones o medidas de mitigación sustantivas en los proyectos, apenas montos de compensación financiera. Además, frecuentemente autoridades de gobierno se parcializaban con las empresas, enfatizando los supuestos beneficios económicos de los proyectos mientras disminuían los posibles impactos y presionaban por una rápida aprobación (Schilling-Vacaflor, 2013, p. 209).

Con relación al agronegocio, tras un primer gobierno (2006-2009) marcado por fuertes conflictos con las élites empresariales del Oriente boliviano, el segundo gobierno Morales (2009-2014) alcanzó un acuerdo productivista tácito mediante el cual las mismas abdicaban de su explícita actuación política opositora mientras el gobierno les facilitaba los negocios (Fabricant; Gustafson, 2019, p. 50–53; Farthing, 2019, p. 215–218). El acuerdo incluyó, entre otras medidas, leyes que relajaron los controles ambientales a la deforestación en favor de la expansión de la frontera agrícola (Agramont-Lechín, 2025; Cunha Filho, 2018; Farthing, 2019; Radhuber; León; Andreucci, 2021; Rossell, 2009; Wolff, 2016). Eso ha resultado en un crecimiento significativo de la pérdida de cobertura forestal en el país al largo de los años, llegando a posicionarlo como el segundo que más perdió hectáreas (1,48MHa) de bosques primarios en 2024 en el mundo¹⁹.

¹⁸Artículos 30.15; 304.21; y 403.I (Estado Plurinacional de Bolivia, 2009). Además, también previsto en el Convenio 169 de la OIT del cual Bolivia es suscriptor desde 1991.

¹⁹Brasil fue el primero (2.82MHa). Ver Paredes Tamayo (2025).

Las relaciones internacionales en Bolivia bajo el MAS y la cuestión ambiental

La esfera internacional ha ocupado marcada centralidad desde el principio de los gobiernos del MAS. Vista al mismo tiempo como ámbito de reconocimiento de lo que se consideraban como logros del ‘Proceso de Cambio’ y como fuente posible de recursos en un sentido amplio para sus objetivos internos, ya desde el Plan Nacional de Desarrollo de 2007 se establece como objetivo la construcción de “una política internacional organizada en torno a la valoración de la cultura boliviana y la identidad nacional, el aumento de la presencia geopolítica internacional del país y la búsqueda de alianzas estratégicas que permitan un mayor uso e industrialización de sus recursos naturales” (Cunha Filho; Santaella Gonçalves, 2010, p. 184). Así es que buscó movilizar, conforme descrito, los elementos simbólicos de sus culturas indígenas y el fuerte proceso de inclusión política en curso²⁰ como elementos de poder blando que le permitieron una mayor presencia en la escena internacional que la que se esperaba a un país de sus dimensiones, al mismo tiempo en que diversificaba sus relaciones internacionales en búsqueda de resiliencia y atracción de recursos e inversiones (Cunha Filho, 2016; Cunha Filho; Delgado, 2010; Souza; Cunha Filho; Santos, 2020).

Además de acercarse a potencias hasta entonces distantes como Rusia y China como fuente de inversiones y equilibrio diplomático ante los roces con EEUU (Souza; Cunha Filho; Santos, 2020; St. John, 2019), en el entorno regional Bolivia apostó por utilizar su posición de centro geográfico sudamericano para posicionarse como “país de contactos” impulsor de la integración latinoamericana, la cual se convirtió en el período como verdadera ideología de Estado y llevó el país en un momento a integrar prácticamente todos los bloques regionales a su disposición (Agramont-Lechín, 2015; Cunha Filho, 2015; Delgado; Cunha Filho, 2016; Perrier Bruslé, 2015). La adhesión a varios bloques respondía no sólo a cuestiones de diversificación económica e ideología integracionista, sino también a una estrategia diplomática: consciente de su diminuto peso geopolítico individual, el país ha buscado actuar en el interior de los bloques en que participa para promover determinadas políticas de su interés directo de modo a convertirlas en principios colectivos del mismo bloque, así agregándoles más fuerza diplomática en el plano internacional (García Agustín, 2016; Orellana Halkyer, 2021).

El acercamiento al Mercosur, por ejemplo, que finalmente conduciría a la conversión de Bolivia en su miembro pleno a partir de 2024, se explica mucho más por esa estrategia política que por razones comerciales (Agramont-Lechín, 2015, p. 24; Mejido Costoya, 2011, p. 85), ya que el gas, principal producto de exportación del país al bloque, se encuentra regulado por tratados específicos que no se alteran con ese ingreso y mucho del restante de la pauta exportadora boliviana es más bien concurrente que complementaria a la de los demás países del grupo. Del mismo modo, así también se explica el peso que cobró el bloque G77+China en la política exterior boliviana durante el segundo gobierno de Morales, dónde Bolivia buscó incidir a partir de 2011 presentando sus propuestas de desarrollo a través del mismo como una especie de consenso del mundo no desarrollado (Cunha Filho, 2016, p. 157; Paz Rada, 2019, p. 57–58), y su acercamiento al Grupo de Países en Desarrollo de Pensamiento Similar (LMDC²¹) en las negociaciones climáticas (Orellana Halkyer, 2021, p. 162).

Volviendo al tema ambiental, uno de los aspectos que más atrajo adhesiones al discurso boliviano en el Sur Global fue su contundente denuncia de la deuda climática histórica de los países desarrollados y la demanda de reparación correspondiente, proponiendo que estos países destinen al menos 6% de su PIB a la reparación climática en los países menos desarrollados (Evans, 2015, p. 19; “People’s Agreement of Cochabamba”, 2010). El argumento boliviano era que todas las naciones deberían tener acceso a una parcela equitativa de “espacio atmosférico”, pero lo mismo ha sido ocupado desproporcionalmente por las naciones

²⁰Sobre la intensidad y la importancia del proceso de incorporación política del mundo indígena boliviano en el período, ver Wolff (2018).

²¹*Like-Minded Developing Countries.*



ricas en sus procesos de desarrollo al largo del tiempo, las cuales han causado la emergencia climática actual, aunque sean los países pobres que relativamente poco contribuyeron al problema por sus incomparablemente menores emisiones históricas los que muchas veces más sufren sus consecuencias. Así, las naciones del Sur deberían seguir poder teniendo acceso al espacio atmosférico necesario a sus objetivos de desarrollo, al mismo tiempo que a recursos para financiar sus transiciones y acciones de mitigación en cuanto reparación por esa deuda climática, y no como donaciones filantrópicas o préstamos. Se trataba de un encuadramiento ético del problema que buscaba cambiar el enfoque en soluciones que beneficien países desarrollados y en desarrollo por igual hacia uno “centrado en la rectificación de las injusticias históricas y las desigualdades persistentes” (Evans, 2015, p. 16) y que rechazaba propuestas como los mercados de carbono por considerar que no quitan adecuadamente esa deuda histórica.

Esta postura principista llevó el país frecuentemente a adoptar una actitud intransigente en varios de los foros climáticos y no adherir a iniciativas que efectivamente podrían aportar recursos internacionales como la iniciativa REDD+, que supone el pago por la mantención y conservación de florestas, pero que Bolivia consideraba transferir la responsabilidad por la mitigación del cambio climático de los países desarrollados a los en desarrollo (Evans, 2015, p. 20–21). La dinámica es semejante en algunos sentidos a la de las posiciones históricas del país adentro del Grupo de Países en Desarrollo Sin Litoral, donde frecuentemente dejó de lado iniciativas enfocadas en derechos de tránsito facilitado a puertos e instalaciones – prioridades del restante del Grupo y que aportan algunos beneficios económicos directos e inmediatos – por considerar que aceptarlas podría comprometer su demanda histórica de recuperación de un acceso soberano al Pacífico, aunque en el corto plazo resultasen en menos recursos en concreto²² (St. John, 2019).

Pero si la postura climática principista cerraba a Bolivia acceso a posibles recursos de corto plazo, por otro lado, le valía prestigio en el Sur Global como una estridente voz dispuesta a defender la demanda del antiguo tercer mundo por reparaciones climáticas contra lo que es percibido como un intento de los países desarrollados de evadir y diluir obligaciones vinculantes de equidad y financiamiento y el reconocimiento de sus responsabilidades históricas en los marcos de la Convención Cuadro de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (UNFCCC²³). Mientras la economía boliviana estuvo en buen estado y las exportaciones cubrían las necesidades de divisas del modelo económico adoptado, el país ha considerado ese *trade-off* como beneficioso al haber aportado al país inéditos recursos de poder blando.

Uno de los réditos recientes de esa estrategia boliviana, por ejemplo, ha sido la elección del país para coordinar el grupo de los LMDC camino a la COP30 de Belén en 2025. Contando entre sus miembros países como China, India, Emiratos Árabes, Arabia Saudí e Indonesia de muchos más recursos y peso geopolítico internacional, pero también una imagen pública percibida muchas veces como ambientalmente problemática, la escoja de Bolivia como la frente visible del bloque parece explicarse justamente por esa mejor imagen ambiental internacional del país. Pese a los ya significativos desgastes acumulados por sus mencionadas contradicciones al largo de las dos últimas décadas, el país cuenta todavía con una percepción más simpática en el tema que el mismo LMDC como grupo, frecuentemente acusado de pro-China o pro-petróleo (Orellana Halkyer, 2021, p. 166). Curiosamente, fue una estrategia que reflejaba de modo invertido a la estrategia diplomática boliviana de amplificación de su alcance diplomático a través de la actuación al interior de grupos más fuertes – en este caso, con un grupo de países más fuertes escudándose simbólicamente en uno geopolíticamente

22Bolivia perdió su litoral en la Guerra del Pacífico (1879-1883) que luchó junto al Perú en contra de Chile. Al considerarse un país que fue privado de su costa, más que propiamente un país sin litoral, la posición boliviana al interior del Grupo de Países en Desarrollo Sin Litoral históricamente ha desaprovechado iniciativas paliativas a los efectos económicos del enclaustramiento geográfico en favor de una posición de principios anclada en la recuperación de su soberanía marítima (St. John, 2019, p. 208–209).

²³United Nations Framework Convention on Climate Change.



más débil, pero de mejor imagen internacional relativa.

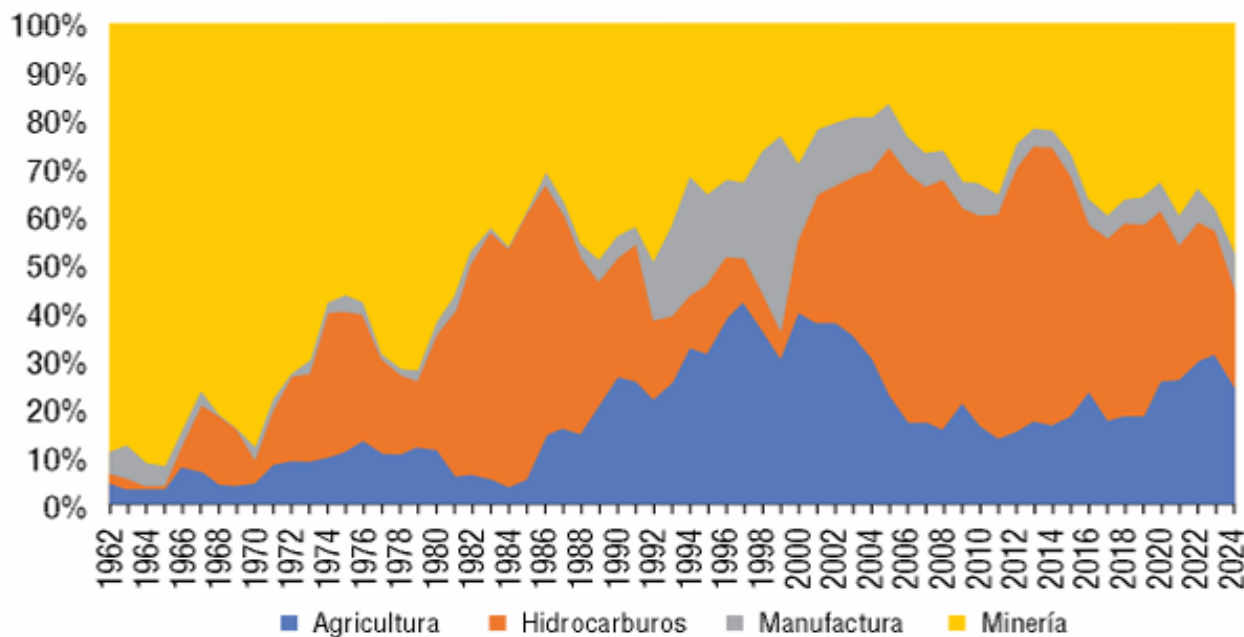
De todo modo, ese acercamiento entre Bolivia y los LMDC se comprende fácilmente por las afinidades electivas respecto al tema del desarrollo económico entre ambos. Como visto, pese al fuerte discurso ambiental y de defensa de la Pachamama que logró posicionar al país internacionalmente con destaque en el tema, en la práctica en la Bolivia del 'Proceso de Cambio' las premisas del patrón de desarrollo adoptado cobraron siempre prioridad frente a necesidades de conservación ambiental en los momentos en que ambos se mostraron simultáneamente incompatibles (Agramont-Lechín, 2025; Lalander, 2017; Marston; Kennemore, 2019; Wanderley, 2017). Lo mismo pasa con los LMDC, quienes bajo la premisa de que los países del Sur Global tienen el derecho a desarrollarse – pilar central del grupo en las palabras del exministro de Planificación boliviano, René Orellana (2021, p. 180) – terminan prácticamente por convertir el justo argumento de la deuda climática histórica casi en una licencia para destruir, como si uno y el otro tuvieran relaciones de causa y efecto directas y lineales.

El gran problema, pensando el caso específico boliviano, es que eso terminó cristalizando en los gobiernos del MAS una apuesta por un modelo económico que no solo mantuvo la centralidad del patrón extractivista, sino que lo profundizó (ver Gráfico 1) con el argumento de la necesidad de generar recursos rápidos para las políticas sociales implementadas (Wanderley, 2017, p. 237)²⁴. Con el mayor control estatal sobre las rentas, especialmente las provenientes de la extracción del gas, el país de hecho pudo incrementar substantivamente el presupuesto y con ello la inversión pública en infraestructuras diversas y la distribución de recursos a través de bonos sociales. “El gasto público en todos los niveles —nacional, regional (departamental) y local (municipal)— ha aumentado gracias al impuesto directo sobre los hidrocarburos, y las regalías se han distribuido entre diferentes entidades [del Estado]” (Fabricant; Gustafson, 2019, p. 48). Entre 2006-2015 la economía triplicó de tamaño y la pobreza se redujo a la mitad (Farthing, 2019, p. 224; ver también Agramont-Lechín, 2025, p. 41).

Pero al seguir dependiente de esas rentas extractivas, la situación económica empezó a desacelerar durante el tercer mandato de Evo Morales (2014-2019), cuando las reservas de gas empezaron a declinar, y con ellas los recursos que sostenían al modelo. La situación llegó a un punto de agotamiento durante el gobierno de Luis Arce (2020-2025), cuando la escasez de divisas empezó a provocar inflación, déficits fiscales y brotes de desabastecimiento de combustibles, medicinas y otros ítems dependientes de importación (Agramont-Lechín, 2025; Molina, 2024).

²⁴Según Fernanda Wanderley (2017, p. 222–224), cerca de 50% del presupuesto público entre 2006-2014 fue generado por recursos de la exportación de hidrocarburos, minerales y agroindustria y la inversión pública se concentró desproporcionalmente en grandes proyectos de minería e hidrocarburos.

**Gráfico 1: Exportaciones bolivianas por actividad económica
(por valor, en porcentaje)**



Fuente: Reproducido de Agramont-Lechín (2025, p. 47)

Una de las respuestas al deterioro de la situación económica ha sido la previsible renovación de presiones por el relajamiento a controles ambientales y sociales a la exploración de nuevas reservas que pudiesen cubrir los crecientes déficits en las cuentas públicas (Farthing, 2019), pero también ha implicado algunos ajustes en el discurso y posicionamiento ambiental externo. Aunque se hayan mantenido el discurso y la demanda por la deuda climática histórica de los países desarrollados, el país empezó a relativizar su anterior diametral oposición a los mercados de carbono y eliminó las restricciones legales internas que impedían su participación en ellos en 2024, reglamentando su funcionamiento en el país con el Decreto Supremo 5264 (Guzmán, 2025). El país, inclusive, ya los incluye como una de las fuentes de financiamiento de sus acciones en su más reciente Contribución Nacionalmente Determinada para la COP30 (Estado Plurinacional de Bolivia, 2025, p. 103).

Consideraciones Finales: el desarrollo y el medio ambiente en la Bolivia post-MAS

Entre la Pachamama y el desarrollo, Bolivia llega al segundo cuarto del siglo XXI sin haber logrado realmente la instalación de un paradigma holístico alternativo con pleno respeto al medio ambiente como originalmente prometió, ni un salto cualitativo en su desarrollo, aunque fuera por las métricas y paradigmas económicos tradicionales. Aprovechándose de una coyuntura de alta histórica en los precios internacionales de las *commodities* y del sustantivo aumento de la apropiación por el Estado de las rentas del gas con la mayor estatización del sector promovida en el primer gobierno de Evo Morales, el país sí logró durante su auge no sólo elevadas y sostenidas tasas de crecimiento económico que triplicaron el tamaño de su economía, como también importantes mejoras en indicadores de bienestar social:

El PIB per cápita se incrementó de forma sostenida, pasando de aproximadamente 1.600 dólares a inicios de los años noventa, a casi 3.300 dólares en 2019. Paralelamente, indicadores como la tasa de pobreza y el coeficiente de Gini evidencian una reducción significativa de la pobreza y la desigualdad. Asimismo, se registraron avances notables

en indicadores de calidad de vida: el aumento de la esperanza de vida, la disminución de la desnutrición infantil y la mortalidad, así como mejoras en el acceso a saneamiento básico, electricidad, internet y otros servicios públicos esenciales, reflejan una mejora multidimensional del desarrollo humano (Agramont-Lechín, 2025, p. 59).

Pero eso fue logrado al costo de la profundización de un modelo extractivista incompatible con el discurso de protección de la Pachamama y que, a partir de la reversión de esos precios internacionales y sobre todo cuando las reservas de gas empezaron a declinar a partir de 2015, llevó el país a experimentar primero una desaceleración de ese crecimiento y luego importantes y crecientes problemas económicos, como déficits comerciales y fiscales, descontrol inflacionario y desabastecimiento. Ese conjunto de problemas instaló una situación de crisis que ya evoca comparaciones con los años 1990 y empieza a corroer varios de los avances sociales logrados (Agramont-Lechín, 2025, p. 78). Además, al haberse enfocado a la distribución de los recursos generados principalmente a través de bonos directos, sueldos y subsidios diversos, en vez de la construcción de un verdadero Estado de bienestar con el robustecimiento de sus sistemas públicos de salud, educación y previdencia social (Wanderley, 2017, p. 226), se dejó en peligro la sostenibilidad de esas políticas sociales, más allá de la falta de recursos en un momento de transición política y cambio de gobierno.

Si en un primer momento el país despertó admiración y esperanzas por su fuerte discurso ambiental y buenos resultados sociales, el resultado deja considerables frustraciones por sus insuficiencias, pero puede servir de importante moraleja sobre las fragilidades de apostar en el extractivismo como base económica para el desarrollo y la reducción de desigualdades. No es una lección propiamente nueva, ya que los problemas de una apuesta ricardiana en el desarrollo a través de la especialización en producción de *commodities* son conocidos y estudiados por lo menos desde la fundación del estructuralismo económico de la CEPAL inaugurado por Raúl Prebisch (2011 [1949]). Sin embargo, el hecho de que no solo Bolivia sino prácticamente todos los demás vecinos latinoamericanos hayan en alguna medida apostado por él durante la llamada Marea Rosa de gobiernos progresistas sugiere la importancia de considerarla con seriedad.

De todos modos, ante el virtual colapso del modelo sumado al fuerte desgaste político provocado por las peleas internas por el control del partido durante la presidencia de Luis Arce²⁵, el resultado más que previsible fue la contundente derrota del MAS en las elecciones presidenciales de 2025. El partido otrora hegemónico en el sistema político boliviano y que gobernó con amplias mayorías en el Legislativo durante la mayor parte de sus 20 años en el poder no sólo perdió las elecciones sin siquiera pasar a la segunda vuelta, como también se vio prácticamente barrido del parlamento con la elección de apenas dos diputados y ningún senador.

La victoria del exalcalde de Tarija e hijo del expresidente Jaime Paz Zamora (1989-1993), Rodrigo Paz Pereira (Partido Demócrata Cristiano), quien sorpresivamente llegó en primer lugar en la primera vuelta electoral del 17 de agosto y luego confirmó su elección en la inédita segunda vuelta el 19 de octubre de 2025, deberá marcar importantes cambios de orientación política con relación a las dos décadas de gobiernos del MAS. Pero asumiendo en un contexto de crisis económica y mayor fragmentación política, es incierto qué tan exitoso podrá ser en sus planes de gobierno. Es bastante factible que el modelo económico pase por un nuevo retorno del péndulo hacia posiciones más libremercadistas en comparación con el estatismo de los últimos años, pero un cambio en la matriz extractivista es bastante improbable, especialmente en el corto plazo. Frente a la necesidad de obtener divisas como sea a fin de estabilizar la economía, y ante la mucho mayor cercanía del presidente y su entorno político al empresariado boliviano²⁶, lo más probable sería un refuerzo al extractivismo y el

²⁵Sobre el tema, ver Anria (2025), Cunha Filho (2023a, 2023b, 2025), Molina (2022) y Stefanoni (2023).

²⁶El nuevo ministro de Medio Ambiente y Aguas, Óscar Mario Justiniano, por ejemplo, fue anteriormente pre-



agronegocio en los primeros momentos. Y ante esa necesidad de divisas, y frente al declive de las reservas tradicionales de gas, quizá se vuelva a presionar por la apertura del país a la ambientalmente mucho más dañina extracción por fraccionamiento hidráulico (*fracking*) todavía vetada en Bolivia.

En el plano internacional, ya se observan cambios como la retomada de relaciones diplomáticas con EEUU, con la reposición mutua de embajadores inexistentes desde la expulsión de Philip Goldberg por el gobierno Morales en 2008, y el alejamiento de Cuba y Venezuela, por primera vez no invitadas a la ceremonia de transmisión de mando. Es probable que ese reposicionamiento internacional implique también alguna rebaja en el alineamiento de Bolivia con los LMDC, especialmente respeto a la aceptación de los mercados de carbono, aunque no una rotura completa con el grupo en otros temas de interés, como la demanda de un Nuevo Objetivo Cuantificado de Financiamiento Climático (NCQG²⁷), uno de los principales puntos de tensión en la COP de Belén (Chiaretti, 2025; Guzmán, 2025). Además, es probable que el país tenga una postura más pragmática y menos principista en las negociaciones ambientales, enfocada más en la atracción de recursos inmediatos que en grandes transformaciones geopolíticas, especialmente dado que la actual NDC condiciona explícitamente el logro de sus objetivos a la obtención de cooperación y financiamiento internacional (Benítez Romero; Fearnside, 2025).

Referencias

AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. Bolivia mira hacia el sur: El ingreso al Mercosur y la política exterior de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, n. 259, p. 15–26, 2015.

AGRAMONT-LECHÍN, Daniel. De la bonanza a la vulnerabilidad: Bolivia y los límites del modelo neoextractivista. In: *La Bolivia del futuro: innovación y diversificación post-extractivista*. La Paz: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2025. p. 23–95.

AGUIRRE, Jessica Camille; COOPER, Elizabeth Sonia. Evo Morales, Climate Change, and the Paradoxes of a Social-Movement Presidency. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 238–244, 1 jul. 2010.

ANRIA, Santiago. Why Bolivia's MAS Collapsed. *Journal of Democracy*, v. 36, n. 4, p. 92–103, 2025.

ARTARAZ, Kepa; CALESTANI, Melania. Suma qamana in Bolivia: Indigenous Understandings of Well-being and Their Contribution to a Post-Neoliberal Paradigm. *Latin American Perspectives*, v. 42, n. 5, p. 216–233, 2015.

BENÍTEZ ROMERO, Flora Magdaline; FEARNSIDE, Philip M. Bolivia's political transition and COP30. *Science*, v. 390, n. 6775, p. 795, nov. 2025.

BERROS, María Valeria. Challenges for the Implementation of the Rights of Nature: Ecuador and Bolivia as the First Instances of an Expanding Movement. *Latin American Perspectives*, v. 48, n. 3, p. 192–205, 2021.

CHIARETTI, Daniela. Conferência em Bonn é teste crítico para o Brasil. *Valor Econômico*, 16 jun. 2025.

CHOQUEHUANCA CÉSPEDES, David. Geopolítica del vivir bien. La Paz, Bolivia: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2022.

CUNHA FILHO, Clayton M. Evo Morales, o conflito do TIPNIS e as dificuldades de articular uma nação. *Boletim OPISA*, v. 7, n. 3, p. 4–8, 2011.

CUNHA FILHO, Clayton M. Bolívia: Rechaço ao capitalismo verde e sintonia com Cúpula dos Povos. *Boletim OPISA*, v. 8, n. 2, p. 13–15, 2012.

CUNHA FILHO, Clayton M. El 'proceso de cambio' en Bolivia: un balance de ocho años.

sidente de la Federación de Empresarios Privados de Santa Cruz (FEPSC) y de la Cámara Agropecuaria del Oriente (CAO) y acumula interinamente el cargo de ministro de Desarrollo Productivo y Economía Plural.

²⁷*New Collective Quantified Goal*.



Tinkazos, v. 17, n. 35, p. 137–153, jun. 2014.

CUNHA FILHO, Clayton M. “Um país de contatos”: a política exterior boliviana entre Haia e a integração regional. *Observador On-line*, v. 10, n. 8, p. 1–17, 2015.

CUNHA FILHO, Clayton M. Estrategias de desarrollo e inserción internacional en la Bolivia de Evo Morales. *Revista Andina de Estudios Políticos*, v. VI, n. 1, p. 142–162, 2016.

CUNHA FILHO, Clayton M. Do confronto à cooptação? As tensas relações entre empresariado e governo Evo Morales, na Bolívia. In: CIMINI, Fernanda; BACHILLER CABRIA, Juan Vicente; SILVA, Roberta Rodrigues Marques da (Orgs.). *Elites empresariais, estado e mercado na América Latina. Coleção População & Economia*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2018. p. 132–151.

CUNHA FILHO, Clayton M. A disputa de liderança no MAS e as perspectivas políticas na Bolívia rumo a 2025. *Boletim OPISA*, n. 1, p. 28–33, 2023a.

CUNHA FILHO, Clayton M. Què ocorre a Bolívia? De les eleccions fallides del 2019 al retorn triomfal del MAS el 2020 i més enllà. *Debats. Revista de cultura, poder i societat*, v. 137, n. 2, p. 41–56, 17 nov. 2023b.

CUNHA FILHO, Clayton M. O que esperar das eleições de 2025 na Bolívia? *Boletim OPISA*, 2025.

CUNHA FILHO, Clayton M.; DELGADO, Ana Carolina. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. *Tensões Mundiais*, v. 6, n. 10, p. 287–310, 2010.

CUNHA FILHO, Clayton M.; SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales’s Bolivia. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 177–196, 1 jul. 2010.

DELGADO, Ana Carolina. The TIPNIS Conflict in Bolivia. *Contexto Internacional*, v. 39, p. 373–392, 2017.

DELGADO, Ana Carolina; CUNHA FILHO, Clayton M. Bolivia-Brazil: Internal Dynamics, Sovereignty drive and Integrationist Ideology. In: GARDINI, Gian Lucca; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Foreign policy responses to the rise of Brazil: balancing power in emerging states. Palgrave studies in international relations series*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2016. p. 129–144.

DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Suma Qamaña as a strategy of power: politicizing the Pluriverse. *Carta Internacional*, v. 13, n. 3, 30 dez. 2018.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Constitución Política del Estado*. , 2009. . Acesso em: 27 abr. 2009

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Contribución Nacionalmente Determinada (CND 3.0)*. Ministerio de Medio Ambiente y Agua, , set. 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/2025-09/Bolivia_NDC3.0_2026-2035%20final%2029.09.2024.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025

EVANS, Beth Jean. The Plurinational State of Bolivia’s Consideration of Ethics and Justice Issues in Formulating Climate Change Policies. In: BROWN, Donald A.; TAYLOR, Prue (Orgs.). *Ethics and climate change: A study of national commitments*. Gland: IUCN, 2015. p. 15–24.

FABRICANT, Nicole; GUSTAFSON, Bret. The Political Economy of Gas, Soy and Lithium in Morales’s Bolivia. *Bolivian Studies Journal/Revista de Estudios Bolivianos*, v. 25, p. 45–59, 2019.

FARTHING, Linda. An Opportunity Squandered? Elites, Social Movements, and the Government of Evo Morales. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, p. 212–229, 2019.

FLEMMER, Riccarda; SCHILLING-VACAFLOR, Almut. Unfulfilled promises of the consultation approach: the limits to effective indigenous participation in Bolivia’s and Peru’s extractive industries. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 172–188, 2016.

FONTANA, Lorenza Belinda. Indigenous Protest in Bolivia against Evo Morales.

In: DELLA PORTA, Donatella; MCADAM, Doug; SNOW, David (Orgs.). Wiley Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell Publishing Ltd, 2021.

GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Reconfiguring political alliances and the role of swing states: the strategy of Bolivia and its relations with the BRICS. In: CHRISTENSEN, Steen Fryba; LI, Xing (Orgs.). Emerging Powers, Emerging Markets, Emerging Societies: Global Responses. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 185–208.

GRAY MOLINA, George. La economía boliviana “más allá del gás”. América Latina Hoy, v. 43, p. 63–85, 2006.

GUZMÁN, Andrés. Bolivia frente a la COP30: redefinición de su política climática. Brújula Noticias, 14 jul. 2025.

HICKS, Kathryn; FABRICANT, Nicole. The Bolivian Climate Justice Movement: Mobilizing Indigeneity in Climate Change Negotiations. Latin American Perspectives, v. 43, n. 4, p. 87–104, 2016.

HUANACUNI, Fernando. Vivir bien / buen vivir: filosofía, políticas, estrategias y experiencias de los pueblos ancestrales. Sexta edición ed. La Paz, Bolivia: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2015.

LALANDER, Rickard. Ethnic rights and the dilemma of extractive development in plurinational Bolivia. The International Journal of Human Rights, v. 21, n. 4, p. 464–481, 2017.

LOURES, Débora Bedim et al. Entre a negligência, a militarização e o (des)engajamento regional: políticas nacionais e regionais da Bolívia e da Venezuela para a Amazônia. Boletim OPISA, n. 1, p. 22–36, 2025.

MAKARAN, Gaya; LÓPEZ, Pabel. Recolonización en Bolivia: neonacionalismo extractivista y resistencia comunitaria. Primera edición ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe : Bajo Tierra Ediciones, 2018.

MARSTON, Andrea; KENNEMORE, Amy. Extraction, Revolution, Plurinationalism: Rethinking Extractivism from Bolivia. Latin American Perspectives, v. 46, n. 2, p. 141–160, mar. 2019.

MCNEISH, John-Andrew. Extraction, Protest and Indigeneity in Bolivia: The TIPNIS Effect. Latin American and Caribbean Ethnic Studies, v. 8, n. 2, p. 221–242, 20 maio 2013.

MEJIDO COSTOYA, Manuel. Politics of Trade in Post-neoliberal Latin America: The Case of Bolivia. Bulletin of Latin American Research, v. 30, n. 1, p. 80–95, 1 jan. 2011.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. Decreto Supremo 29272 - Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011. Gaceta Oficial de Bolivia, , 2007.

MOLINA, Fernando. El MAS boliviano ya no baila solo al ritmo de Evo. n. 299, p. 93–104, 2022.

MOLINA, Fernando. Las «Arcenomics» no escapan a la «maldición de los recursos naturales». Nueva Sociedad, n. Edición Web, fev. 2024.

ORELLANA HALKYER, René. COP 21 – Complaints and Negotiation: The Role of the Like-Minded Developing Countries Group (LMDC) and the Paris Agreement. In: WALKER, Hayley et al. (Orgs.). Negotiating the Paris Agreement: The Insider Stories. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 160–181.

PAREDES TAMAYO, Iván. Bolivia alcanzó récord de pérdida de bosque nativo: es el segundo país más deforestado a nivel mundial. Mongabay, 22 maio 2025. Disponível em: <<https://es.mongabay.com/2025/05/bolivia-segundo-pais-mas-deforestado/>>. Acesso em: 20 nov. 2025

PAZ RADA, Eduardo. Relaciones Internacionales y Cooperación Sur-Sur de Bolivia.



In: OJEDA MEDINA, Tahina; ECHART MUÑOZ, Enara (Orgs.). La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe: balance de una década (2008-2018). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 53–61.

People's Agreement of Cochabamba. World People's Conference on Climate Change and the Rights of Mother Earth, 2010. Disponível em: <<https://pwccc.wordpress.com/2010/04/24/peoples-agreement/>>. Acesso em: 27 out. 2025

PERRIER BRUSLÉ, Laetitia. La integración continental sudamericana, inscripción espacial y dispositivo discursivo. Apuntes desde Bolivia, el país de contactos. *Journal of Latin American Geography*, v. 14, n. 2, p. 101–127, 2015.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano]. In: O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 95–151.

RADHUBER, Isabella Margerita; LEÓN, Marxa Chávez; ANDREUCCI, Diego. Expansión extractivista, resistencia comunitaria y “despojo político” en Bolivia. *Journal of Political Ecology*, v. 28, n. 1, 9 abr. 2021.

ROCA, José Luis. Ni con Lima ni con Buenos Aires: la formación de un estado nacional en Charcas. 2. ed. La Paz: Plural Editores, 2011.

ROSSELL, Pablo. El proyecto de Evo Morales más allá de 2010. *Nueva Sociedad*, n. 221, p. 23–32, 2009.

ROSSELL, Pablo. 2011: ¿el parteaguas del evismo? Bolivia después del conflicto del Tipnis. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 4–16, 2012.

SCHILLING-VACAFLOR, Almut. Prior Consultations in Plurinational Bolivia: Democracy, Rights and Real Life Experiences. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 8, n. 2, p. 202–220, 20 maio 2013.

SCHILLING-VACAFLOR, Almut; EICHLER, Jessika. The Shady Side of Consultation and Compensation: ‘Divide-and-Rule’ Tactics in Bolivia’s Extraction Sector. *Development and Change*, v. 48, n. 6, p. 1439–1463, nov. 2017.

SLUNGE, Daniel; VON WALTER, Susanne. Environment and Climate Change in Bolivia - Challenges and Opportunities for Development: Sida’s Helpdesk for environment and climate change. Gothenburg: University of Gothenburg/Swedish University for Agricultural Sciences, 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/doi/10.13140/RG.2.1.2341.2645/1>>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de; CUNHA FILHO, Clayton M.; SANTOS, Vinicius. Changes in the Foreign Policy of Bolivia and Ecuador: Domestic and International Conditions. *Brazilian Political Science Review*, v. 14, n. 3, 2020.

ST. JOHN, Ronald Bruce. Bolivia: geopolitics of a landlocked state. 1. ed. Abingdon, Oxon ; New York, NY: Routledge, 2019.

STEFANONI, Pablo. ¿Y quién no querría “vivir bien”? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano. *Crítica y Emancipación*, v. IV, n. 7, p. 9–25, 2012.

STEFANONI, Pablo. La «ch’ampa guerra» del MAS boliviano. *Nueva Sociedad*, n. Edición Web, dez. 2023.

WANDERLEY, Fernanda. Entre el extractivismo y el Vivir Bien: experiencias y desafíos desde Bolivia. *Estudios Críticos del Desarrollo*, v. VII, n. 12, p. 211–247, 2017.

WOLFF, Jonas. Business Power and the Politics of Postneoliberalism: Relations Between Governments and Economic Elites in Bolivia and Ecuador. *Latin American Politics and Society*, v. 58, n. 2, p. 124–147, jun. 2016.

WOLFF, Jonas. Political incorporation in measures of democracy: a missing dimension (and the case of Bolivia). *Democratization*, v. 25, n. 4, p. 692–708, 2018.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Outubro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	36
Brasil.....	38
Colômbia.....	39
Equador.....	40
Guiana.....	42
Peru.....	43
Suriname.....	45
Venezuela.....	47
OTCA.....	47

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em outubro, a Bolívia foi palco de eleições presidenciais e da transição do poder de Luis Arce para de Rodrigo Paz, marcando o início de um governo centro-direitista no país. Antes das eleições, notícias sobre resultados de ações de prevenção de incêndios florestais tiveram destaque. O ministro do Meio Ambiente e Água do governo Arce, Álvaro Ruiz, ressaltou a



redução no número de incêndios em comparação aos índices de 2024. Segundo dados oficiais, foram registrados 76 mil focos de calor no país andino em setembro de 2025, ao passo que esse número havia sido de 991 mil em 2024 [1]. Esse marco foi celebrado pelas autoridades bolivianas. Para Ruiz, o resultado foi fruto do trabalho coordenado entre o governo nacional, os governos subnacionais e outras organizações. Em suas palavras, “esse nível de coordenação foi gerado por meio de 127 reuniões que tivemos com governos, municípios, universidades, setores produtivos, plataformas ambientais, cooperação internacional e ONGs para chegar a uma solução” [2].

Ainda segundo o ministro, desde março a Bolívia tem utilizado o *Plan de Prevención y Lucha contra Incendios*, estruturado em três fases: prevenção e combate ao fogo, reflorestamento e financiamento climático. Ruiz destacou a presença do *Grupo de Expertos en Fuegos Forestales de Latinoamérica y el Caribe* (GEFF LAC), ator essencial no compartilhamento de conhecimentos e no planejamento de ações conjuntas de combate aos incêndios florestais. Além disso, agradeceu o apoio do Japão, que doou equipamentos para auxiliar nas ações de prevenção [2]. Apesar dos avanços, é importante destacar que a Bolívia ainda apresenta focos de calor, com oito regiões com incêndios ativos (mesmo que controlados), inclusive em áreas protegidas. Segundo Sergio Ortiz, técnico de monitoramento do *Servicio Nacional de Áreas Protegidas* (SERNAP), “temos 1.024 focos de calor em Santa Cruz, 274 em Beni, 62 em Oruro, 18 em Tarija, 8 em Cochabamba, 6 em La Paz, 1 em Pando e 1 em Potosí, somando um total de 1.415 focos de calor em todo o território nacional” [1].

Além disso, no dia 1º de outubro, celebrou-se o *Día Nacional del Árbol* na Bolívia. Em seu discurso, o então presidente Arce destacou a necessidade de refletir sobre a crise climática. Em suas palavras, “frente ao desinteresse dos países desenvolvidos, que têm as maiores responsabilidades históricas pela crise climática, é nosso dever somar esforços para proteger a nossa Madre Tierra. Cada ação conta para proteger os pulmões verdes do planeta” [3]. Em celebração à data, o Exército boliviano iniciou a campanha de reflorestamento “*Dejando huellas verdes*”, com o objetivo de plantar mais de 100.000 mudas em todo o território nacional. Paralelamente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Nacional (Fonabosque) realizou atividades e palestras voltadas à sociedade civil, convidando-a a refletir sobre a importância da preservação das árvores [3].

No início do mês, Arce viajou ao Brasil para ter uma reunião bilateral com o seu homólogo, Luiz Inácio Lula da Silva. A visita teve como objetivo fortalecer os laços estratégicos entre os países, especialmente em projetos fronteiriços, energéticos, comerciais, de investimento, entre outros. Além disso, os presidentes dialogaram também sobre os desafios ambientais diante da crise climática global e destacaram a necessidade de ação conjunta nos fóruns internacionais [4].

Também na agenda internacional, aconteceu o *IV Simposio Internacional de Aguas Transfronterizas en América Latina y Caribe*, no dia 9 de outubro, que marcou o lançamento do projeto “*Gestión Integrada de los Recursos Hídricos en la Cuenca Transfronteriza del Río Bermejo*”, entre Bolívia e Argentina. Marissa Magnani, diretora geral dos Limites e Águas Internacionais da chancelaria boliviana, destacou que esse projeto “marca um novo rito na cooperação bilateral para a gestão sustentável dos recursos híbridos compartilhados” [5].

O projeto conta com financiamento internacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e contará com cinco objetivos: 1) fortalecimento da COBINABE; 2) criação de um Sistema de Gestão de Informação Geográfica da Bacia do Bermejo; 3) desenvolvimento de módulos de capacitação em Gestão Integrada dos Recursos Hídricos; 4) implementação de redes de monitoramento de erosão e águas subterrâneas; e 5) avaliação dos recursos hídricos subterrâneos, essenciais no contexto de adaptação das mudanças climáticas. O projeto também pretende promover a participação social e a educação ambiental, envolvendo atores locais, instituições públicas e organizações da sociedade civil na gestão sustentável dos

recursos hídricos [5].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.vision360.bo/noticias/2025/10/21/33738-en-bolivia-se-registran-1415-focos-de-calor-y-ocho-incendios-activos>
- [2]Disponível em: <https://www.abi.bo/index.php/noticias/sociedad/70214-bolivia-reduce-drasticamente-el-impacto-de-los-incendios-forestales-de-10-millones-a-medio-millon-de-hectareas-afectadas-informa-el-ministro-ruiz>
- [3]Disponível em: <https://abi.bo/index.php/component/content/article/37-notas/noticias/sociedad/69241-dia-del-arbol-arce-insta-a-sumar-esfuerzos-para-proteger-la-madre-tierra-y-el-ejercito-planta-100-000-plantines>
- [4]Disponível em: <https://larazon.bo/nacional/2025/10/06/arce-y-lula-acuerdan-fortalecer-proyectos-bilaterales-e-integracion/>
- [5]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/10/09/23052/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O principal evento político relacionado à Amazônia neste mês não envolveu nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem o Ministério de Relações Exteriores, mas foi marcado pela reação de múltiplas autoridades políticas e entidades. Tratou-se da concessão, pelo IBAMA, da licença de prospecção de petróleo à Petrobras, na Foz do Amazonas, em 20 de outubro. A empresa foi autorizada a perfurar o primeiro poço em águas profundas na região, batizado de Morpho e localizado a uma 175 km da costa do Amapá. A atividade de perfuração foi iniciada no mesmo dia pela Petrobras. O processo de licenciamento do poço levou quase cinco anos e vinha sendo marcado por embates entre setores do governo Lula 3 desde 2023, com apoio explícito do presidente da República em favor da autorização. O bloco 59 da bacia Foz do Amazonas, onde o poço será perfurado, foi leiloadado pela União à Petrobras em 2013 [1].

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, comandado por Marina Silva, apoiadora do abandono de combustíveis fósseis para o combate das mudanças climáticas, limitou-se a declarar que a licença resultou de um processo rigoroso de análise ambiental [1]. O presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, explicou que a licença saiu após a simulação de um acidente de vazamento na região que durou 3 dias e envolveu mais de 400 pessoas [2]. O líder do governo no Congresso Nacional, Randolfé Rodrigues, e o presidente do Senado, David Alcolumbre, ambos do Amapá, comemoraram a autorização, assim como o governador do estado, Clécio Luís, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira [3]. O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, minimizou os impactos da decisão para os debates sobre transição energética no evento [4].

Por outro lado, uma pesquisa do Datafolha, divulgada em 14 de outubro, mostrou que 61% dos brasileiros acreditam que o governo federal deveria proibir a extração de petróleo na Foz do Amazonas. A porcentagem chegou a 73% entre jovens de até 24 anos. A pesquisa foi feita com entrevistados de 16 anos ou mais, de forma presencial, em 112 municípios de todas as regiões do país, entre 8 e 9 de setembro [5]. Em reação crítica à autorização do IBAMA, o Observatório do Clima, o Painel Científico para a Amazônia, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e outras organizações da sociedade civil anunciaram que judicializarão a decisão, alegando que ela teve ilegalidades e falhas técnicas, além de estar em descompasso com decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Internacional de Justiça sobre as responsabilidades dos Estados na proteção do clima global

[6].

No que toca o desmatamento da Amazônia Legal, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) anunciou, no dia 30, que a região registrou a 3ª menor taxa (11%) desde 1988, na comparação entre julho/2025 e agosto/2014, e que a área desmatada (5.796 km²) foi a menor desde 2014. O aumento da fiscalização contra desmatamentos ilegais, em articulação com prefeituras, foi destacado pelo governo federal como uma medida importante para o resultado [7]. Por sua vez, no tema da segurança, um relatório divulgado, no dia 28, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), feito em parceria com o Departamento Nacional de Inteligência da Colômbia, alertou que as organizações criminosas brasileiras Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital estão aumentando negócios conjuntos com facções colombianas, como narcotráfico, tráfico humano, mineração de ouro e lavagem de dinheiro. Os órgãos citam a região da Tríplice Fronteira entre Tabatinga (Brasil), Leticia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) como área de atenção [8].

Referências

[1]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/10/20/petrobras-obtem-licenca-do-ibama-para-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas/>

[2]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/esperar-cop-para-liberar-foz-do-amazonas-seria-hipocrisia-e-repetiria-bolsonaro-diz-presidente-do-ibama.shtml>

[3]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/lider-do-governo-comemora-autorizacao-para-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas.shtml>

[4]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/10/23/liberacao-para-explorar-petroleo-nao-muda-negociacoes-na-cop30-diz-presidente-designado.htm>

[5]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/10/maioria-dos-brasileiros-quer-que-lula-proiba-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-diz-datafolha.shtml>

[6]Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/10/21/sociedade-civil-vai-judicializar-licenca-por-ilegalidades.ghtml>

[7]Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/10/30/brasil-desmatamento.ghtml>

[8]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/10/cv-e-pcc-negociam-com-grupos-colombianos-compra-e-transporte-de-drogas-na-amazonia-diz-abin.shtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 8 de outubro, o principal órgão de estudos ambientais do governo colombiano, o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), anunciou que os alertas de desmatamento na Amazônia colombiana caíram 16% entre abril e junho de 2025, em relação ao mesmo período de 2024 [1]. Trata-se da segunda menor taxa trimestral em cinco anos. A ministra do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Irene Vélez Torres, afirmou que “este é um resultado que nos enche de esperança” e atribuiu a melhora à combinação entre decisão estatal, engajamento comunitário e esforços de restauração e conservação. Apesar da queda geral, Vélez Torres destacou que ainda persistem aumentos em departamentos como Guaviare e Putumayo, alertando que o desafio da proteção florestal permanece.

Reforçando as políticas contra o desmatamento, em 23 de outubro de 2025, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia anunciou a extensão do programa Conservar Paga até dezembro de 2026 [2]. O programa, que está completando um ano de duração, fornece incentivos econômicos para famílias que protegem áreas de florestas amazônicas. Cerca de 9 mil famílias, responsáveis pela conservação de aproximadamente 350 mil hectares em regiões como Meta, Guaviare, Caquetá e Putumayo, serão beneficiadas. Justificando a extensão do programa, dados do IDEAM apontam para o cumprimento de 98% dos compromissos firmados pelas famílias que participam da política. Além disso, alinhado ao discurso do presidente Gustavo Petro de fortalecer economias locais, o Conservar Paga atende, em sua maioria (95%), comunidades camponesas, indígenas e negras [2].

Já em 28 de outubro de 2025, o governo colombiano anunciou que manterá suas três propostas globais para enfrentar a crise climática na COP30: 1) reconhecer a biodiversidade como solução climática; 2) eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis; 3) e propor uma reforma do sistema financeiro internacional que alivie o peso da dívida dos países do Sul Global [3]. O presidente Petro e a ministra interina Irene Vélez Torres destacaram que a Colômbia buscará articular uma posição comum dos países latino-americanos e amazônicos durante a conferência, que acontece entre os dias 10 e 21 de novembro, em Belém do Pará, no Brasil.

Também em 28 de outubro de 2025, um relatório conjunto da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e da Direção Nacional de Inteligência da Colômbia revelou que as facções criminosas brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) formaram alianças com grupos criminosos colombianos para operar em áreas de floresta compartilhadas entre os dois países, na região amazônica. Segundo a investigação, as redes atuam no tráfico de drogas, na mineração ilegal e no contrabando de migrantes, utilizando rotas fluviais da Amazônia Compartilhada, especialmente o rio Solimões. O relatório alertou que o avanço dessas organizações representa risco crescente à segurança e à integridade ambiental na região.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/alertas-de-deforestacion-en-la-amazonia-cayeron-16-en-segundo-trimestre-de-este-ano/>

[2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-amplia-hasta-2026-el-programa-conservar-paga-para-proteger-la-amazonia/>

[3]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/rumbo-a-la-cop30-colombia-lidera-tres-iniciativas-para-hacer-frente-a-la-tesis-climatica/>

[4]Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/abin-aponta-alianca-de-pcc-e-cv-com-grupos-colombianos-no-trafico-de-drogas/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Um relatório do jornalista investigativo Franklin Vargas, publicado em 19 de outubro de 2025, denunciou a escalada da mineração ilegal na província de Napo, na Amazônia equatoriana. A atividade, impulsionada por um lucrativo mercado de escavadeiras não registradas – com importações superiores a 500 milhões de dólares entre 2017 e 2024 –, já devastou mais de 1.400 hectares de floresta [1]. A operação é facilitada pela corrupção, com autoridades locais acusadas de integrarem estruturas criminosas (algo denunciado pela procuradora-geral do Equador à Assembleia Nacional desde 2022). Apesar de operações

pontuais, como a apreensão de 148 máquinas em 2022, a extração ilegal persiste de forma visível e organizada, utilizando mercúrio e consumindo grandes volumes de água, enquanto gera violência e transforma a economia local. O relatório foi elaborado a partir de dados públicos do Banco Central do Equador e do Serviço Aduaneiro do país, comparando valores declarados como explorados com valores efetivamente exportados pelas empresas do país.

Além disso, o mês foi marcado por diversas ações de cooperação internacional. Entre os dias 20 e 21 de outubro, o Ministério do Ambiente e Energia (MAE) liderou a quarta reunião ordinária da Mesa de Trabalho REDD+, um espaço de diálogo intersetorial que reúne representantes de povos, nacionalidades, sociedade civil, academia e setor empresarial para dar seguimento ao plano de ação destinado a reduzir as emissões de gases de efeito estufa por desmatamento e degradação florestal. Durante o encontro, foram analisados os avanços do primeiro ano de trabalho e revisada a construção participativa do Plano de Distribuição de Benefícios, que visa canalizar recursos para atores territoriais que contribuem para as metas desta política climática [2].

No dia 21 de outubro, foi anunciado que o Equador, juntamente com o Brasil, apresentou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) revisadas para a COP30 [3]. Os dois foram os únicos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) que apresentaram as NDCs atualizadas. No Equador, a promessa é a de reduzir 7% das emissões até 2035, tendo como referência o ano de 2010, e reduzir 8% em todos os setores da economia, com apoio de financiamento internacional.

No dia 28, durante o V Congresso Mundial de Reservas de Biosfera da UNESCO, realizado na província de Zhejiang, na China, lideranças equatorianas compartilharam experiências de gestão de Reservas de Biosfera (MAB²⁸) e resultados parciais do Projeto Amazônia, apoiado pela UNESCO e financiado pelo conglomerado LVMH em parceria com o grupo *For Amazon Sustainability* (FAS) [4]. Na mesa intitulada *El poder de las iniciativas locales en la transformación de las Reservas de Biosfera de la Amazonía*, os participantes apresentaram dados sobre as ações de conservação do bioma e cooperação entre lideranças comunitárias e autoridades governamentais.

O Equador também foi representado no evento *Jóvenes MAB* por meio de lideranças juvenis de Galápagos e Yasuní, que compartilharam suas visões sobre a formação de redes locais e nacionais comprometidas com a sustentabilidade. Um dos resultados do congresso foi a apresentação do Plano de Ação Estratégico de Hangzhou 2026-2035, que definirá os próximos passos para a consolidação de soluções sustentáveis que fortaleçam a governança das Reservas, a cooperação internacional, a pesquisa científica aplicada e integrem biodiversidade, cultura e bem-estar. Ao final, o Equador foi escolhido como a sede do próximo Congresso Ibero-MAB em 2026.

Entre os dias 22 e 28 de outubro, o Ministério do Ambiente e Energia, com o apoio da WWF Ecuador e do INABIO, executou com sucesso a Expedição RAMSAR 2025 de *Monitoreo de Delfines de Río* no complexo de Cuyabeno-Lagartococha-Yasuní [5]. A ação teve como objetivo recolher informação científica atualizada sobre o estado das populações do boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*) e do pirajaguara (*Sotalia fluviatilis*), bem como das condições dos seus habitats, para orientar futuras ações de conservação e implementar o Plano Nacional de Ação para estas espécies.

No dia 29, líderes ambientalistas e representantes do setor produtivo com foco em sustentabilidade validaram a Nota Conceitual sobre Transição Ecológica, iniciativa impulsionada pelo Projeto Equador Verde, financiado pelo *Global Gateway* da União Europeia e implementado pelo PNUD com o apoio do MAE [6]. O documento conceitualiza a Transição Ecológica no Equador, fornecendo princípios e definições consistentes com a realidade do país,

28 O Programa sobre o Homem e a Biosfera (MAB, *Man and the Biosphere Programme*) da UNESCO é um painel científico intergovernamental que combina Ciências Naturais e Sociais cujo objetivo é estabelecer uma base científica para melhorar a relação entre as pessoas e seu entorno.



além de promover ciclos de formação e workshops.

No dia 30 de outubro, mais de 70 mil pessoas reuniram-se na cidade de Cuenca para o festival “Cuenca Natural Flow”, um evento que uniu cultura e conservação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância dos páramos. Como parte da iniciativa, cada participante comprometeu-se a plantar uma espécie nativa, totalizando 70 mil novas plantas para fortalecer estes ecossistemas [7]. Na ocasião, o MAE anunciou a criação da Área Protegida Comunitaria Virgen del Rosario, no Azuay, com 2.175 hectares, a declaração de 312 hectares do Bosque Protector La Josefina e a formação do *Comité Nacional de Coordinación de Reservas de Biosfera* do Equador.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/el-paraiso-de-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-3501133>
- [2]Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/el-mae-fortalece-el-dialogo-intersectorial-y-la-participacion-de-pueblos-y-nacionalidades-en-la-cuarta-reunion-de-la-mesa-de-trabajo-redd/>
- [3]Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/brasil-e-equador-atualizam-metas-climaticas-para-a-cop30/>
- [4]Disponível em: <https://www.unesco.org/es/articles/ecuador-comparte-avances-del-proyecto-amazonia-en-el-v-congreso-mundial-de-reservas-de-biosfera-de>
- [5]Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/gobierno-nacional-promueve-acciones-de-conservacion-en-la-amazonia-mediante-la-expedicion-ramsar-para-proteger-los-delfines-de-rio/>
- [6]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/actores-del-sector-productivo-y-ambiental-construyen-nota-conceptual-de-transicion-ecologica>
- [7]Disponível em: <https://www.ambienteyenergia.gob.ec/cuenca-natural-flow-convoco-a-mas-de-70-mil-personas-en-un-festival-por-la-conservacion-de-los-paramos/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Tensões internacionais no Mar do Caribe vêm aumentando desde, pelo menos, agosto de 2025, afetando diretamente a Guiana. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, autorizou o envio de navios de guerra em direção à costa da Venezuela, justificando a ação como uma medida contra o crime transnacional — em uma ameaça explícita à soberania venezuelana [1][2]. Em reação, no dia 1º de outubro, Irfaan Ali, presidente da Guiana, deu uma entrevista afirmando que a presença crescente dos Estados Unidos na região deveria ser tratada com cautela e não com entusiasmo [3].

A questão possui ligações com a Guiana devido às tensões fronteiriças que o país possui com a Venezuela. A região de Essequibo é reivindicada por ambos os países — Guiana e Venezuela —, e o litígio é constantemente evidenciado pelos dois governos. Movimentações militares nas fronteiras já foram realizadas por ambos, mas nenhum confronto aberto foi iniciado. O governo da Guiana, cujo poder bélico é muito inferior ao da Venezuela, percebe as declarações de Maduro como uma ameaça real à soberania do país. A região de Essequibo corresponde a 2/3 do território da Guiana e é detentora de grandes reservas de petróleo, cuja exploração econômica tornou-se o principal motor de acumulação da Guiana e implica uma concorrência direta com as exportações venezuelanas da matéria-prima [4].

Outro fator no imbróglio é que a empresa que lidera o consórcio de extração de



hidrocarbonetos é a *ExxonMobil*, uma transnacional estadunidense. Essa combinação de elementos, somado ao fato da intervenção histórica que os Estados Unidos têm no continente americano e a disputa por influência geopolítica com a China, principalmente, intensifica um cenário de aproximação entre Estados Unidos e Guiana. A grande potência apresenta-se como grande apoiadora da integridade territorial da Guiana, resultando em aumento de cooperação militar entre os dois países e elevando a presença militar dos EUA na América do Sul, por terra e por mar.

A declaração de Irfaan Ali, pedindo cautela com a presença militar estadunidense, desmente, ou ao menos sugere dúvida, às suposições de que um “alinhamento inequívoco” da Guiana com os Estados Unidos. Entretanto, a complexidade da situação e as potencialidades limitadas da Guiana restringem suas opções. A responsabilidade parcial que a Guiana pode ter em relação ao avanço estadunidense no Mar do Caribe é produto de um emaranhado de elementos que constituem o tema e não, necessariamente, de uma convicção política ou uma apologia ideológica ao imperialismo estadunidense. Essa observação não exclui a responsabilidade de agência por parte do governo guianês e, inclusive, é necessário considerar que a estratégia de aproximação com os EUA pode revelar-se um equívoco estratégico. Por fim, trata-se de uma questão com múltiplas dimensões, que vão do nacional ao internacional, das disputas regionais às disputas globais. Tendo em vista que a assimetria material que caracteriza o sistema impõe certas limitações a países como a Guiana, pelo menos essa é uma hipótese a ser considerada [4][3].

Referências

[1]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-10/em-tensao-com-venezuela-eua-enviarao-porta-avioes-america-do-sul>

[2]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2025/08/28/tensoes-entre-eua-e-venezuela-aumentam-com-chegada-de-navios-de-guerra-ao-sul-do-caribe.amp.htm>

[3]Disponível em: <https://caribbeannewsglobal.com/president-ali-calls-for-open-dialogue-on-growing-us-naval-presence-in-the-caribbean/>

[4]Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/02/venezuela-election-un-ruling-essequibo-guyana>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de outubro foi marcado pela intensificação da agenda climática peruana, com destaque para os preparativos do país rumo à COP30, em Belém do Pará, no Brasil. Tanto o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) quanto o Ministério das Relações Exteriores (MRE) concentraram esforços em fortalecer ações de cooperação internacional e destacar os avanços nacionais no enfrentamento das mudanças climáticas e na proteção da Amazônia.

No âmbito do MRE, diversas iniciativas reforçaram o papel do Peru como um ator de relevância regional em temas ambientais e de integração amazônica. Em 3 de outubro, a chancelaria reafirmou o compromisso do país em combater as mudanças climáticas e anunciou que Lima sediará uma próxima sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU [1]. O novo chanceler peruano, Javier González-Olaechea de Zela, destacou a importância de a COP30 ser realizada na Amazônia e a urgência de acelerar as ações climáticas com base na responsabilidade compartilhada, alertando para a vulnerabilidade dos ecossistemas amazônicos e dos povos que neles vivem [2].

Poucos dias depois, em 9 de outubro, os chanceleres de Peru e Equador reafirmaram o compromisso com a cooperação fronteiriça em áreas como segurança, saúde e meio ambiente, reforçando a importância da gestão compartilhada da Amazônia [3]. Em 10 de outubro, durante as comemorações dos 50 anos de cooperação técnica com o Brasil, o MRE destacou a relevância da agenda bilateral e a necessidade de ampliar projetos conjuntos em meio ambiente, saúde e desenvolvimento social [4].

No dia 16 de outubro, a chancelaria peruana participou, por meio do embaixador nos Emirados Árabes Unidos, do Congresso Mundial da Natureza da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em um painel sobre delitos ambientais. Na ocasião, foram ressaltados os impactos do tráfico de vida silvestre e da mineração ilegal na região amazônica [5]. Já em 21 de outubro, a chancelaria e o Governo Regional de Tumbes coordenaram ações conjuntas para promover o desenvolvimento e a integração fronteiriça, com foco na sustentabilidade e na infraestrutura verde [6].

O MINAM, por sua vez, desempenhou papel central na articulação técnica e política da agenda ambiental peruana. Em 1º de outubro, o ministério sediou um diálogo ambiental com 33 países da América Latina e do Caribe, voltado à construção de posições comuns sobre financiamento climático e combate às mudanças climáticas [7]. Em 3 de outubro, o Peru e o Brasil reforçaram sua cooperação climática bilateral em um encontro técnico realizado em Lima, com vistas à COP30. As delegações discutiram mecanismos de financiamento e de compensação, além de estratégias conjuntas de mitigação de emissões e de promoção da justiça climática [8]. Ainda no início do mês, o MINAM promoveu importantes consensos regionais, como o acordo ambiental latino-americano e caribenho firmado ao final de um encontro multilateral que contou com a presença de ministros e especialistas de toda a região [9].

Entre 27 e 30 de outubro, o Peru foi sede do principal encontro científico mundial sobre mudanças climáticas, reunindo pesquisadores e formuladores de políticas públicas para debater soluções baseadas na ciência [10]. Durante o mesmo período, o MINAM destacou os avanços científicos das instituições peruanas na formulação de políticas climáticas, ressaltando o papel de centros de pesquisa vinculados à pasta na produção de dados e indicadores que subsidiam ações nacionais de mitigação e adaptação [11].

No fim do mês, em preparação para a COP30, o ministério apresentou uma proposta sobre financiamento associado aos riscos e danos climáticos, buscando atrair recursos internacionais para projetos de adaptação e resiliência em territórios vulneráveis [12]. A vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico de Recursos Naturais, Raquel Soto, enfatizou que uma parte considerável do território peruano é composta por ecossistemas altamente sensíveis às mudanças do clima e defendeu uma coordenação multissetorial e uma visão comum entre os setores do Estado para enfrentar esses desafios.

O ministério também apresentou, em coletiva de imprensa, as soluções concretas que o país levará à COP30 — com ênfase no multilateralismo como ferramenta para combater a crise climática, na valorização dos conhecimentos indígenas, na restauração de ecossistemas e na promoção de bionegócios sustentáveis [13]. Entre as ações concretas apresentadas pelo MINAM, destacam-se o Fundo de Bosques Tropicais, o Registro Nacional de Medidas de Mitigação, o programa REDD+ e o AdaptAcción, todos voltados à conservação ambiental, à proteção dos povos indígenas e ao combate à crise climática [14].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1257804-cancilleria-reafirma-compromiso-climatico-y-anuncia-proxima-sesion-del-ipcc-en-lima>

[2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1274924-canciller-de>



[zela-exhorta-a-actuar-con-urgencia-y-responsabilidad-para-acelerar-la-accion-climatica-en-inauguracion-del-ipcc](#)

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1261390-cancilleres-de-peru-y-ecuador-reafirman-compromiso-de-cooperacion-fronteriza-en-seguridad-salud-y-medio-ambiente>

[4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1262090-cancilleria-peruana-conmemora-50-anos-de-cooperacion-tecnica-entre-el-peru-y-brasil>

[5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1265161-peru-participo-en-panel-internacional-sobre-delitos-ambientales-en-el-congreso-mundial-de-la-naturaleza-de-la-uicn>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1269927-cancilleria-y-gobierno-regional-de-tumbes-coordinan-acciones-para-fortalecer-el-desarrollo-e-integracion-fronteriza>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1256101-peru-lidera-reunion-y-dialogo-ambiental-con-33-paises-de-latinoamerica-y-el-caribe>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1257426-peru-y-brasil-refuerzan-cooperacion-climatica-en-encuentro-preparatorio-rumbo-a-la-cop30>

[9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1257464-peru-y-paises-de-america-latina-y-el-caribe-logran-importantes-acuerdos-ambientales-para-la-region>

[10]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1273441-peru-sera-sede-del-principal-encuentro-cientifico-mundial-sobre-cambio-climatico>

[11]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275047-destacan-aportes-cientificos-de-entidades-del-minam-en-las-acciones-nacionales-contra-el-cambio-climatico>

[12]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275920-peru-prepara-propuesta-sobre-financiamiento-asociado-a-los-riesgos-del-cambio-climatico>

[13]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1275517-peru-llega-a-la-cop30-con-soluciones-concretas-desde-el-territorio-y-con-las-comunidades-frente-a-impactos-del-cambio-climatico>

[14]Disponível em: <https://elheraldo.pe/peru-presentara-en-la-cop30-acciones-concretas-frente-al-cambio-climatico/>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Não foram registradas ações relevantes do Suriname neste mês a respeito da Amazônia. Entretanto, cabem registrar movimentos da política externa do país em relação à China que podem ser indicativos de um aumento de cooperação bilateral, em um momento no qual o país vizinho, a Guiana, inclina-se a uma aproximação com os EUA, conforme registrado neste monitor. Embora tais movimentos não se relacionem expressamente à agenda ambiental, eles tocam em temas que dizem respeito ao desenvolvimento do Suriname e ao envolvimento de potências extrarregionais no futuro da Pan-Amazônia.

No dia 20 de outubro, a Suriname Chinese United Association (SCUA) realizou um evento de comemoração do aniversário de 172 anos da imigração chinesa no Suriname, em Paramaribo. A ocasião contou com a presença da presidenta do país, Jennifer Geerlings-Simons; do Vice-Presidente, Gregory Ruslan; do Ministro das Obras Públicas e Planejamento Espacial, Steven Tsang; e de outras figuras importantes. O Embaixador da China para o Suriname, Lin Ji, fez um discurso que evidenciou a importância da imigração chinesa para a

construção e o desenvolvimento do Suriname. Jennifer Geerlings-Simons também discursou, reconhecendo a importância da imigração chinesa para a formação Estado multicultural que é o Suriname, além de afirmar que o país irá manter e fortalecer as relações com os países de origem dos residentes surinameses, “particularmente a China” [1].

No dia 26 de outubro, Lin Ji, Embaixador da China para o Suriname, publicou um artigo no *De Ware Tijd* — um jornal surinamês — com o seguinte título: *Working Together to Advance the Global Cause of Women*. O texto abordou o fato de que, recentemente, o presidente chinês Xi Jinping compareceu à abertura da cerimônia *Global Women’s Summit*, em Beijing. O presidente chinês anunciou que faria uma doação de US\$ 10 milhões para a *UN Women* e mais US\$ 100 milhões para o *Fundo Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul* destinados à capacitação de mulheres. Na ocasião, Xi propôs quatro propósitos para a causa global das mulheres:

- 1) “Em primeiro lugar, devemos defender uma visão comum, abrangente, cooperativa e sustentável de segurança e salvaguardar a paz mundial. É imperativo fortalecer a proteção de mulheres e meninas em regiões afetadas por conflitos, pobreza e desastres, e aprimorar os mecanismos de combate à violência, de modo a combater resolutamente todas as formas de violência contra as mulheres (tradução nossa).”
- 2) “Em segundo lugar, devemos concentrar-nos em abordar o desequilíbrio e a inadequação do desenvolvimento global das mulheres, garantindo que todas as mulheres possam partilhar os frutos da globalização econômica. Devemos aproveitar o poder da inovação científica e tecnológica para promover o desenvolvimento das mulheres com maior qualidade e ajudá-las a concretizar os seus sonhos e aspirações na grande onda da modernização global (tradução nossa).”
- 3) “Em terceiro lugar, devemos aprimorar as instituições e as leis para garantir que recursos de qualidade em saúde e educação beneficiem todas as mulheres, permitindo que elas desfrutem de seus direitos de forma mais plena e justa. É essencial fomentar um ambiente social inclusivo e harmonioso, ampliar a participação das mulheres na política e nos assuntos públicos e apoiar seu envolvimento ativo na governança nacional e social, para que a igualdade de gênero se torne verdadeiramente um consenso social profundamente enraizado e um código de conduta (tradução nossa).”
- 4) “Em quarto lugar, devemos apoiar as mulheres para que assumam as responsabilidades da atualidade e participem ativamente na governança global, de modo que possam partilhar dos seus resultados. A China apoia o papel central das Nações Unidas, apela a uma maior atenção às necessidades das mulheres nos países em desenvolvimento e está pronta para construir amplas plataformas de cooperação entre mulheres de todas as nações, contribuindo para um mundo de beleza partilhada e prosperidade mútua (tradução nossa).” [2]

O aspecto a se observar desses episódios com a China é compreender como elementos “suaves” podem vir a reforçar alianças de cunho geopolítico e estratégico. Simmons foi a primeira mulher eleita como presidente na história do Suriname. A imigração chinesa é constituinte da história do Suriname e corresponde a uma boa parcela do mercado de trabalho. A dívida do Suriname com a China chega a valores consideráveis. Todos esses elementos se relacionam na explicação desses movimentos diplomáticos, que têm como pano de fundo a disputa geopolítica por hegemonia global entre Estados Unidos e China — além de outros fatores.

Referências



[1]Disponível em: https://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202510/t20251022_11737816.htm

[2]Disponível em: https://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202510/t20251028_11742016.htm

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Não foram registrados eventos relevantes na Venezuela relacionados à Amazônia em outubro de 2025.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 13 de outubro, o consultor da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Mauro Ruffino, participou do evento “Pré-COP30” do Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil [1]. Na ocasião, ele ressaltou os avanços do Brasil na construção de políticas de adaptação às mudanças climáticas e pontuou a importância da pesca e aquicultura para a segurança alimentar e geração de renda para as comunidades e povos diretamente envolvidos na atividade. Ele acrescentou que o peixe é o indicador de cultura da floresta e que os governos devem pensar em práticas de manejo sustentável dos recursos aquáticos. Essa foi a primeira vez que o tema integrou a agenda principal da COP.

No dia 17, a OTCA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresentaram o *Programa de Investimento em Bioeconomia Amazônica* junto a representantes dos setores público e privado, governos e bancos de desenvolvimento [2]. O objetivo da ação é fortalecer os sistemas agroalimentares e a cadeia regulatória que rege as atividades econômicas da Região Amazônica para evitar o ponto de não-retorno do bioma. O montante, que pode chegar a um total de US\$ 70 milhões, será destinado à criação de ecossistemas digitais, fortalecimento dos bens públicos e ampliação de oportunidades de renda para as comunidades amazônicas. Estima-se que o programa beneficie cerca de 14.500 pessoas.

Durante o lançamento, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, falou sobre o valor das florestas e da cooperação regional e pontuou que investimentos são necessários. O programa integra as ferramentas de informação e análise geoespacial, biofísica e socioeconômica da Iniciativa Mão a Mão e dialoga com a Declaração de Belém, de 2023, e a Declaração de Bogotá, de 2025, ambas da OTCA. No dia 19, representantes da OTCA participaram do evento “A Sociobioeconomia como Solução Climática do Sul Global – Rumo à COP30” organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Brasília [3]. No encontro, os participantes discutiram a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais como agentes de conservação dos biomas, o papel da sociobioeconomia e a articulação do Sul Global como estratégia para o fortalecimento da agenda climática à nível internacional.

No evento foi lançada a *Declaração Sul-Sul pela Sociobioeconomia como Solução Climática Global*, assinada pela Rede de Comunidades Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais na África Central (REPALEAC), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e a LTKL, organização que reúne governos de seis províncias da Indonésia alinhados com o desenvolvimento sustentável. O evento faz parte do



Projeto Floresta+ Amazônia financiado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF).

No dia 29, a OTCA e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) anunciaram a criação de um pavilhão conjunto na Zona Azul da COP30 [4]. Por meio da parceria, as instituições apresentarão debates em três temas estratégicos: oportunidades vinculadas à mitigação, oportunidades vinculadas à resiliência e adaptação e integração entre clima e biodiversidade. No estande, os participantes da COP30 poderão interagir com os dados gerados pelo Observatório Regional Amazônico (ORA) e informações sistematizadas pela OTCA. Com isso, as organizações esperam conscientizar governos e autoridades sobre o papel da América Latina e do Caribe na agenda de mudanças climáticas.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/mpa-abre-pre-cop-com-foco-no-protagonismo-da-pesca-e-aquicultura>

[2]Disponível em: <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/bioeconomia-amazonica-inversiones-sostenibles/pt>

[3]Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-sedia-em-brasilia-evento-pre-cop30-sobre-sociobioeconomia>

[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-caf-unem-esforcos-na-cop30/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Novembro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	49
Brasil.....	51
Colômbia.....	55
Equador.....	54
Guiana.....	56
Peru.....	57
Suriname.....	58
Venezuela.....	59
OTCA.....	59

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de novembro, o novo governo boliviano já demarcou uma série de mudanças na política externa e na política interna. No dia 8, Rodrigo Paz assumiu como presidente do Estado Plurinacional e, a partir de então, começou a implementar transformações importantes, muitas das quais impactam a Amazônia. Poucos dias após assumir, o presidente dissolveu



o Ministério de Meio Ambiente e Água e declarou que suas funções serão agora executadas pelos Ministérios de Planejamento e de Desenvolvimento e Produção Rural [1]. Esses dois ministérios são hoje dirigidos por pessoas ligadas ao agronegócio boliviano, o que preocupa lideranças socioambientais [2]. Paz também criou uma unidade de emergência das Forças Armadas para combater incêndios florestais e, mais amplamente, para atuar na proteção ambiental e na defesa de áreas naturais e reservatórios nacionais [3].

No plano internacional, teve destaque a ida da delegação boliviana à COP30. A delegação foi liderada pelo vice-presidente, Edmand Lara, e por Óscar Mario Justiniano, Ministro do Desenvolvimento Produtivo. As autoridades afirmaram que a Bolívia chegou à COP30 com “uma postura distinta”, mais aberta ao mundo e com compromissos ambientais [4]. Ambos se reuniram com o secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martín Von Hildebrand. A reunião foi focada em assuntos como o impulso da agenda de povos indígenas na Amazônia, o monitoramento conjunto para o combate ao desmatamento e a proteção dos rios e corpos hídricos da bacia amazônica [5]. Durante a Conferência do Clima, no plano bilateral, destacou-se anúncio do acordo do governo boliviano com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) para a reativação de um fundo de 15 milhões de dólares não reembolsáveis, destinado a ações de combate a incêndios florestais, recuperação de áreas degradadas e impulso a projetos de bioeconomia [6]. Ainda durante o evento, também foi realizada uma reunião entre representantes do estado brasileiro do Acre com o alto escalão do governo boliviano sobre governança climática e, mais especificamente, sobre REDD+ [7].

Ao longo do mês, repercutiram notícias sobre estudos que mostraram, uma vez mais, os impactos nocivos da mineração ilegal nos rios da Amazônia boliviana – e, em especial, no rio Pilcomayo [9]. Estudos também mostraram o impacto nocivo da mineração ilegal na contaminação da saúde de mulheres bolivianas, principalmente mulheres indígenas [10]. Repercutiu, também, o lançamento do novo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa apontou, entre outros pontos, que a fronteira entre Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia) é a um dos principais fluxos de mercúrio ilegal para uso no garimpo na Amazônia [11]. Cabe mencionar que, desde o dia da posse de Rodrigo Paz, organizações indígenas, principalmente do departamento de La Paz, vêm solicitando diálogo com o novo governo para demandar o cancelamento das solicitações de mineradoras para operar na Amazônia boliviana [12]. Por fim, no final do mês, houve o transbordamento de afluentes do Rio Madeira após fortes chuvas [13].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/nuevo-presidente-boliviano-acaba-con-su-ministerio-de-ambiente/>

[2] Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/bolivia-joga-no-lixo-a-sua-oportunidade-para-governanca-ambiental/>

[3] Disponível em: <https://www.reduno.com.bo/noticias/paz-crea-unidad-de-emergencia-de-las-ff-aa-para-combatir-incendios-forestales-20251127204820>

[4] Disponível em: <https://www.laregion.bo/bolivia-confirma-su-participacion-en-la-cop30-con-una-postura-de-economia-verde-y-apertura-internacional/>

[5] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2025/11/19/bolivia-se-reune-con-la-presidencia-de-la-cop30-para-fortalecer-la-cooperacion-climatica-amazonica/>

[6] Disponível em: [https://www.eldia.com.bo/2025-11-19/economia/bolivia-y-banco-aleman-acuerdan-reactivar-un-fondo-no-reembolsable-de-\\$us-15-millones.html](https://www.eldia.com.bo/2025-11-19/economia/bolivia-y-banco-aleman-acuerdan-reactivar-un-fondo-no-reembolsable-de-$us-15-millones.html)

[7] Disponível em: <https://acrenews.com.br/acre-e-bolivia-fortalecem-dialogo-bilateral-sobre-clima-e-redd-jurisdiccional-em-reuniao-estrategica-na-cop30/>

[9] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/11/imagenes-satelitales-estudios->



[cientificos-revelan-devastacion-rios-america-latina/](#)

[10]Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/bolivia-estudios-acad%C3%A9micos-revelan-presencia-de-mercurio-en-mujeres-ind%C3%ADgenas-amaz%C3%B3nicas-las-causas-ser%C3%ADan-atribuidas-a-la-miner%C3%ADa-ilegal/>

[12]Disponível em: <https://www.laregion.bo/pueblos-indigenas-y-dos-municipios-piden-al-presidente-paz-impedir-la-mineria-en-sus-territorios/>

[13]Disponível em: <https://www.jornalrondonia.com/geral/video-mostra-afluentes-do-rio-madeira-transbordando-na-bolivia-apos-fortes-chuvas-e-preocupa-rondonia/21088>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Nos dias 6 e 7 de novembro, o Brasil sediou a Cúpula dos Líderes, evento preparatório para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), em Belém do Pará. A cúpula reuniu cerca de 40 chefes de Estado e governo, que foram recepcionados pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. No evento, Lula lançou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), cuja criação era negociada internacionalmente pelo Brasil desde 2023. Trata-se do primeiro mecanismo internacional para captar recursos públicos e privados para remunerar governos pela preservação de florestas tropicais na América Latina, na África e na Ásia, com base em monitoramento de satélite e pagamento por hectare preservado [1].

O TFFF recebeu um aporte inicial de US\$ 5,6 bilhões nos seus primeiros dias, a partir de investimentos anunciados por Brasil, Noruega, Alemanha, França e a fundação australiana Munderoo. Os recursos serão aplicados no mercado financeiro e seus lucros serão direcionados ao projeto. O Banco Mundial administrará os repasses a governos dos países do Sul interessados em aderir ao TFFF. Ao menos 20% dos repasses deverão ser destinados pelos governos nacionais a povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam florestas tropicais [2].

Em seguida, entre os dias 10 e 22 de novembro, ocorreu a COP-30, presidida pelo embaixador André Corrêa do Lago. Delegações de 195 países compareceram ao evento, entre representantes de governos e da sociedade civil, com destaque para um comparecimento sem precedentes de povos indígenas [3]. No discurso de abertura do evento, Lula conclamou os países a lançarem Contribuições Nacionalmente Determinadas de redução de gases de efeito estufa que fossem ambiciosas, defendeu que transições ambientais justas devem reduzir assimetrias entre países do Norte e do Sul, apoiou a elaboração de “mapas do caminho” para reduzir o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento, criticou a desinformação virtual sobre mudanças climáticas e voltou a sugerir que, para haver uma governança global mais robusta, deve ser criado um Conselho do Clima, vinculado à Assembleia Geral da ONU [4].

As duas semanas de negociação resultaram na aprovação de uma série de documentos, chamada de “Pacote de Belém” [5], os quais incluíram:

1. a Decisão Mutirão, declaração política final que enfatiza que ações de implementação de compromissos climáticos devem ser intensificadas;
2. o Acelerador de Implementação Global, com propostas para transformar os compromissos climáticos em ações práticas por parte de governos nacionais e subnacionais, empresas, investidores e organizações da sociedade civil;
3. o Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa, novo instrumento da UNFCCC para facilitar a cooperação técnica para países incluírem temas de equidade em seus



compromissos climáticos, como a requalificação de trabalhadores de setores intensivos em carbono, que tendem a perder empregos em face dos esforços de descarbonização das economias:

4. o Plano de Ação de Gênero, que incentiva compromissos climáticos sensíveis à realidade de mulheres indígenas, afrodescendentes e rurais;
5. a adoção de 59 indicadores voluntários para medir avanços da Meta Global de Adaptação a partir de análises em todos os países;
6. um acordo para países ricos triplicarem o financiamento à adaptação climática em países pobres, na direção de US\$ 120 bilhões anuais;
7. o Programa de Implementação de Tecnologia, para apontar prioridades tecnológicas dos países em desenvolvimento;
8. o Plano de Ação de Saúde de Belém, com medidas para fortalecer sistemas de saúde resilientes às mudanças do clima.

Além disso, anúncios feitos por grupos de países incluíram:

1. o lançamento da Declaração de Belém sobre Industrialização Verde Global, para coordenar ações para descarbonizar indústrias, apoiada por Brasil, Reino Unido, Austrália, Alemanha, Reino Unido, Coreia do Sul, Indonésia e África do Sul [6].
2. a criação da Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono, para integrar o comércio de créditos de carbono fiscalizado por instituições públicas, apoiada por Brasil, China, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Chile e México [7];
3. o Fórum Integrado sobre Mudança do Clima e Comércio, para coordenar políticas comerciais alinhadas ao clima, lançado pelo Brasil [8];
4. o Compromisso Intergovernamental de Posse da Terra, para fortalecer direitos territoriais de povos indígenas e comunidades locais, liderado pelo Brasil [14];
5. a Declaração sobre Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, para combater a desinformação virtual, assinada por Brasil, Chile, Uruguai e países da OCDE [9].

Por sua vez, a presidência da COP30 lançou o documento “Mapa do Caminho Baku-Belém”, que prevê medidas para mobilizar US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático até 2035 para países em desenvolvimento, as quais serão desenvolvidas por um grupo de trabalho nos próximos dois anos [10]. Contudo, a despeito das declarações de apoio feitas por Lula em seu discurso de abertura, não houve consenso para aprovar “mapas do caminho” para reduzir o uso de combustíveis fósseis e o desmatamento [11].

Ainda no contexto da COP30, no dia 12 de novembro, foi aberta oficialmente a Cúpula dos Povos. O encontro reuniu cerca de 1,3 mil movimentos sociais e populares do mundo todo. Os discursos realizados durante o evento criticaram a falta de participação popular, assim como as soluções ineficientes apresentadas ao longo da conferência, de maneira que, segundo os palestrantes e outros participantes, os países responsáveis pelas decisões a serem tomadas estariam se omitindo sistematicamente e apresentando falsas soluções climáticas devido ao aprofundamento da desigualdade resultante desses arranjos [12].

Após a COP-30, Lula compareceu à cúpula de chefes de Estado do G20, realizada nos dias 22 e 23 de novembro, em Johannesburgo, na África do Sul. Tratou-se da primeira cúpula do grupo realizada no continente africano. A Declaração de Líderes aprovada no encontro salientou a importância de cooperações para o financiamento climático, bem como para a redução de desigualdades sociais e a proteção de minorias vulneráveis. O Brasil, por ter presidido o G20 em 2024, integrou a *troika* que coordenou os trabalhos, também formada pela África do Sul e pelos EUA, que exercerá a presidência rotativa do G20 em 2026. Porém,

o presidente dos EUA, Donald Trump, não compareceu ao evento, que teve como lema “Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade”. Em discurso na primeira sessão da cúpula, Lula declarou que o funcionamento do G20 como instância de diálogo e coordenação está ameaçado, diante de protecionismos e unilateralismos que dificultam a discussão dos grandes temas da atualidade [13].

Referências

- [1] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/lideres-mundiais-se-reunem-para-discutir-desafios-e-compromissos-no-enfrentamento-da-mudanca-do-clima-em-belem-confira-a-programacao-1>
- [2] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/11/noruega-promete-investir-us-3-bi-em-fundo-para-preservacao-de-florestas-criado-pelo-brasil.shtml>
- [3] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop-com-maior-participacao-indigena-da-historia-viabiliza-protacao-de-territorios-e-mecanismos-de-fortalecimento-da-pauta>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cop30-em-belem-pa>
- [5] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-aprova-o-pacote-belem>
- [6] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/11/14/lideres-lancam-na-cop30-declaracao-para-industrializacao-verde-global/>
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/cop30-amazonia/noticia/2025/11/13/coalizao-para-mercado-de-carbono-atrai-potencias-globais.ghtml>
- [8] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lancamento-do-forum-integrado-de-comercio-e-mudanca-do-clima-ifcct
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/iniciativa-global/declaracao-sobre-a-integridade-da-informacao-sobre-mudanca-do-clima>
- [10] Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/presidentes-da-cop29-e-cop30-apresentam-mapa-do-caminho-de-baku-a-belem-para-mobilizar-us-1-3-trilhao-em-financiamento-climatico>
- [11] Disponível em: <https://apublica.org/2025/11/cop30-acaba-sem-mapa-para-fim-de-fosseis-avanca-em-adaptacao-transicao-justa-e-indigenas/>
- [12] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/cop30-cupula-dos-povos-critica-omissao-de-paises-na-tomada-de-decisao>
- [13] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/11/22/cupula-do-g20-na-africa-do-sul-adota-declaracao-sobre-crise-climatica-apesar-de-boicote-dos-eua.ghtml>
- [14] Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/brasil-lidera-compromisso-global-historico-e-anuncia-a-regularizacao-e-protacao-de-63-milhoes-de-hectares-de-terras-indigenas-e-quilombolas-ate-2030-1>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 12 de novembro, em meio à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, assinou um memorando de entendimento com o governador da Califórnia, Gavin Newsom. O acordo fortalece a cooperação técnica e política entre os governos e tem duração de cinco anos. Segundo a ministra, a formação dessa aliança representa

o intercâmbio “de experiências em soluções baseadas na natureza e na participação das comunidades locais”, de cooperação acerca de mecanismos de monitoramento de metano e da agenda de transição energética [1]. Além desta, no dia 13 de novembro, durante a reunião dos ministros do Meio Ambiente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Torres convidou os países membros a construir a Aliança Amazônica pela Vida. Centralizando a justiça ambiental e a paz com a natureza, a iniciativa tem como objetivo proteger a região de atividades extrativistas ilegais e promover a transição energética justa e sustentável.

Ainda às margens da COP30, no dia 21 de novembro, o governo colombiano, sob a liderança do Ministério de Torres, lançou a Declaração de Belém sobre a Transição para além dos Combustíveis Fósseis. Visando pressionar a presidência brasileira a entregar um “resultado ambicioso e crível”, o documento reconhece que a produção, o consumo, a emissão de licenças de exploração e os incentivos aos combustíveis fósseis são incompatíveis com as metas globais de frear as mudanças climáticas. Contando com a adesão inicial de 24 países, a declaração foi construída a partir de uma coalizão de 35 Estados liderados pela Colômbia. Para haver a aceleração de uma transição energética justa, o documento defende meios de implementação adequados, como financiamento e transferência de tecnologia [3]. Além disso, por meio do documento, o governo colombiano anunciou que sediará a Primeira Conferência Internacional para a Eliminação Progressiva de Combustíveis Fósseis. A ser realizado nos dias 28 e 29 de abril de 2026, na cidade de Santa Marta, o evento foi fruto de uma parceria entre a Colômbia e os Países Baixos [4].

Já em 22 de novembro, o governo colombiano, em parceria com o brasileiro, promoveu uma “operação binacional sem precedentes” contra a mineração ilegal na região amazônica. Responsável pela destruição de 14 “super-dragas” utilizadas para a extração de minérios, a Operação Amazônia Livre II ainda apreendeu três rebocadores, uma retroescavadeira, 4.800 galões de gasolina e 2,5 quilos de mercúrio. Sendo oito alvos em território colombiano e 6 no Brasil, a ação inabilitou a extração de cerca de 6 quilos de ouro por mês ou aproximadamente 9 milhões de dólares mensais [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-y-california-sellan-alianza-historica-por-la-accion-climatica-y-la-proteccion-ambiental/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-primer-pais-en-declarar-la-amazonia-como-zona-libre-de-gran-mineria-e-hidrocarburos/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-presenta-declaracion-de-belem-y-convoca-conferencia-global-sobre-combustibles-fosiles/>
- [4] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/primer-conferencia-global-para-eliminar-combustibles-fosiles-se-realizara-en-santa-marta-en-2026/>
- [5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-y-brasil-ejecutan-operacion-historica-contramineria-ilegal-y-fortalecen-defensa-de-la-amazonia/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 6 de novembro, o Ministério de Ambiente e Energia (MAE) do Equador anunciou as linhas gerais de atuação do país na COP 30, realizada em Belém, no Brasil [1]. Dentre as diretrizes gerais, estavam: a cobrança de compromissos claros e verificáveis de financiamento por parte dos países desenvolvidos; o não-apoio a critérios que incluam métricas de mitigação; a escolha de indicadores compatíveis com o contexto nacional; a proposta de parâmetros



comuns para países em desenvolvimento; e a manutenção de responsabilidades para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, o governo buscou garantir a proteção de alguns setores estratégicos, como o agrícola, além de fortalecer ações de mitigação convergentes com a realidade do país.

No dia 7, a vice-presidenta María José Pinto, declarou que a mineração ilegal de ouro, o desmatamento e a violência estão destruindo a Amazônia [2]. Nas declarações, a vice-presidenta destacou que o governo equatoriano quer avançar em acordos estratégicos com o Brasil para instalar bases nas províncias de Sucumbiós e Orellana para combater o crime transnacional na Amazônia. A vice-presidenta enfatizou que o governo visa a proteção das comunidades locais, com ênfase nas crianças e adolescentes, e a promoção de cooperação transnacional e de políticas educacionais na região.

Além disso, uma notícia divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 11 de novembro apontou que aproximadamente 2.356 hectares de florestas localizadas nas províncias de Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chincipe se encontram em processo de restauração ecológica [3]. As ações, que foram coordenadas pelo MAE, em parceria com o PNUD e comunidades locais, responderam a objetivos fixados pelo Projeto Nacional de Restauração da Paisagem (PNRP) e pelo Projeto de Pagamento por Resultados REDD+ Equador (PPR). As lideranças destacaram que a restauração florestal é uma solução natural frente às mudanças climáticas e que a participação das comunidades é essencial para a construção de práticas sustentáveis. Cerca de 790 pessoas e suas famílias, das quais 45% são mulheres, serão beneficiadas pela restauração.

Durante a COP 30, realizada em Belém, no Brasil, a titular do MAE, Inés Manzano, assegurou que o Equador “não abrirá mão” de suas reservas de petróleo e gás [4]. A ministra declarou que os prazos para abandonar os hidrocarbonetos não é factível, considerando a estrutura econômica e energética do Equador. Nas palavras de Manzano, as empresas Petroecuador, *Corporación Eléctrica del Ecuador* (CELEC) e as mineradoras são as principais contribuidoras do orçamento estatal, o que tornaria o abandono dessas práticas “inviável” no curto prazo.

Manzano afirmou também que o presidente Noboa planeja duplicar a produção de gás natural até 2026, com ênfase em projetos de exploração marítima, e que o país precisa de financiamento internacional em condições mais ágeis para garantir recursos para proteção de biomas, como a Amazônia. A participação do Equador na COP 30 esteve marcada, ainda, por manifestações de organizações indígenas que questionaram o avanço de práticas extrativistas e do crime organizado na região amazônica.

Entre os dias 27 e 28 de novembro, representantes de Equador, Peru, Brasil e Colômbia se reuniram no evento “Vozes e Saberes: Encontro Regional para uma Produção Responsável na MAPE” [5]. O evento debateu estratégias de transição para práticas de mineração artesanal e de pequena escala livre de mercúrio com foco em dinâmicas de gênero e sustentabilidade e tecnologias limpas. O evento faz parte do projeto [PlanetGold](#) Equador liderado pelo MAE e implementado em parceria com o PNUD, financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Referências

[1]Disponível em: <https://www.primicias.ec/ciencia-tecnologia/ecuador-lineas-rojas-negociaciones-cop30-brasil-cambio-climatico-108844/>

[2]Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/ecuador-exige-acciones-salvar-amazonia-cop-30-brasil-AL10392112>

[3]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/paisajes-que-renacen-la-amazonia-ecuatoriana-florece-con-la-restauracion-ecologica-de-sus-bosques>



[4]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/11/19/la-ministra-de-ambiente-de-ecuador-en-la-cop30-no-renunciaremos-a-nuestras-reservas/>

[5]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-brasil-colombia-y-peru-compartieron-experiencias-exitosas-hacia-una-produccion-sostenible-en-la-mape>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Em novembro, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no Brasil, sediou a 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30). A reunião ocorreu entre os dias 10 e 21 de novembro, porém, anteriormente, nos dias 6 e 7, chefes de Estado do mundo inteiro reuniram-se em Belém para iniciarem as tratativas da conferência na Cúpula dos Líderes. O presidente da Guiana, Irfaan Ali, esteve presente e, na ocasião, afirmou que a COP30 não é uma convenção de fachada²⁹, como muitos críticos alegam, pois é o único fórum global viável para discutir a questão [2].

Irfaan Ali pontuou três áreas prioritárias que poderiam ajudar na construção de uma saída global para as mudanças climáticas: 1) acelerar a transição energética sem deixar de expandir a segurança energética; 2) fazer das florestas a prioridade máxima; e 3) avançar na adaptação financeira. Nas palavras do próprio Ali:

Se nos comprometermos a rejeitar o extremismo e, em vez disso, promover a colaboração, se fizermos com que nossas burocracias acelerem a inovação, em vez de a sufocarem, se liberarmos as opções de financiamento que são acessíveis e disponíveis, então, mais de 30 anos depois do Rio, Belém será o ponto de virada em que o mundo passará das promessas ao progresso. (tradução nossa). [2]

Posteriormente, já durante a COP30, a Guiana e os demais países amazônicos³⁰, lançaram o projeto³¹ *Amazonia Forever Facility for Cities and Resilient Infrastructure*, cujo objetivo é arrecadar investimentos destinados a projetos de infraestrutura regional. Em termos numéricos, o objetivo inicial é arrecadar cerca de US\$ 1 bilhão e, atualmente, os principais doadores são: Noruega, Dinamarca, Suécia, *The Spanish Agency for International Development Cooperation* (AECID) e alguns programas ligados ao *Inter-American Development Bank Group* (IDB) [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/11/cupula-do-clima-reune-chefes-de-estado-as-vesperas-do-inicio-da-cop-30>

[2]Disponível em: <https://op.gov.gy/cop30-must-move-the-world-from-promises-to-progress-president-ali/>

[3]Disponível em: <https://demerarawaves.com/2025/11/11/guyana-among-amazon-countries-hoping-to-raise-us1-billion-for-infrastructure-projects/>

²⁹No texto original, Ali utiliza a expressão “*rubber stamp*”, cuja intenção é metafórica e implica em “processos automáticos”, sem crítica e etc. Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/11/cupula-do-clima-reune-chefes-de-estado-as-vesperas-do-inicio-da-cop-30>.

³⁰Brasil, Bolívia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

³¹Centro Amazonia Forever para Cidades e Infraestrutura Resiliente (tradução nossa)

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

A participação na COP30 foi o principal compromisso da agenda da diplomacia e do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) peruanos no mês de novembro. Durante o evento, o Peru reforçou seu compromisso climático com metas mais ambiciosas no que tange à conservação da Amazônia. O país atualizou suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), fixando a meta de não ultrapassar 179 milhões de toneladas de CO₂ até 2035, além de se comprometer em dar maior destaque na agenda governamental para temas como as migrações climáticas e a criação de empregos verdes [1].

Segundo os representantes diplomáticos na COP30, a estratégia central inclui os projetos REDD+ e o Programa REDD+ Indígena Jurisdiccional, que reconhecem a proteção de milhões de hectares por povos indígenas [2]. Além disso, foi apresentada a iniciativa “Paquete País”, projetada pelo MINAM junto com seis governos regionais amazônicos e organizações dos povos originários para mobilizar financiamento para conservação, restauração e desenvolvimento sustentável [3]. Os diplomatas peruanos explicitaram, ainda, o apoio do país ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), iniciativa impulsionada pelo governo brasileiro que pode gerar investimentos globais destinados à conservação florestal [4].

Especialistas e representantes de movimentos sociais, no entanto, teceram fortes críticas ao descompasso entre o discurso do governo na COP30 e as suas práticas. Uma pesquisa do Instituto Peruano de Economia (IPE) demonstra que, em 2025, a mineração ilegal movimentou cerca de US\$ 12 bilhões, o que equivale ao triplo do montante movimentado em 2023 e passou a representar aproximadamente 66% de todas as economias ilícitas no país. Isso significa que a expansão descontrolada da mineração ilegal se tornou a principal economia ilícita do país, superando até mesmo o narcotráfico em movimentação financeira e atuando com logística e organização industrial. A floresta amazônica e os povos que a habitam são aqueles que mais fortemente sofrem as consequências desse processo [5].

A participação do Peru na COP30 foi criticada por ambientalistas por não apresentar uma proposta para enfrentar o problema. Além disso, os recursos governamentais para enfrentar os impactos ambiental e climático dessas atividades ilícitas são insuficientes diante da dimensão dos problemas. De acordo com um estudo conduzido pelo *Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático* (Mocicc), durante os últimos 10 anos, o país destinou menos do que 12% dos recursos necessários para cumprir com os seus compromissos climáticos [6]. Essa falta de empenho se reflete no fato de que o Peru ocupa o quinto lugar no ranking de países que mais promovem desmatamento no mundo. Segundo dados publicados pela *Global Forest Watch* em 2024, o desmatamento se ampliou em uma área de 190 mil hectares em 2024, o que representou um aumento de 135% em relação ao ano anterior [7].

Essa trajetória negativa tende a se agravar, se analisarmos as perspectivas para o próximo ano. O novo presidente da República empossado em outubro, José Jeri, apresentou este mês o orçamento para 2026, que prevê uma redução de 17,5% para a pasta do MINAM em relação ao previsto para 2025. A política ambiental terá acesso a cerca de 987,1 milhões de soles, o que equivale a 293,7 milhões de dólares [8].

Além da participação na COP30, houve um encontro bilateral, no dia 8 de novembro, entre as diplomacias de Peru e Brasil. Os países decidiram intensificar a cooperação bilateral no combate ao crime organizado transnacional, especialmente no contexto da região amazônica e das fronteiras compartilhadas. Essa decisão foi tomada durante a IV Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) com a União Europeia (UE), realizada na Colômbia, onde o ministro de Relações Exteriores do Peru, Hugo de Zela, se reuniu com seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira [10].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1298303-cop30-peru-reforzo-su-ambicion-climatica-y-mecanismos-de-financiamiento-para-conservar-los-bosques>
- [2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1289025-cop-30-destacan-modelo-peruano-de-conservacion-de-bosques-con-participacion-de-comunidades-indigenas>
- [3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1291891-cop30-peru-presenta-propuesta-para-proteger-nuestra-amazonia-y-reducir-emisiones>
- [4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1298303-cop30-peru-reforzo-su-ambicion-climatica-y-mecanismos-de-financiamiento-para-conservar-los-bosques>
- [5]Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/12/11/peru-ve-un-pais-tomado-por-las-economias-ilicitas-94-vincula-corrupcion-con-mineria-ilegal-tala-y-narcotrafico/>
- [6]Disponível em: <https://larepublica.pe/economia/2025/11/21/cop30-peru-llega-con-aumento-record-de-deforestacion-y-lideres-indigenas-exigen-participacion-hnews-1807071>
- [7]Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/09/24/latinoamerica-lidera-el-ranking-de-deforestacion-de-selva-tropical-en-el-mundo-el-alarmante-puesto-que-ocupa-peru/>
- [8]Disponível em: <https://comunicaciones.congreso.gob.pe/noticias/gabinete-ministerial-sustenta-ante-el-pleno-del-congreso-ley-de-presupuesto-2026/>
- [9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1284627-peru-y-brasil-deciden-fortalecer-la-cooperacion-contra-el-crimen-internacional-organizado>

Suriname**Por Guilherme Fritz**

No dia 5 de novembro, às vésperas da COP30, a presidente do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons, veio ao Brasil para o encontro de chefes de Estado que precedeu o evento principal e oficial da própria COP30: a Cúpula dos Líderes. Na data em questão, a presidenta do Suriname teve uma reunião bilateral com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro serviu para reforçar a parceria entre os países vizinhos. Ambas as lideranças concordaram em programar uma nova visita de trabalho até o mês de fevereiro de 2026. Na ocasião, o presidente Lula afirmou que designaria a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para participar da cerimônia de comemoração dos 50 anos da independência do Suriname [1].

O Suriname é um dos únicos três países do mundo com emissão negativa de carbono, de maneira que, a despeito de seu tamanho e de suas capacidades limitadas em relação aos demais países, acaba representando uma voz ímpar em meio ao debate global sobre a questão climática. A economia de baixa complexidade do Suriname — pouco valor agregado dos bens produzidos — é constituída pela exploração de recursos minerais e sua exportação, principalmente de ouro, bauxita e diamantes. Essa configuração representa um desafio de duração indefinida para o país, porém, a despeito dessa condição, a presidenta do Suriname garante que seu objetivo é manter as florestas em pé. No início de novembro, Geerlings-Simons concedeu uma entrevista ao Mongabay e afirmou que o desafio é grande, mas que está trabalhando a partir de uma visão moderna sobre a floresta, o que significa gerar capacidades de financiamento que mantenham a floresta em pé, dar incentivos ao ecoturismo e fomentar créditos de carbono verde — ferramenta esta que o Suriname vem desenvolvendo nos últimos anos [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/11/lula-tem-reuniao-bilateral-com-a-presidente-do-suriname-jennifer-geerlings-simons>

[2]Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/11/surinames-plan-to-capitalize-on-carbon-qa-with-president-jennifer-geerlings-simons>

Venezuela**Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em novembro, a Venezuela foi representada na 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas de Combate às Mudanças Climáticas (COP 30) pelo ministro do Poder Popular para Relações Exteriores, Yván Gil[1]. No evento, a Venezuela aderiu à proposta da OTCA de ativação de uma Comissão de Florestas e Clima. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o multilateralismo e a soberania dos países que compõem a organização [2]. O anúncio foi feito pelo ministro Ricardo Molina, do Poder Popular para o Ecosocialismo, durante sua participação no Encontro de Ministros do Meio Ambiente da OTCA [3].

Além disso, em novembro tiveram continuidade as ações de combate a mineração ilegal na Amazônia venezuelana. Em anúncio no dia 13 de novembro, o comandante Domingo Hernández Lárez informou que materiais e gasolina foram apreendidos em uma zona próxima a uma comunidade indígena [4].

Referências

[1]Disponível em: <http://radiomundial.com.ve/venezuela-expone-avances-ambientales-en-la-cop30/>

[2]Disponível em: <https://primicia.com.ve/nacion/venezuela-se-suma-a-propuesta-para-activar-comision-de-bosques/>

[3]Disponível em: <https://radioamerica.com.ve/venezuela-se-adhiere-a-la-comision-de-bosques-y-clima/>

[4]Disponível em: <https://lapatilla.com/2025/11/13/fanb-se-atribuye-la-destruccion-de-materiales-y-equipos-utilizados-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas-fotos/>

OTCA**Por Beatriz Bandeira de Mello**

O mês de novembro foi de muitas atividades para os representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em virtude da realização da COP 30, em Belém. No dia 5, membros da organização participaram do workshop internacional “Gestão dos sedimentos na bacia do Rio Amazonas e nos grandes rios do mundo” realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [1]. O evento discutiu exemplos de boas práticas na Europa e na Ásia, projetos de monitoramento dos fluxos de sedimentos e soluções adaptadas à região amazônica. O Plano de Ações Estratégicas (PAE) da OTCA serviu como referência para o debate sobre a hidrodinâmica e o transporte sedimentar dos grandes rios e a avaliação dos fluxos de erosão, transporte e sedimentação na região, com ênfase nos Rios Madeira e Amazonas.

No dia 9, o governo da Suíça, através da Swissnex e da Agência Suíça de Cooperação,



anunciou a doação de R\$ 33 milhões para compor o Fundo Amazônia, mecanismo gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil [2]. A cerimônia que oficializou a doação contou com a participação do Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, e da ministra Marina Silva. O Fundo é uma referência para a cooperação internacional para o clima e apoia iniciativas de proteção ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades que residem na Amazônia, chegando a 75% dos seus municípios e recolhendo R\$ 1,2 bilhão em financiamentos por ano. Ele também é apoiado por Alemanha, Noruega, Reino Unido, Dinamarca, Estados Unidos, Japão, Irlanda e União Europeia.

No primeiro dia da COP 30, os membros do Observatório Regional Amazônico (ORA) promoveram um painel sobre os pontos de não-retorno da Amazônia [3]. Os palestrantes apresentaram dados coletados na plataforma MapBiomas e alertaram sobre os efeitos das mudanças climáticas e do desmatamento na região, além de seus impactos socioambientais. Durante o evento foram apresentados nove policy briefs produzidos por especialistas do ORA, reunidos na Coleção Trajetórias Amazônicas, que fazem recomendações estratégicas sobre temas prioritários para a região como manejo do fogo e gestão de recursos hídricos [4]. O encontro encerrou com recomendações do Painel Científico para a Amazônia, como a conservação e restauração da conectividade ecológica e sociocultural da região, apoio aos povos indígenas e comunidades locais e colaboração transfronteiriça para gestão de recursos compartilhados e combate a atividades ilícitas.

No dia 11, autoridades da OTCA participaram da jornada “Manhã das Economias Sustentáveis/Sociobioeconomia”, com foco na promoção do diálogo sobre alternativas para uma economia amazônica sustentável [5]. Neste evento foi apresentada a Estratégia de Economias Sustentáveis da Amazônia, documento aprovado pelos oito países-membros da OTCA, que versa sobre políticas, investimentos e cooperação técnica para o fomento da sociobioeconomia da Amazônia. As discussões apontaram ações em curso e desafios que persistem para o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, como a falta de coordenação regional em setores-chave. Dentre os pontos principais, os participantes destacaram a necessidade de criação de marcos regulatórios estáveis, mais incentivos públicos e maior participação do setor privado como estímulos a uma economia mais sustentável. Nesses marcos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um plano de cooperação técnica regional em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a OTCA para implementar as ações indicadas no documento.

No dia 13, delegações e ministros do Meio Ambiente dos oito países-membros pan-amazônicos se reuniram na Zona Azul da COP 30 e declararam apoio a reativação do mecanismo intergovernamental de coordenação ambiental da OTCA [6]. Um dos principais anúncios da reunião foi o Projeto Regional “OTCA – Florestas e Mudanças Climáticas” que receberá um aporte de R\$ 55 milhões do Fundo Amazônia para fortalecer os sistemas nacionais de monitoramento florestal, com o apoio técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Outra iniciativa para o fortalecimento das capacidades nacionais foi a assinatura do Acordo de Financiamento e Implementação para o Programa Regional de Gestão Integrada do Fogo na Floresta Amazônica [7].

O documento, assinado pela OTCA, pelo Banco de Desenvolvimento KfW, em nome do Ministério Federal Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e o IICA prevê um investimento total de \$ 18,7 milhões de euros em ações para prevenir, responder e recuperar regiões afetadas por incêndios florestais. O programa, que durará três anos e meio (2026-2029), dialoga com a Rede Amazônica de Gestão Integral do Fogo (RAMIF), mecanismo técnico-político da OTCA, e com o ORA.



No dia 15, lideranças indígenas se reuniram no pavilhão da OTCA para participar de um painel sobre o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) [8]. Um dos pontos centrais do MAPI, que começará a ser implementado em dezembro, é a criação de um sistema de copresidência, no qual cada país será representado por um delegado governamental e um delegado indígena. Essa estrutura visa garantir a participação efetiva dos povos e comunidades no desenho de políticas e ações que englobam os territórios da Bacia Amazônica. A Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, falou sobre a importância do MAPI na proteção da biodiversidade amazônica.

Outro tema central na participação da OTCA na COP 30 foi a segurança alimentar. No dia 18, membros da organização participaram do evento “Substituir para transformar: Evidências para impulsionar os sistemas alimentares amazônicos” [9]. A valorização do conhecimento local foi considerada essencial para o desenho de sistemas alimentares que englobem as necessidades nutricionais das comunidades locais. Entre os obstáculos para a criação desses sistemas estão o avanço de monocultivos industriais e a comercialização de alimentos importados e ultraprocessados na região. Um estudo desenvolvido pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) e pela OTCA mostrou que a substituição de alimentos importados por aqueles produzidos localmente tem impactos positivos sobre a economia local e o meio ambiente. O evento contou com a moderação de Rathna Kewal, Coordenadora de Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável da OTCA.

Nos dias finais da COP 30, a OTCA e a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) firmaram uma Carta de Intenções para fortalecer iniciativas científicas, a inovação, a tecnologia e a educação intercultural na Amazonia [10]. O objetivo da parceria é fortalecer redes de pesquisa e fomentar capacidades nacionais, reconhecendo as universidades como agentes dessa transformação. O anúncio cumpre o mandato da Resolução RES/XIV MRE-OTCA/26, que reativou o diálogo interinstitucional, e as premissas da Declaração de Belém de 2023 e da Declaração de Bogotá de 2025. A carta prevê o estímulo a integração acadêmica, o fortalecimento de capacidades para jovens pesquisadores, comunidades e povos indígenas, a valorização dos saberes tradicionais e o intercâmbio de dados por meio do ORA. Nos próximos três meses, OTCA e UNAMAZ definirão um plano de trabalho conjunto.

De modo a caminhar para o cumprimento de mais uma das prerrogativas da Declaração de Belém, no dia 19, a OTCA anunciou uma proposta de mecanismo financeiro: o Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA) [11]. A meta dos países é reunir US\$ 250 milhões em um período de 10 anos a partir de contribuições de entidades e bancos multilaterais. Para Martín Von Hildebrand e demais participantes do encontro, o MACA se apresenta como uma estratégia autônoma dos países na obtenção de financiamentos que ajudarão a alcançar os objetivos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável na região. Mesmo assim, o lançamento do mecanismo é apenas o primeiro passo para a efetivação de uma política de financiamento própria dos países amazônicos que seguirão em busca de recursos.

Referências

[1] Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias/7200-evento-internacional-aborda-desafios-tecnicos-economicos-e-politicos-para-se-monitorar-a-bacia-do-rio-amazonas-e-outros-grandes-rios-do-mundo.html>

[2] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/suica-oficializa-nova-doacao-de-r-33-milhoes-ao-fundo-amazonia-na-cop30>

[3] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/cientistas-apresentam-cenarios-criticos-e-recomendacoes-para-evitar-colapso-da-floresta-amazonica/>

[4] Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/ora-lanca-colecao-de-publicacoes-tematicas-no-primeiro-dia-da-cop-30/>



[5]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/paises-amazonicos-impulsionam-uma-nova-agenda-economica-baseada-na-sustentabilidade/>

[6]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/ministros-amazonicos-acordam-agenda-na-cop30-e-anunciam-projeto-regional-de-monitoramento-florestal/>

[7]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-kfw-e-iica-lancam-novo-programa-para-fortalecer-a-gestao-integral-do-fogo-na-amazonia/>

[8]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/liderazgos-indigenas-debatem-el-mecanismo-amazonico-de-pueblos-indigenas/>

[9]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/substituir-para-transformar-evidencias-que-impulsionam-os-sistemas-alimentares-amazonicos/>

[10]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-e-unamaz-firmam-parceria-para-impulsionar-uma-agenda-regional-de-ciencia-e-inovacao-na-amazonia/>

[11]Disponível em: <https://cop30.otca.org/pt/otca-anuncia-mecanismo-amazonico-para-cooperacao-e-acao/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Dezembro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	63
Brasil.....	65
Colômbia.....	67
Equador.....	68
Guiana.....	70
Peru.....	71
Suriname.....	73
Venezuela.....	73
OTCA.....	74

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de dezembro na Bolívia foi marcado ainda pelas repercussões da COP 30, realizada na cidade de Belém do Pará, no Brasil, no mês de novembro, além das novas ações impostas pelo governo de Rodrigo Paz, eleito presidente boliviano em outubro de 2025. A decisão de Paz de dissolver o Ministério do Meio Ambiente e Água despertou diversas críticas

da sociedade civil e também de organizações ambientais. Em sua maioria, as funções do antigo Ministério foram agrupadas em outras pastas, com destaque para a formação do novo Ministério de Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente, chefiado por Fernando Romero (empresário agroindustrial). Por sua vez, a pasta que cuidava da água foi movida para o Ministério de Desenvolvimento Produtivo, Rural e Água, liderado por Óscar Justiniano, também empresário agroindustrial [1].

A deputada Cecilia Requena, da *Alianza Unidad*, criticou a decisão do governo, afirmando que esta mudança institucional reduz a importância da agenda ambiental dentro do governo. O mesmo é dito por ativistas que manifestam que as políticas ambientais tornaram-se subordinadas às políticas de desenvolvimento econômico e produtivo, resultando em “um enfoque centrado na expansão da fronteira agrícola e no impulso à produção de monocultivos, o que reduz a capacidade do Estado de proteger os ecossistemas, regular atividades extrativas e responder à crise climática que atravessa o país”, detalhou Miguel Vargas, diretor do *Centro de Estudios Jurídicos e Investigacionales Sociales* (CEJIS) [1].

Essa ação também foi duramente criticada pelos povos indígenas da Amazônia boliviana. O *Bloque de Organizaciones Campesinas e Indígenas de la Amazonía Norte de Bolivia* (Bocinab) emitiu um alerta sobre as decisões do novo governo boliviano, afirmando que impactam diretamente a gestão ambiental e os direitos das comunidades indígenas e camponesas da região, formado pelos departamentos de Pando, Beni e Abel Iturralde em La Paz. Em seu pronunciamento, o bloco afirmou que a dissolução do Ministério do Meio Ambiente e Água enfraqueceria a proteção ambiental e a capacidade do Estado em enfrentar as mudanças climáticas, fortalecendo o Ministério de Mineração e Metalurgia. Ainda em sua declaração, o Bocinab destaca que o setor de mineração continua agindo sem legislação adequada que considere a crise climática, direitos coletivos indígenas e a proteção da Madre Tierra.

A preocupação é válida, já que, em 2025, a mineração avançou fortemente em rios, nos territórios indígenas e em áreas de proteção. Muitos povos indígenas foram afetados, especialmente pela contaminação por mercúrio dos rios que pescam. Segundo Alex Vilca, membro da *Coordinadora Nacional en Defensa de Territorios Indígenas Originario Campesinos y Áreas Protegidas* (Contiocap), nove entre dez mulheres indígenas sofrem de altos níveis de concentração de mercúrio em seu organismo e dão sinais de diversas doenças que antes não existiam nos territórios [1].

O governo de Paz rebateu as críticas, afirmando que considera o desenvolvimento e o meio ambiente agendas complementares e não opostas. Logo, o reposicionamento de seu ministério demonstraria uma forma de romper a desunião entre a preservação e a produção [2]. Em resposta, Óscar Justiniano prometeu que a defesa da floresta e a luta contra as atividades que ameaçam o ecossistema da Bolívia serão prioridades do governo, assegurando que a sustentabilidade e a produtividade devem avançar de maneira conjunta para gerar oportunidades concretas para as famílias do país. Em suas palavras, “as outras autoridades devem entender que a sustentabilidade e a produtividade são elementos que se conciliam” [1].

No início do mês, Justiniano se envolveu em uma polêmica a partir de sua fala ainda durante a COP 30, em novembro de 2025. O atual ministro afirmou que a Bolívia “não recebeu nem um peso” [3] em financiamento climático na última década e que decisões políticas impediram o país de acessar grandes somas de dinheiro pelas posturas adotadas nos fóruns climáticos. Entretanto, a Bolívia é considerada um dos países latino-americanos com maior financiamento *per capita* em termos da agenda climática. Especialistas confirmaram que o país recebeu financiamento climático internacional, incluindo recursos de fundos como o *Global Environment Facility* (GEF) e o *Green Climate Fund* (GCF), com um valor estimado de US\$1,35 bilhão entre 2015 e 2020 [3].

Especialistas explicam que a fala de Justiniano está ligada ao conceito de financiamento climático “puro”, ou seja, na constituição de instrumentos modernos de financiamento



diretamente vinculados à mitigação e adaptação ao clima, sem gerar dívidas para o país. Logo, para o ministro, os US\$1,35 bilhão contabilizados não seriam considerados um “financiamento climático genuíno” [3], porque muitas partes foram empréstimos ou recursos para desenvolvimento geral. Segundo La Région, “a afirmação do ministro parte de um conceito válido – a ausência de financiamento climático estrutural sem endividamento –, mas negar a existência de outros recursos ambientais recebidos podem gerar interpretações errôneas”, além de causar instabilidade com parceiros que financiam a agenda ambiental boliviana [3].

Dentro da agenda internacional da Bolívia, em dezembro aconteceu a LXIII *Reunión Ordinaria del Consejo de Delegados de la Comisión Trinacional para el Desarrollo de la Cuenca del Río Pilcomayo* (CTN), em Assunção no Paraguai. Nessa reunião, a Bolívia, que assume a presidência pro *tempore* do grupo, reafirmou seu compromisso de fortalecer a cooperação e a integração trinacional para a gestão sustentável do rio Pilcomayo [4]. Além disso, destacou que a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos do rio constitui uma prioridade estratégica para o país, bem como a cooperação com a Argentina e o Paraguai é essencial para a preservação ambiental, o desenvolvimento produtivo e o bem-estar das comunidades que dependem da bacia [4].

Outro ponto destacado na reunião foi a apresentação do projeto GEF Pilcomayo, com o objetivo de promover a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável na região. Este projeto foi desenvolvido pela delegação boliviana por meio do Formulário de Identificação de Projeto (PIF), elaborado em conjunto com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O plano representa a oportunidade de alcançar financiamento internacional do *Global Environment Facility* (GEF) destinados a: fortalecer a governança trinacional; criar o Observatório Hidroambiental da bacia; avaliar o potencial do Sistema Aquífero *Yrendá-Toba-Tarijeño* (SAYTT); organizar os recursos pesqueiros; e consolidar sistemas de monitoramento e gestão do conhecimento [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/12/balance-ambiental-bolivia-mineria-ilegal-deforestacion/>

[2]Disponível em: <https://www.laregion.bo/prevalecera-la-economia-sobre-el-ambiente-en-el-nuevo-gobierno-de-bolivia/>

[3]Disponível em: <https://www.laregion.bo/bolivia-si-recibio-fondos-ambientales-pero-queda-fuera-del-financiamiento-puro-por-decisiones-politicas/>

[4]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/12/18/23801/https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/12/18/23801/>

Brasil

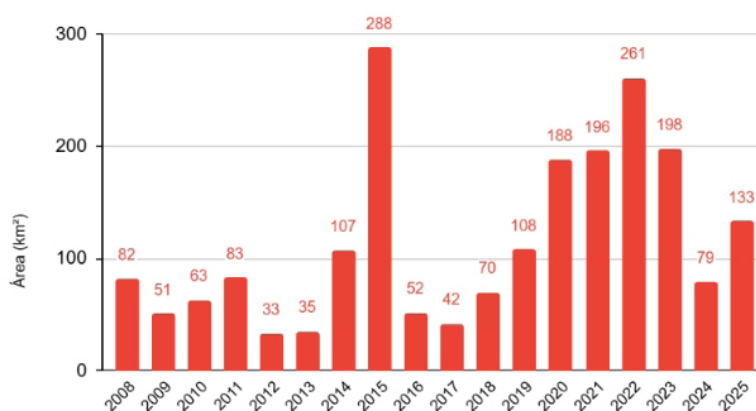
Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

No dia 17 de dezembro, a gerência do Fundo Amazônia apresentou os dados referentes às atividades de 2025 na Reunião Anual de Doadores, que ocorreu no Rio de Janeiro, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de representantes dos países contribuidores. Foram aprovados mais de R\$ 2 bilhões em projetos em 2025, o que permitiu a retomada de trabalhos anteriormente paralisados devido à falta de verba, assim como a alavancagem de novas atividades. Somado aos valores investidos em 2024 e 2024, o montante total aplicado foi de R\$ 3,7 bilhões. Essa quantia representou mais de 50% de todo o investimento já mobilizado pelo fundo, criado em 2008. Esse alto grau de recursos

correspondeu a resultados positivos, segundo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, na medida em que a redução do desmatamento na Amazônia caiu em mais de 50% no ano de 2025, quando comparado a 2022 [1].

Ainda em dezembro, segundo dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon³²), a degradação florestal – processo causado pelo fogo e pela exploração de madeira – diminuiu cerca de 88% nos meses de janeiro a novembro, quando comparados os anos de 2025 e 2024. A queda foi expressiva sobretudo porque, em 2024, os incêndios florestais na Amazônia atingiram o maior alcance desde outubro de 2008. Além disso, o desmatamento na Amazônia caiu 27% no mesmo período analisado. A área correspondente ao desmatamento em 2025 — 2.650 km² — foi a menor desde 2018. A série histórica evidencia uma alta do desmatamento entre 2018 a 2022 e uma tendência de queda a partir de 2023, conforme o gráfico a seguir [2]:

Ilustração 1 - Série histórica do desmatamento na Amazônia Legal
SAD Desmatamento - Série histórica Janeiro



Fonte: Imazon, 2025

Entretanto, um estudo divulgado no dia 18 pelo Imazon, pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA) e pelo Instituto Centro de Vida (ICV) revelou que houve uma migração da extração criminosa de madeira, na Amazônia Legal, de propriedades privadas para áreas protegidas, entre agosto de 2023 a julho de 2024. No período, o registro do crime aumentou em Unidades de Conservação, assentamentos rurais e Terras Indígenas em 184%, 66% e 24%, respectivamente [3].

Por sua vez, a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) declarou a meta de formalizar a criação de 3 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia até 2030. O objetivo faz parte da atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANB) para o período 2025-2030, divulgada no dia 8. O documento estabelece 25 metas nacionais e 234 ações de proteção, uso e financiamento da conservação das vidas existentes na natureza [4].

No plano internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) premiou, no dia 10, o instituto Imazon na competição “Campeões da Terra”³³, que reconheceu cinco iniciativas pioneiras no que tange o combate à degradação ambiental e climática. O Imazon desenvolveu modelos de inteligência artificial capazes de prever possíveis espaços com maior propensão ao desmatamento ilegal. Os dados não apenas ajudaram a prevenir a degradação florestal, mas também “serviram de base para mais de 4,4 mil processos judiciais ambientais e ajudaram a descobrir 99% dos casos de desmatamento ilegal” [5][6].

³²Ver: <https://imazon.org.br>

³³Ver: <https://www.unep.org/championsofearth/>

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/fundo-amazonia-aprova-mais-de-r-2-bilhoes-em-2025-e-brasil-avanca-na-meta-rumo-ao-desmatamento-zero>
- [2]Disponível em: <https://imazon.org.br/noticias/desmatamento-cai-27-de-janeiro-a-novembro-na-amazonia>
- [3]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/12/18/extracao-ilegal-de-madeira-crece-44-em-areas-protegidas-da-amazonia-legal/>
- [4]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/12/09/brasil-apresenta-metas-para-conservacao-da-biodiversidade/>
- [5]Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851777>
- [6]Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851859>

Colômbia**Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli**

Em 18 de dezembro, o presidente colombiano, Gustavo Petro, decretou a formalização de Entidades Territoriais Indígenas (ETIs), em conformidade com a estrutura político-administrativa estabelecida na Constituição Política da Colômbia de 1991 [1]. O regime de ETIs consolida a autonomia de autoridades indígenas amazônicas e reconhece o autogoverno desses povos. No total, oito territórios amazônicos passam a ser ETIs: PANI, Bajo Río Caquetá, Río Tiquié, Mirití Paraná, Yaigojé Apaporis, ARICA, UITIBOC-Asoiantam, e Ríos Cotuhé e Putumayo. Em suma, na prática, os territórios passam a ser governos autônomos indígenas dentro da estrutura do Estado colombiano [1]. A ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, afirma que a medida, além de responder a uma dívida histórica, é estratégica na área ambiental [2]. O reconhecimento de poderes indígenas facilita o processo de consulta às entidades indígenas e permite que se consolide uma aliança para a proteção do bioma amazônico [2].

No dia 30 de dezembro, o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais da Colômbia (IDEAM) divulgou o Boletim Trimestral de Detecção Precoce do Desmatamento, que trouxe dados sobre o desmatamento de janeiro a setembro de 2025 na Amazônia colombiana [3]. Segundo o relatório, a região registrou uma redução de 25% no desmatamento acumulado no período, em relação ao mesmo período em 2024. Cerca de 36.280 hectares foram desmatados durante os três primeiros trimestres de 2025, enquanto 48.500 hectares foram desmatados no ano anterior [3]. Os dados trazem uma tendência sustentada de redução global do desmatamento na região. O arco noroeste, que tradicionalmente representa os maiores registros de desmatamento, apresentou uma redução acumulada significativa, mas continua representando 98% do desmatamento na Amazônia colombiana em 2025. De acordo com o governo colombiano, a redução é resultado do aumento da presença estatal no arco, por meio do fortalecimento de ações de restauração ecológica, implementação de acordos voluntários de conservação e incentivos econômicos para a incorporação da população local em projetos de conservação [3].

Referências

- [1]Disponível em: <https://infoamazonia.org/es/2025/12/17/petro-ya-firmo-decretos-que-reconocen-territorios-indigenas-y-cambian-estructura-de-colombia/>
- [2]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-nacional-expide-ocho-decretos-que-ponen-en-funcionamiento-los-territorios-indigenas/>



[3]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/amazonia-colombiana-reduce-en-25-la-deforestacion-estimada-entre-enero-y-septiembre-de-2025/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de dezembro de 2025, um tribunal da Corte Permanente de Arbitragem de Haia emitiu um laudo vinculante que condenou o Estado equatoriano a pagar \$ 220,8 milhões de dólares à petroleira Chevron (sucessora da Texaco). A decisão finalizou um longo processo arbitral iniciado em 2009, no qual a empresa alegou que o Equador, ao punir a empresa por vazamentos de petróleo e água tóxica, ocorridos na região amazônica entre 1960 e 1990, violou o Tratado Bilateral de Investimentos com os Estados Unidos. A petroleira pede reparação por “negação de justiça” durante o julgamento ambiental que, em 2011, condenara a Chevron a pagar \$ 9,5 bilhões de dólares por danos na Amazônia. O tribunal arbitral considerou que o processo judicial interno foi fraudulento, uma conclusão que o Equador contestou, embora a Procuradoria-Geral do Estado tenha destacado que o valor foi muito inferior aos \$ 3,35 bilhões de dólares inicialmente reivindicados pela empresa [1][2].

Asentença arbitral foi amplamente rejeitada pelas comunidades afetadas e organizações indígenas. A União de Afetados pelas Operações Petrolíferas da Texaco (UDAPT), que representa milhares de indígenas e camponeses, reagiu imediatamente pedindo à Justiça equatoriana que embargasse os \$ 220 milhões de dólares que o Estado deve pagar, para que esse montante fosse destinado à remediação ambiental dos territórios contaminados. Líderes indígenas e o advogado Pablo Fajardo criticaram duramente a posição do Estado, acusando-o de celebrar a redução da indenização enquanto ignora a dívida ambiental histórica da Chevron, cujas operações entre 1964 e 1992 causaram derramamentos de petróleo e despejos de resíduos tóxicos que continuam a afetar a saúde e os ecossistemas da Amazônia Norte [3].

Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, o Ministério do Ambiente e Energia anunciou que a Empresa Nacional de Petróleo do Chile (ENAP) descobriu reservas de petróleo no poço exploratório Pambil A-1, localizado no Bloco 47 da província de Orellana, uma descoberta que amplia o potencial produtivo da zona e faz parte de uma aliança estratégica para incrementar as reservas de hidrocarbonetos do país. Este foi o primeiro achado na zona próxima à estrutura geológica Culebra-Yulebra, situada no Bloco 61, ampliando significativamente o potencial produtivo conhecido da região e abrindo caminho para novos investimentos no setor equatoriano de hidrocarbonetos. O ministério destacou que a ENAP iniciará a avaliação dos resultados de produção para, posteriormente, elaborar um Plano de Desenvolvimento do Campo, que deverá ser submetido à aprovação das autoridades nacionais [4].

A descoberta consolida a presença estratégica da empresa chilena no país, que já produzia cerca de 30.000 barris de petróleo por dia no Equador, dos quais 11.500 provenientes especificamente do Bloco 47. A operação faz parte de uma aliança estratégica entre o Equador e a ENAP para incrementar as reservas nacionais de hidrocarbonetos por meio da expansão das atividades exploratórias nos blocos 46 e 47. O governo equatoriano afirmou que mantém um acompanhamento exaustivo das operações na Amazônia para garantir o cumprimento da normativa ambiental e dos padrões tecnológicos internacionais, lembrando que atualmente 14 empresas privadas atuam na região [5][6].

Em 12 de dezembro de 2025, as Forças Armadas do Equador executaram operações simultâneas contra a mineração ilegal em duas províncias da Amazônia. Na província de Sucumbíos, no setor Nuevo Paraíso, cantão Putumayo, um reconhecimento ofensivo levou à inutilização de dois acampamentos, uma draga artesanal, duas bombas de sucção, 180 galões de combustível e centenas de metros de mangueiras. No mesmo dia, na província de

Napo, especificamente na comunidade Kashayacu, paróquia Ahuano, as tropas, com apoio da Agência de Regulação e Controle de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis (ARCOM), inutilizaram duas escavadeiras Caterpillar, uma classificadora do tipo “Z” e um motor de sucção, equipamentos essenciais para a extração ilegal de ouro que causa severos danos aos rios e solos da região [7].

Estas ações foram parte de uma estratégia militar permanente de controle territorial destinada a debilitar economias criminosas e proteger os recursos naturais em áreas de alta biodiversidade e sensibilidade estratégica. As autoridades militares enfatizaram que as operações, baseadas em inteligência, visam reduzir diretamente a capacidade logística das redes delituosas e que intervenções semelhantes continuarão a ser realizadas em diversas províncias do país para conter a expansão deste delito, que ameaça o meio ambiente e as comunidades locais.

Em 16 de dezembro de 2025, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um pacote de financiamento de \$ 203,2 milhões de dólares destinado a ampliar o acesso a crédito produtivo de longo prazo para pequenas e médias empresas (PMEs) no Equador. O programa, gerenciado pela Corporação Financeira Nacional (CFN), possui um componente específico voltado para a Amazônia, no qual 10 milhões de dólares serão orientados diretamente para negócios da região, com ênfase em atividades vinculadas à bioeconomia. Estima-se que cerca de 200 PMEs amazônicas serão beneficiadas de forma direta, dentro de um universo total de mais de 3.200 empresas em nível nacional. Os recursos serão executados por meio da modalidade de banca de segundo piso da CFN, que os repassará a bancos comerciais para que estes concedam os créditos [8].

Para a Amazônia, o programa prevê um esquema piloto, que inclui incentivos aos intermediários financeiros e assistência técnica para fortalecer a estruturação de projetos sustentáveis. O financiamento combina um empréstimo do BID de 190 milhões de dólares (com prazo de 25 anos e 5,5 anos de carência) com recursos do *Green Climate Fund* (GCF) e do *Amazon Bioeconomy Fund*, administrado pelo próprio BID, incluindo ainda subvenções não reembolsáveis para investimento e cooperação técnica. Esta iniciativa insere-se no programa *Amazonia Forever* do Grupo BID, que busca promover o desenvolvimento sustentável na região, combinando conservação florestal, ação climática e a geração de alternativas econômicas para as comunidades locais [8].

Em 23 de dezembro de 2025, o Ministério do Ambiente e Energia do Equador aprovou o Manual de Subvenções do Fundo do Biocorredor Amazônico, um marco regulatório que habilita concretamente a fase operacional deste programa de conservação [9]. O manual estabelece regras claras, transparentes e homogêneas para a abertura de concursos públicos destinados a financiar projetos do setor público e privado na região amazônica. Seu principal objetivo é orientar a execução ordenada de iniciativas focadas na conservação da biodiversidade, no impulso ao desenvolvimento sustentável e no fortalecimento das comunidades locais, definindo procedimentos simplificados para a apresentação de propostas, a prestação de contas e a gestão dos recursos.

O fundo administrado por este manual é fruto de um inovador mecanismo de troca de dívida por natureza, estruturado por meio de uma aliança entre o Equador, a organização The Nature Conservancy (TNC), a Corporação Financeira Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (DFC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este esquema permitirá destinar 460 milhões de dólares ao longo dos próximos 17 anos para a conservação da Amazônia equatoriana, além de constituir um fundo patrimonial que garantirá financiamento sustentável a longo prazo. A aprovação do manual consolida, portanto, um instrumento financeiro estratégico que posiciona o país como um referente regional na implementação de mecanismos inovadores para a proteção ambiental, alinhando a saúde ecológica da Amazônia com o bem-estar das populações que nela habitam.



Referências

- [1]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/caso-chevron-union-de-afectados-amazonia-conaie-procuraduria-general-remediacion-ambiental-corte-de-justicia-de-la-haya-nota/>
- [2]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/chevron-ecuador-petroleo-pago-amazonia-contaminacion-111431/>
- [3]Disponível em: <https://es.mongabay.com/2025/12/ecuador-condenado-a-pagar-220-millones-de-dolares-a-chevron-mientras-la-amazonia-sigue-contaminada/>
- [4]Disponível em: <https://www.reporteminero.cl/noticia/noticias/2025/12/enap-hallazgo-petroleo-ecuador-pozo-pambil-a1-amazonia-2025>
- [5]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/enap-reservas-crudo-petroleo-orellana-amazonia-ecuador-chile-111615/>
- [6]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/empresa-chilena-reservas-petroleo-amazonia-ecuador/>
- [7]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/golpe-mineria-ilegal-amazonia-ejercito-maquinarias-insumos/>
- [8]Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/creditos-del-bid-apuntalan-financiamiento-productivo-en-la-amazonia-ecuatoriana/54554>
- [9]Disponível em: <https://www.ambienteenergia.gob.ec/se-aprobo-el-manual-de-subvenciones-del-fondo-del-biocorredor-amazonico-y-se-habilita-la-ejecucion-de-proyectos-de-conservacion-en-la-amazonia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 13 de dezembro, o Ministério dos Recursos Naturais da Guiana³⁴ (MNR), em parceria com a Associação de Mineradores de Ouro e Diamante da Guiana³⁵ (GGDMA), emitiu uma nota com o objetivo de reforçar a necessidade de maior transparência e fiscalização no setor minerador. Segundo o comunicado, o ministério vai intensificar a fiscalização de todos os negociantes e comerciantes de ouro licenciados. O objetivo é impedir a subnotificação do ouro extraído e a mineração ilegal como um todo, visto que a prática representa tanto um problema fiscal quanto uma questão ambiental, já que os dados acabariam representando uma falsa realidade no que tange a quantidade de ouro extraído [1][2].

As agências que estão sob tutela do ministério foram instruídas a realizar apreensões de equipamentos sem a devida documentação. A nota também deixa claro que os pagamentos aos trabalhadores do setor não devem realizados em ouro bruto, reforçando que a prática conformaria uma dificuldade regulatória ao governo e também deixaria os trabalhadores mais vulneráveis, dado que as transações em ouro só podem ser realizadas pelo Conselho de Ouro da Guiana³⁶ [1][2].

O governo da Guiana possui uma meta nacional de extrair 500.000 onças de ouro no ano de 2025, porém a quantidade declarada até foi de 420.000 onças, podendo chegar até 475.000 no final do ano. A medida do ministério também possui relação com essa meta nacional, visto que a subnotificação do ouro poderia ser um dos motivos do não cumprimento do objetivo [1][2].

Essa preocupação salienta que a mineração faz parte da constituição do planejamento

³⁴Ministry of Natural Resources (MNR).

³⁵Guyana Gold and Diamond Miners Association (GGDMA).

³⁶Guyana Gold Board.

econômico da Guiana, de maneira que o próprio Estado demanda a extração em si. No ano de 2023³⁷, o ouro conformou cerca de 5,04% das exportações, representado por um valor de \$ 891 milhões. Esse metal, assim como outros minerais, representam um ativo estratégico para o país, de maneira que vislumbrar um futuro com exploração zero — no curto prazo — é quase impossível.

Esse caso é revelador de que cálculos sobre equilíbrio ambiental na Guiana, feitos pelo governo, levam em conta a continuidade da exploração tanto da mineração quanto do petróleo, conforme registramos em monitores anteriores. Trata-se de uma sina de uma economia de baixa complexidade e baixa produtividade no que tange à capacidade de atribuir valor agregado à sua produção assim como diversificá-la.

Além disso, em um primeiro momento, a questão aparenta possuir uma face meramente doméstica, porém, o sistema internacional passa por um período caótico e de aprofundamento de disputas, principalmente entre as grandes potências. Um dos pilares do poder estadunidense, a principal potência militar do mundo, é o dólar, e um dos objetivos — não importa o prazo — dos rivais dos Estados Unidos — China e Rússia — é o enfraquecimento dessa infraestrutura de poder econômico. Esse elemento, que não resume a disputa, mas é parte de sua constituição, conecta-se diretamente com a exploração do ouro, visto que o metal é historicamente aceito como portador de valor e, portanto, pode ser que o acúmulo de ouro por parte de Bancos Centrais ao redor do planeta conecte-se diretamente com o aumento da exploração da atividade. Nessa hipótese, a política global afeta diretamente a mineração na Guiana e um possível aumento da devastação ambiental da Floresta Amazônia [3][4].

Referências

[1]Disponível em: <https://dpi.gov.gy/mnr-ggdma-discuss-strengthened-enforcement-to-tackle-reduced-declarations/#:~:text=News-,MNR%2C%20GGDMA%20discuss%20strengthened%20enforcement%20to%20tackle%20reduced%20declarations,supporting%20compulsory%20training%20for%20miners>

[2]Disponível em: <https://demerarawaves.com/2025/12/13/gold-dealers-licences-will-be-revoked-for-facilitating-under-declarations/>

[3]Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy>

[4]Disponível em: [https://www.thebanker.com/content/09369b02-a590-44d9-b572-ffc4fae72e0#:~:text=Central%20bank%20demand%20for%20gold,\\$4%2C381.21%20per%20ounce%20in%20October](https://www.thebanker.com/content/09369b02-a590-44d9-b572-ffc4fae72e0#:~:text=Central%20bank%20demand%20for%20gold,$4%2C381.21%20per%20ounce%20in%20October)

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

Ao longo do mês de dezembro, o Peru intensificou sua atuação em cooperação ambiental, governança amazônica e diplomacia climática, combinando iniciativas regionais, políticas públicas e projeção internacional. No início do mês, Peru, Brasil, Colômbia e Equador avaliaram os avanços e desafios do Projeto de Manejo Integrado da Bacia do Rio Putumayo–Içá, uma iniciativa de cooperação transfronteiriça voltada à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável em uma área estratégica da Amazônia. O encontro destacou temas como gestão de recursos hídricos, fortalecimento institucional, redução da contaminação dos rios e promoção de atividades produtivas sustentáveis. A iniciativa reforça a centralidade da cooperação regional amazônica [1].

Ainda no início de dezembro, o Ministério do Ambiente do Peru (MINAM) apresentou o Plano Diretor do Protocolo Verde para 2026, marco importante para a consolidação de finanças 37Os dados disponíveis não abarcam os anos posteriores (2024 e 2024).



sustentáveis no país. O plano, em vigor desde 2020, estabelece diretrizes para integrar critérios ambientais e climáticos ao sistema financeiro, incentivando investimentos verdes e práticas responsáveis por parte de bancos e instituições de crédito. A iniciativa sinaliza uma estratégia estatal de longo prazo que conecta política ambiental, regulação econômica e setor financeiro, alinhando o Peru a tendências globais de financiamento climático e bioeconomia, com impactos diretos sobre a conservação da Amazônia [2].

No dia 17 de dezembro, o ministro do meio ambiente do Peru, Miguel Mariñas, apresentou um relatório de balanço das Áreas Naturais Protegidas em 2025, destacando avanços na gestão, ampliação da cobertura protegida e desafios persistentes relacionados a financiamento e fiscalização nessas áreas. O relatório ainda destacou que 96% dessas áreas são mantidas em bom estado, o que deixa a eficácia média de gestão nacional em 68,74%. [3]

No âmbito da diplomacia ambiental, o Peru apresentou, na Assembleia das Nações Unidas sobre meio-ambiente, avanços nacionais no combate às mudanças climáticas e na promoção da economia circular, destacando seu esforço com agendas multilaterais ambientais. Juntamente ao Quênia, país que sediou o encontro, o Peru apresentou um projeto de combate aos crimes ambientais. Durante o evento, o ministro do meio ambiente ainda se reuniu com a embaixadora francesa para o meio ambiente, para tratar de temas de interesse bilateral, como a redução da contaminação por plásticos. [4]

Encerrando o mês no MINAM, Peru e Reino Unido avançaram na implementação de seu Plano de Trabalho de Cooperação Climática e de Biodiversidade, aprofundando uma parceria estratégica voltada à conservação da Amazônia, fortalecimento da bioeconomia e mobilização de financiamento verde. A cooperação bilateral evidencia o papel crescente de parcerias na agenda ambiental peruana, complementando os esforços regionais amazônicos. [5]

Já no âmbito do Ministério de Relações Exteriores, o Peru realizou, no dia 10 de dezembro, na sede da Chancelaria, a terceira reunião anual da Comissão Nacional Permanente Peruana da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A reunião contou com a participação de representantes de diferentes órgãos do Estado peruano envolvidos na agenda amazônica e teve como objetivo apresentar e revisar os avanços do trabalho realizado ao longo do ano, além de coordenar prioridades nacionais relacionadas à cooperação regional na Amazônia. O encontro também serviu para alinhar as ações internas do país com os instrumentos, programas e decisões adotadas pela OTCA. Durante a sessão, foram abordados temas associados à coordenação interinstitucional e internacional, ao acompanhamento de iniciativas regionais e à participação do Peru em projetos de cooperação amazônica multilateral. [6]

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1305484-peru-brasil-colombia-y-ecuador-evaluan-avances-y-retos-ambientales-del-proyecto-de-manejo-integrado-de-la-cuenca-del-rio-putumayo-ica>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1304690-minam-presenta-el-primer-plan-director-del-protocolo-verde-al-2026>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1316177-ministro-del-ambiente-presenta-balance-2025-de-las-areas-naturales-protegidas-del-pais>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1309858-en-asamblea-de-nn-uu-peru-presenta-avances-en-la-lucha-frente-al-cambio-climatico-y-en-economia-circular>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1322902-peru-y-reino-unido-avanzan-en-la-implementacion-del-plan-de-trabajo-de-cooperacion-climatica-y>

de-biodiversidad

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1310884-celebran-encancilleria-tercera-reunion-anual-de-la-comision-nacional-permanente-peruana-de-la-otca>

Suriname**Por Guilherme Fritz**

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, o Suriname sediou um encontro sub-regional de alto nível que contou com países caribenhos, especialistas, organizações regionais e também as Nações Unidas (ONU). O objetivo das reuniões foi dinamizar e aprofundar a relação entre os países da região do Caribe no que tange à preservação ambiental por meio da construção de capacidades técnicas adequadas. Além disso, o evento também serviu para atualização acerca de iniciativas de cunho multilateral: o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (GBF)³⁸ e as Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade³⁹ (NBSAPs). No caso das NBSAPs, vale ressaltar que o Suriname foi um dos primeiros países a atualizar seu plano de ação no ano de 2024. Os esforços demonstram que a pauta ambiental é um meio de inserção geopolítica para o Suriname, que se fundamenta no argumento de ser um dos países que mais preservou florestas em seu território.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.undp.org/suriname/news/caribbean-countries-unite-biodiversity-undp-suriname-support>

[2]Disponível em: <https://www.cbd.int/gbf>

[3]Disponível em: <https://www.unep.org/topics/nature-action/global-biodiversity-framework/national-biodiversity-strategies-and-action>

Venezuela**Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

O último mês do ano de 2025 foi marcado por uma estratégia governamental de intensificação das operações militares na região da Amazônia venezuelana. O foco foi no combate ao tráfico aéreo em zonas fronteiriças. Nesse sentido, logo no primeiro dia do mês, houve atuação da Operação Neblina 2025, desfechada no estado Amazonas. Na ocasião, a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) detectou e destruiu materiais e equipamentos utilizados para práticas de mineração ilegal [1]. Ao longo do mês, foram mapeadas ações no estado de Bolívar [2] e na Zona de Defesa Integral da Região Estratégica de Defesa Integral (REDI), na Guiana Essequiba (por meio da denominada “Operação Domingo Sifontes”) [3]. O comandante da FANB, Domingo Hernández Lárez, justificou as atividades ao declarar que a “mineração é proibida, de acordo com o estabelecido na Lei Penal do Ambiente. Aqueles que o fazem violam o ordenamento jurídico nacional, além da segurança e da defesa nacional” [4].

Para além da intensificação das ações militares, houve a divulgação do Relatório de Reflorestamento, feito pelo Ministério do Ecosocialismo no dia 18 de dezembro. O balanço oficial afirma que, durante o ano de 2025, o governo bolivariano, em conjunto com os Conselhos Ecosocialistas das Salas de Governo Comunal, por meio da Grande Missão “Madre Tierra

Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF): quadro global que estabelece metas e diretrizes para interromper e reverter a perda da biodiversidade em escala mundial.

39National Biodiversity Strategies and Action Plans (NBSAPs): o programa tem o objetivo de estimular os países a criarem planos de ação com o objetivo de proteger seus ecossistemas e sua biodiversidade.



Venezuela”, reforestou 4 milhões e 800 mil plantas em áreas vulneráveis do país, degradadas pela mineração. O intuito, de acordo com o Ministro do Poder Popular para o Ecosocialismo, Ricardo Molina, foi “proteger o povo em temporadas de chuvas e eventos meteorológicos adversos, produto da crise climática gerada pelo capitalismo”. Molina afirmou ainda que “cumprimos a meta de 2025 e, para 2026, a meta é reflorestar 10 milhões de plantas” [5].

Referências

- [1]Disponível em: https://www.eluniversal.com/sucesos/221482/fanb-destruye-material-utilizado-para-mineria-ilegal-en-amazonas#google_vignette
- [2]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/221526/fanb-desmantela-campamentos-de-mineria-ilegal-en-amazonas-bolivar-y-guayana-esequiba>
- [3]Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRucvgFj9/>
- [4]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/222471/fanb-inhabilita-logistica-de-mineria-ilegal-tras-incursion-en-la-selva-de-amazonas>
- [5]Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/en-2025-el-gobierno-bolivariano-reforestomas-de-4-millones-800-mil-plantas-en-las-zonas-mas-vulnerables-del-pais/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de dezembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica divulgou os resultados do Projeto Amazonas, desenvolvido em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil [1]. Foram apresentados os avanços alcançados entre 2017 e 2025, com base na troca de informações e experiências para a gestão de recursos hídricos na Bacia Amazônica, capacitação de profissionais e apoio à estruturação de uma Rede Regional de Monitoramento. O evento contou também com o lançamento de uma *plataforma online* que contém publicações, resultados e informações gerais sobre o projeto.

No dia 11, foi oficialmente instalado o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) na sede da OTCA, em Brasília [2]. A sessão de abertura contou com a participação do secretário-geral da organização, Martin von Hildebrand, autoridades do Brasil e lideranças do movimento indígena, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Os participantes discutiram diretrizes para a Estratégia Regional e o Plano de Trabalho do MAPI, além de apontar os principais desafios e expectativas para o MAPI. Ao longo da sessão, o Brasil foi eleito por unanimidade para assumir a primeira copresidência do mecanismo por meio de Francisco Filippo, do Ministério dos Povos Indígenas, e Ângela Kaxuyana, coordenadora e representante da COIAB na Bacia Amazônica.

No dia 16, a OTCA lançou o livro “*Fronteiras do Fogo: um panorama do fogo na região amazônica*”, publicado em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) no âmbito do projeto CoRAMazônia [3][4]. O objetivo da obra é apresentar a dinâmica do fogo no contexto amazônico desde uma perspectiva comunitária e do conhecimento indígena até análises sobre impactos ambientais, sociais e econômicos das queimadas. Segundo a OTCA, os principais temas abordados são: a evolução dos padrões dos incêndios e áreas afetadas, impactos sobre populações, biodiversidade, economia e serviços ecossistêmicos, o papel da Amazônia no sistema climático global e propostas de governança integrada para a redução de riscos de incêndios.

Representantes dos países-membros da OTCA participaram do Curso Internacional de Análise de Comportamento do Fogo promovido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) entre os dias 15 e 20 de dezembro [5]. A formação teve como objetivo capacitar os participantes para atuarem em espaços de tomada de decisão e operações de combate ampliado a incêndios florestais, além de fomentar a criação de uma Rede de Analistas de Comportamento do Fogo da América Latina, capaz de promover a cooperação técnica e difusão de conhecimento entre os países-membro da OTCA.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/ana-otca-e-abc-apresentam-resultados-do-projeto-amazonas-em-evento-de-encerramento-no-dia-10-de-dezembro/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-instala-o-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-e-brasil-assume-a-primeira-copresidencia/>

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-lancara-novo-livro-com-panorama-abrangente-sobre-o-fogo-na-regiao-amazonica/>

[4]Disponível em: <https://portalamazonia.com/educacao/livro-diagnostico-fogo-amazonia/>

[5]Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2025/curso-do-ibama-reune-especialistas-para-discutir-comportamento-do-fogo>

